

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 592  
1 de Maio de 1985  
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# 10 Maio

por  
Abril  
com  
o povo  
Maio  
exige  
governo  
novo

Mais de cinquenta concentrações e manifestações no Continente e nas Regiões Autónomas assinalam o Dia dos Trabalhadores. A exigência da demissão do Governo PS/PSD está no centro da jornada de luta

**Pág. 7/Semana**  
**Pág. 1/Agenda**



## A FORÇA DO POVO



## PARA A ALTERNATIVA



As comemorações populares do 11.º aniversário do 25 de Abril assumiram em todo o País uma poderosa dimensão de massas (nas gravuras o desfile da Avenida da Liberdade e a concentração no Rossio, em Lisboa). A larga participação, o amplo leque unitário representado, a combatividade e determinação evidenciadas comprovaram uma vez mais que existem forças para apoiar a alternativa urgente ao actual Governo - **Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana**

### 1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO DO PCP

O camarada Álvaro Cunhal discursa no **comício** de encerramento da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo, **domingo**, às 15 horas, nos pavilhões do **Rossio de São Brás**, em **Évora**. O grande encontro dos comunistas dos três distritos alentejanos começa no sábado, às 9 e 30 - **Pág. 6/Semana**

# Editorial

**Avante!**

Ano 53 — Série VII  
N.º 592

1 de Maio de 1985

1.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## 1.º de Maio — dia de festa e de luta

A nova imagem jornalística e gráfica do «Avante!», que este número do órgão de mais ricas tradições da imprensa operária portuguesa hoje inaugura, coincide no tempo com uma data luminosa do memorial de luta do movimento operário internacional, de significado muito particular no Portugal de Abril.

Hoje é o Dia Internacional dos Trabalhadores, dia de festa e luta do movimento operário internacional, também um grande dia de festa e luta da classe operária e do povo português.

O 1.º de Maio e o 25 de Abril são indissociáveis no histórico de luta do nosso Povo mas este que hoje celebramos nas ruas de Portugal é algo distinto dos que, nesta caminhada de onze anos, iniciámos com a gesta heróica dos Capitães de Abril.

De facto, este 1.º de Maio de 1985 não é apenas para os trabalhadores portugueses uma data memorável extraída do calendário de luta da classe operária de todos os países. É mais do que isso para todo o nosso Povo.

Na situação portuguesa actual é sem dúvida um ponto de referência marcante na conjuntura social e política. Ficará inscrito como terminante afirmação da resistência popular ao processo contra-revolucionário, constituirá seguramente uma grande jornada de luta no contexto de uma situação nacional em que avultam preocupações das mais fundas mas em que sobressaem também lícitas e mais fortes as razões de confiança.

Há uma semana a «Festa dos Cravos de Abril» mostrou como são profundas na alma do nosso Povo as raízes da liberdade.

Hoje, a «Festa do Maio Operário» será uma confirmação vigorosa do papel determinante do movimento popular de massas nas grandes transformações políticas da nossa época e, no Portugal de Abril de 1985, na viabilização possível de uma alternativa democrática.

### Processo de esbulhamento dos trabalhadores

Na conjuntura actual as celebrações do 1.º de Maio não poderão deixar de reflectir o poderoso ascenso do movimento popular de massas e ao mesmo tempo as duras realidades da situação social dos trabalhadores, a gravidade dos problemas que lhes foram criados pela política antipopular e antioperária de um Governo dirigido pelo secretário-geral de um partido dito socialista, que se assume como fiel servidor da exploração capitalista de classe mais desenfreada e brutal e dos interesses monopolistas dos potentados do dinheiro portugueses e estrangeiros.

No momento actual a classe operária portuguesa encontra-se submetida a um violento processo de empobrecimento e espoliação numa dinâmica imposta pelos agentes directos do capital financeiro no aparelho de Estado, sob a direcção de Mário Soares que desde 1976 se assumiu como empenhado executor da política de recuperação capitalista e do restabelecimento do poder dos monopólios.

Só no decurso destes cerca de 10 anos — 5 dos quais sob a chefia ministerial directa de Mário Soares — a parte dos rendimentos do trabalho na repartição do Rendimento

Nacional, relativamente à parte apropriada pelos capitalistas, caiu de 63,4% para cerca de 42%.

A ofensiva contra os salários, principal factor da acumulação forçada do capital, provocou nos últimos três anos, sob o comando de Soares e segundo os próprios números da Secretaria de Estado do Trabalho, sem nenhuma dúvida pecando por defeito, uma queda de 20,3% no salário médio real (13% em 1984), o que pressupõe uma queda ainda mais brusca numa vasta massa de salários.

Os trabalhadores portugueses devem à política anti-social da clique PS/PSD capitaneada por Soares o brutal agravamento das suas condições de vida, a queda do poder de compra dos salários, do desemprego total e parcial, assumindo neste último grupo um peso excepcional o escândalo dos salários em atraso.

Cerca de 600 000 desempregados, representando cerca de 11% da população activa, dos quais apenas cerca de 12% auferem subsídios de desemprego; mais de 150 000 com salários em atraso há longos meses; um contingente superior a 650 000 trabalhadores com contratos a prazo — sempre na iminência do despedimento —, eis alguns dos números que atestam o alastramento das manchas de miséria da população trabalhadora neste 1.º de Maio de 1985.

Os trabalhadores são as principais vítimas da política de «austeridade» soarista. Portugal foi conduzido por sucessivos governos de direita, área em que o de Soares se situa, e particularmente pelo Governo actual a uma situação de desastre sem paralelo onde, em resultado dessa política, a recessão, o endividamento externo e a inflação impõem uma efectiva e imperativa austeridade em termos de política económica e financeira, de eliminação dos gastos sumptuários e superflúos e do esbanjamento e corrupção no aparelho de Estado, de travagem da fuga de capitais e da economia paralela, dos créditos mal-parados, de substituição de uma vasta gama de produtos importados por produtos de fabrico nacional e outras medidas emergentes e imediatas de carácter económico e financeiro.

A política soarista de «austeridade» é a de «aperta-o-cinto» para os trabalhadores. Quando Soares diz que «o povo português vive acima dos seus meios» comete uma deliberada inversão da realidade existente. A maior parte dos trabalhadores vive, de facto, abaixo dos níveis de miséria.

E a perspectiva imediata, nos projectos anti-sociais do Governo PS/PSD, é ainda de agravamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

### «Flexibilização» antilaboral da legislação do trabalho

De facto, o Governo PS/PSD e o «ultra» que ocupa a pasta do Trabalho, Amândio de Azevedo, preparam-se para impor aos trabalhadores o chamado «pacote laboral» — um verdadeiro «pacote» de leis antipoperárias que pretendem fazer passar mesmo à revelia da Assembleia da República por meio da fórmula antidemocrática das «autorizações legislativas».

Uma grosseira hipocrisia envolve a apresentação das novas medidas antilaborais do Governo PS/PSD. Sob o pa-

lavrão eufemístico de «flexibilização das leis do trabalho» o Governo promove a efectiva defesa do grande patronato, tenta impor aos trabalhadores a completa liberalização dos despedimentos individuais e colectivos, estrangula os seus direitos e liberdades constitucionalmente consagrados.

O direito à greve (que o Governo se propõe desfigurar nas novas leis), a garantia jurídica da justa causa para os despedimentos (que o Governo quer reduzir a uma fórmula vazia de conteúdo), a introdução inconstitucional do «lock out» (por imposição das corporações patronais, designadamente pela CIP e o seu presidente, o fascista Ferraz da Costa), são figuras do crime social que o Governo pretende impor no plano legislativo às classes trabalhadoras.

O ministro do Trabalho atinge o cúmulo do cinismo ao pretender justificar a sua «flexibilização» das leis do trabalho como garantia do emprego e defesa dos postos de trabalho!

Mário Soares, na cegueira da sua desmedida ambição de Belém, transacciona o apoio dos círculos mais reacçãoários do patronato a troco da revisão da Constituição, das chamadas «reformas de estrutura» (leia-se destruição das nacionalizações) e da legislação antilaboral que o Governo tem no choco.

Os conluíus com o alto patronato em que se inscrevem a reunião de mais de 400 industriais no Porto, a jantarada de Vale de Cambra e agora a de Mirandela, são amplamente reveladores das verdadeiras opções de classe do actual Primeiro-Ministro.

Nesta brutal ofensiva antioperária e antipopular Mário Soares e a coligação PS/PSD contam com o papel divisionista e a acção demagógica dos dirigentes da UGT. Torres Couto, dirigente da UGT e do PS, esconde por detrás de uma fraseologia obreirista o seu frete ao patronato. A opção de fachada combina-se com o apoio de facto à legislação antilaboral que o Governo quer impor.

### Uma resposta de massas

As manifestações de hoje em todo o País não deixarão de constituir uma severa e clara resposta de massas à política do Governo.

Essa resposta de massas tem mobilizado nos últimos meses e nos últimos dias centenas de milhares de trabalhadores e de portugueses de outras condições sociais afectados pela política governamental.

As grandes concentrações de Setúbal e Lisboa de 18 e 19 de Abril, a grande manifestação de Évora em defesa da Reforma Agrária e sobretudo as manifestações nacionais do 11.º Aniversário do 25 de Abril, representam uma poderosa expressão da resistência popular à política do Governo PS/PSD e ao avanço da contra-revolução projectada no acordo de 11 de Dezembro e uma profunda convicção de que saberemos defender as conquistas alcançadas. Também a vasta demagogia de Soares e dos corifeus da coligação, a propósito da adesão à CEE, tem por objectivo iludir as verdadeiras consequências que a adesão acarreta para a economia portuguesa e para a situação social dos trabalhadores.

Simultaneamente com a «lavagem ao cérebro» sobre os «benefícios» da «adesão», Mário Soares e toda a direita

tentam diminuir ou silenciar a importância da resposta de massas à sua política antinacional, reduzir a sua verdadeira expressão política na luta por uma alternativa democrática.

Mário Soares, os soaristas e os seus parceiros do PSD jogam com a sua «flexibilização» das leis do trabalho e com os baixos salários dos trabalhadores portugueses para negociarem o apoio do grande capital à sua política, para concitarem a «simpatia» e a gula dos «investidores» estrangeiros.

### 1.º de Maio — dia de festa e de luta

Ainda recentemente na sua TV, como há algum tempo no American Club, Mário Soares esforçou-se por dar um quadro de estabilidade social do País «propício ao investimento estrangeiro». Nos Estados Unidos, nas reuniões com Rockefeller, Araskog, Bruce Smart e outros monopolistas americanos, Soares exaltou as «vantagens» da mão-de-obra barata de Portugal como garantia de altos lucros para o capital estrangeiro.

Agora, em Bruxelas, o antigo ministro da AD, Viana Baptista, em representação de Ernâni Lopes, referiu igualmente «o baixo custo da mão-de-obra como vantagem oferecida por Portugal», acrescentando com lágrimas de crocodilo: «se bem que seja uma infelicidade para os portugueses».

Eles negociam com a infelicidade dos portugueses: «s'il vous plait», «if you please», senhores investidores, temos cá uma mão-de-obra baratinha para vos proporcionar altos lucros — dizem eles aos representantes das multinacionais.

«Vamos acabar com as nacionalizações, com a reforma agrária, com a lei da greve, com as garantias do trabalho para vossa tranquilidade...»

Eles dizem-no mas a realidade é outra. Podem enterrar a cabeça na areia, podem silenciar na sua televisão o movimento popular de massas, podem fingir não ver o imperativo mandato político que as lutas do povo português exprimem. Viana Baptista diz mesmo que as greves não ultrapassam 0,01% das horas de trabalho!...

Mas a realidade da luta do povo, dos trabalhadores, dos democratas, dos verdadeiros patriotas cresce e amplia-se. A necessidade da demissão do Governo como condição prévia para a saída da crise torna-se uma exigência popular inabalável.

O dia de hoje — este 1.º de Maio de 1985 — afirmará de maneira inequívoca a vontade unânime dos trabalhadores e da imensa maioria do povo de correr com o Governo, de impor uma nova política de viabilizar e garantir uma alternativa democrática.

Neste 1.º de Maio como há oito dias nas comemorações do 25 de Abril é a luta e só a luta que corporiza no momento actual as legítimas e superiores razões de confiança.

Tal como há onze anos, nas madrugadas de Abril, à raiz do triunfo heróico do Movimento dos Capitães, Abril e Maio se mostrarão inseparáveis.

Inseparáveis na defesa das conquistas de Abril — inseparáveis na construção definitiva de um Portugal livre, independente e democrático.

## Resumo

24

Quarta-feira

A Câmara Municipal de Loures declara ser o seu município «zona livre de armas nucleares, proibindo, por todas as formas ao seu alcance, que aqui se produzam, desenvolvam, armazenem ou transitem armas nucleares». ■ A CGTP-IN acusa o Governo de querer limitar as reformas por invalidez. ■ Na ilha do Sal, Ramalho Eanes conferência com o seu homólogo cabo-verdiano Arsídes Pereira. ■ Mário Soares salienta, desta vez em Lisboa, «o relacionamento muito especial» do seu Governo com a administração Reagan. ■ Para o MDP, nas presidenciais haverá que escolher entre duas candidaturas, «uma pelo regime democrático constitucional, outra anti-regime». ■ Tancredo Neves é sepultado. ■ A Câmara de Representantes norte-americana derrota o plano de Reagan contra a Nicarágua sandinista. ■ A União Soviética duvida, segundo a agência Tass, da vontade dos EUA para se chegar a acordo nas convergências de Genebra. ■ Os ministros da Agricultura da CEE continuam sem chegar a acordo na fixação dos preços agrícolas da Comunidade.

25

Quinta-feira



11 anos de Abril

Em todo o País, o povo comemora o 11.º aniversário do 25 de Abril, numa impressionante manifestação de confiança e de vontade de que Abril se cumpra, enquanto Mário Soares oferece jantar a Spínola. ■ Distritos do PSD reclamam a «rotura imediata» da coligação. ■ Em Abril, a neve continua a cortar estradas na serra da Estrela. ■ Os Serviços Regionais de Planeamento Urbanístico de Lisboa reconhecem irregularidades na gestão da Câmara Municipal de Sinta. ■ O Congresso Nacional Africano (ANC) apela para a mobilização geral do povo sul-africano na luta contra o apartheid e exorta à preparação de uma greve geral nacional. ■ O governo libanês retira o seu pedido de demissão depois da aprovação de um plano de reunificação de Beirute.

26

Sexta-feira

Um ano depois de ter afirmado que nunca o faria, Freitas do Amaral candidata-se à Presidência da República. ■ Inicia-se em Lisboa o terceiro seminário promovido pela Associação 25 de Abril. ■ É publicado o acórdão do Tribunal Constitucional que se pronuncia sobre a constitucionalidade da extinção da CTM e da CNN. ■ O Governo português assina o protocolo de adesão ao Centro Europeu de Pesquisa Nuclear, tornando-se assim o décimo quarto membro deste organismo. ■ O Tratado de Varsóvia é renovado por mais vinte anos. ■ Ronald Reagan pede aos seus colaboradores que estudem «todas as opções» sobre medidas a tomar para atentar contra o povo nicaraguense. ■ A projectada visita de Reagan a um cemitério de guerra onde estão enterrados soldados das SS continua a provocar a maior indignação mundial. ■ Na África do Sul agrava-se a crise económica.

27

Sábado



Mandatário?

Os trabalhadores da EPAC repudiam o projecto de extinção da empresa e alertam para os prejuízos daí decorrentes para a economia do País. ■ António Spínola é apontado por alguns jornais como o mandatário nacional da candidatura de Soares à presidência. ■ O director-geral e o subdirector-geral das Alfândegas são exonerados. ■ Tropas de Pretória mantêm-se estacionadas em território angolano e na fronteira da Namíbia. ■ Ao propor a adopção de medidas políticas e culturais e de «outras medidas», Reagan prepara-se para intervir militarmente na Nicarágua. ■ 80 pessoas morreram e 130 ficaram feridas no incêndio num hospital psiquiátrico de Buenos Aires. ■ A autodenominada RENAMO massacra quarenta pessoas no distrito de Boane, em Moçambique.

28

Domingo



o Monumental já está...

Segundo o seu presidente, num almoço comemorativo com cerca de 2600 presentes, a Associação 25 de Abril continuará firme na defesa dos ideais de Abril. ■ Segundo o exemplo do Governo da República, a Assembleia Regional da Madeira vai auto-aumentar-se. ■ Segundo a APU, os eleitos do PS de Montemor-o-Velho deturpam as actas das reuniões da Assembleia Municipal. ■ Rui Machete desmente ser presidencialista. ■ O Presidente da República inicia a Moçambique uma visita particular e de trabalho. ■ Começam a ser divulgados os programas das comemorações do 1.º de Maio. ■ Agora que o «Monumental» já está destruído, Abecasis empossa uma comissão de técnicos para estudar a renovação do Saldanha, em Lisboa. ■ Os operários metalúrgicos de São Paulo decidem continuar a

luta por melhores salários e redução do tempo de trabalho. ■ Cerca de 15 mil mineiros são despedidos da mina de Klerksdorp, na África do Sul. ■ A Espanha quer reduzir o contingente de soldados norte-americanos estacionados no país. ■ Os Estados Unidos e a RFA planeiam, segundo o «Der Spiegel», apoiar mais activamente a ditadura fascista de Pinochet, no Chile.



29

Segunda-feira

Com um défice na ordem dos 384 mil contos, a Câmara Municipal de Lisboa vê aprovado o seu Orçamento para 85, bem como o Plano de Actividades, com os votos contrários da APU e a abstenção do PS. ■ Alguns empresários de Mirandela e o governador civil de Bragança (PSD) prometem apoios à candidatura de Mário Soares a Belém. ■ Na Mompur, a administração não paga salários atrasados mas parece ter dinheiro para indemnizações aos trabalhadores, que se queiram despedir. ■ Na MDF, os administradores não pagam o salário a 400 trabalhadores que consideram «excedentários». ■ Revela a «Newsweek» que gente próxima de Reagan e do governo norte-americano estão a preparar para fins deste mês uma reunião internacional com representantes dos grupos terroristas de todo o Mundo. ■ Foi uma «manobra de diversão» e uma «falsidade» a «retirada» das tropas racistas do sul de Angola — sublinha a Rádio Nacional angolana. Tropas de Pretória continuam estacionadas naquele território para prosseguir a desestabilização. ■ Em Moçambique prossegue a visita particular de Ramalho Eanes.



**Avante!**  
Profetismo de todos os países UNIVOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Somo Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX, Tel. 78 63 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Somo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 78 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 69 20 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro de Eva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 16-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heika Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Abril: 45 200

# Semana

Avante!

Ano 53 — Série VII

N.º 592

1 de Maio de 1985

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## Nas ruas a força de Abril que hoje se prolonga em Maio



No desfile hoje realizado na capital do País, assim como neste comício, estão representadas forças, organizações e tendências políticas, patriotas de variados quadrantes democráticos. As divergências que entre alguns de nós poderão subsistir não foram impedimento para a realização desta grande jornada.

Na opinião do PCP, as forças, sectores e organizações políticas e os patriotas aqui presentes ou representados, e outros mais que ainda se poderão juntar, possuem a força, os apoios e a influência necessários para reclamarem e conseguirem a demissão do Governo, reclamação que se tornou uma exigência verdadeiramente nacional, assim como a dissolução da Assembleia da República. Unidas todas — estas forças —

podem assegurar a alternativa democrática que o povo português reclama com veemência; podem derrotar qualquer candidato de direita às eleições presidenciais e assegurar as convergências indispensáveis, para reunir os votos necessários, para eleger para a Presidência da República um candidato com o apoio de todo o campo democrático e patriótico.

Estas palavras pronunciadas por Octávio Pato no comício com que culminou a manifestação em Lisboa caracterizam e sintetizam o principal significado político das grandes jornadas do 25 de Abril deste ano. Porque se, pelo número de pessoas, a manifestação da capital merece, naturalmente, ser destacada, juntamente com a do Porto, o certo é que muitas

centenas de outras iniciativas de vários tipos realizadas em todo o país se revestiram de igual significado, abrangendo um leque político e ideológico que bem testemunha a força dos ideais de Abril.

Outra importante característica das comemorações que em muitos locais se estenderam por vários dias, foi a sua grande multiplicidade e dispersão. Basta dizer, por exemplo, que enquanto decorria a grandiosa manifestação de Lisboa se realizavam muitas outras iniciativas em vários pontos do distrito e na Margem Sul.

Como hoje se verá novamente nas ruas, a força de Abril prolongada em Maio, tal como há onze anos, é a garantia de que Portugal Democrático sairá vencedor.

*O Militante* 

Abril 1985 — N.º 119

*Proclamação da Conferência Nacional do PCP sobre a via de desenvolvimento para vencer a crise • Resolução do CC sobre as tarefas dos comunistas no movimento sindical unitário • O PCP na luta contra o fascismo e a guerra*

## Abril

Centenas de milhares de pessoas saíram de novo à rua a comemorar o 11.º aniversário do 25 de Abril. Um acontecimento desta grandeza torna pueril qualquer tentativa de regatear números, pois, nestas circunstâncias, mais milhar menos milhar é simplesmente irrelevante. Foi um poderoso movimento de massas que encheu as principais ruas e praças do País, mobilizando multidões heterogêneas e dando expressão a uma extraordinária manifestação nacional em defesa e apoio da Revolução dos Cravos. Tentar ignorar isto é uma perigosa desfaçatez e um erro político colossal, porque ignorar isto é agredir o sentir profundo de um povo inteiro e, concomitantemente, desprezar anseios tão inequivocamente nacionais. O facto destas comemorações haverem crescido da mobilização popular e nela terem exclusiva expressão, dá particular relevo à atitude assumida perante a efeméride pelos responsáveis do Governo do País. Pode-se mesmo afirmar que os comportamentos de uns e outros — o Povo e o Governo — deram a mais exacta análise política da situação portuguesa actual. Na verdade, enquanto o Povo saiu à rua em massa e em todo o País para vitoriar Abril, o Governo e todos os seus responsáveis viraram costas à Festa, fizeram ouvidos moucos à luta e meteram feriado, provavelmente a expensas do Estado como tantas vezes tem acontecido nas passeatas em que andam sempre metidos a coberto da sinecura do poder. O que governamentalmente se produziu em matéria de comemorações, foi tão pífio que se tornou grosseiro. O concerto no Coliseu, transmitido em directo pela televisão e precedido por inacreditável discursata do ministro da Cultura, exemplifica bem o esforço de antropofagia política desenvolvido pelo executivo de Mário Soares em relação às comemorações do 25 de Abril. Mais uma vez a data foi tratada pelo Governo como efeméride de museu, relíquia histórica a que o Poder constituído puxa os amarelos no enfado do protocolo. Como se tudo tivesse acontecido já há muito tempo e ninguém se lembrasse muito bem do que foi aquilo.

Como se tudo estivesse arrumado na prateleira da História e não tivesse já nada a ver com a realidade actual. Entretanto, na rua, o Povo mostrava que a Festa continua a dizer todos os anos, à Luta destes anos todos, que Abril há-de cumprir-se, porque é Abril que o Povo reclama. A atestá-lo ali estava a Luta trazida para a Festa vinda das fábricas, dos campos, das empresas, do mar, do gigantesco arquipélago do trabalho — que é a verdadeira memória das naus deste belo País à beira-mar plantado, que é a verdadeira história deste velho Povo à força de lutas construído. Mas o Governo também esteve nas comemorações, embora a contra-gosto. Em milhares de panos, faixas, carros alegóricos, tarjetas e coros gigantes, o nome de Mário Soares e do seu Executivo mereceram relevo inusitado, reboaram do Minho às Regiões Autónomas em dramática celebridade. Não se haviam associado às comemorações populares, mas estas associaram-nos, não às comemorações mas à luta que lhes deu espessura e dinamismo. «Soares, rua!» e «Governo, rua!» rivalizaram com «Abril vencerá!» no lote de expressões e palavras de ordem mais gritadas, no que constituiu a maior coerência política destas festividades. Na verdade Governo e Abril nada têm a ver um com o outro no Portugal de hoje. Manter o primeiro é ameaçar o segundo, prosseguir este passa pela urgente expulsão do bando de oportunistas políticos e reacçãoários sem escrúpulos que detêm o poder executivo. Contra Abril, contra o Povo, contra o País. E o Povo mostrou que está com Abril, que ambos são o «País real» de que agora se esconde Mário Soares. A demagogia também tem limites, por despuddorado que se seja a usá-la. Por isso não é mais possível falar-se em democracia e em liberdade hostilizando Abril e o seu Povo. Por isso Mário Soares e os seus acólitos não conseguiram o impossível, nestas comemorações do 11.º aniversário da Revolução dos Cravos: serem os grandes inimigos do Portugal de Abril e assumirem-se como defensores da liberdade e do progresso no nosso País. Por isso os comportamentos do Povo e do Governo nestas comemorações deram a mais exacta análise política da situação portuguesa actual: de um lado o Governo desenfreadamente contra-revolucionário, antipatriótico, corrupto, desacreditado, incompetente e encurralado; do outro o Povo e o País mais do que nunca virados para Abril e para a recuperação nacional que urge e que ele representa. Além do mais, é bom saber que daqui ninguém arreda pé.

■ HC



A baixa portuense voltou a ser do povo. Por Abril, muitos milhares de pessoas desfilaram e disseram que Abril está bem vivo, correspondendo a um apelo de centenas de democratas de diversas tendências

## A força de Abril

Em Lisboa, do Marquês ao Rossio, foi a vontade de um povo feita mar que desceu a avenida que é da Liberdade. À frente iam os militares de Abril e muitos democratas de diversas tendências. Depois era a juventude, os resistentes anti-fascistas e as empresas nacionalizadas. Finalmente, um mar de gente que já antes da partida do desfile enchia quase completamente o asfalto e os passeios da avenida.

Durante o desfile foi a certeza de «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais». Depois, «sem-pre por Abril!», a denúncia da lei

de segurança interna, do pacote anti-laboral, dos salários em atraso e dos ataques à Reforma Agrária.

Já no Rossio, realizou-se um grandioso comício presidido por António Abreu, Aquilino Ribeiro Machado, Gualter Basílio, Teresa Barata Salgueiro, Rui Grácio, Vasco da Gama Fernandes e Salgado Zenha.

No decorrer da concentração, usaram da palavra o major Marques Júnior, Luís Catarino, Joel Hasse Ferreira, Eduardo Pires, Fernando Piteira Santos e Octávio Pato, cuja intervenção reproduzimos noutra local.



Ainda em Lisboa, e por iniciativa da APU, foi comemorada a passagem do ano da liberdade, na noite de 24 para 25. Nesta festa, onde se cantou, se recitou e se dançou, o calor humano foi rei, para o que contribuiu o fogo

preso e o fogo de artifício que iluminaram o Rossio.

### Porto

A baixa do Porto foi o palco para «a festa do povo» que começou na noite de 24 com a «passagem do ano da Liberdade», e que se prolongou ao dia 25 de Abril.

Depois de uma manhã dedicada às crianças e ao desporto, o povo do Porto assistiu ao cortejo de carros alegóricos, tendo desfilado de seguida. Durante o desfile, mais uma vez a certeza de que «Abril vencerá».

Antes do começo do desfile, Viale Moutinho, presidente da



**Nacional**

Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, saudou os presentes e sublinhou ser evidente «a necessidade da unidade» para que Abril se cumpra.

Ainda da parte da manhã, realizou-se uma homenagem aos resistentes antifascistas, promovida pela URAP, junto à ex-Pide.

**Coimbra**

Também em Coimbra, muitos milhares de manifestantes se concentraram no largo da Manutenção para, depois, percorrerem diversas artérias da cidade. Naquela que foi considerada pelos promotores como sendo uma das maiores manifestações realizadas em Coimbra nos últimos anos, os muitos milhares de democratas que acorreram a feste-

jar Abril dirigiram-se para o Parque da cidade onde se realizou uma festa com a actuação de ranchos folclóricos, bandas e conjuntos musicais.

Na noite de 24 para 25 realizou-se a tradicional «queima do fascismo».

**Por este País fora**

Em Chaves, as comemorações iniciaram-se no dia 24 e prolongaram-se até à noite de 25 de Abril, tendo havido largada de pombos, um festival de folclore e diversas provas desportivas.

Em Bragança, cerca de duas mil pessoas participaram na festa que decorreu junto à Praça e, em Braga, na noite de 24 para 25, realizou-se mais outra «ron-da da liberdade», desfile que

percorreu a cidade. Os democratas da capital minhota voltaram a desfilar na tarde de 25, tendo sido particularmente críticos em relação à actuação prepotente da Câmara Municipal local.

Em Viseu, e já depois da segunda edição do Grande Prémio 25 de Abril de atletismo — que continua a constituir uma das mais importantes provas desportivas da cidade —, a chuva que caiu não teve força suficiente para desmobilizar o muito povo que participou na Festa Popular.

Na Madeira, o 25 de Abril foi assinalado por um comício-festa que decorreu no jardim municipal do Funchal e por uma sessão pública no Machico, onde estiveram também patentes duas exposições e uma mostra sobre a «poesia de Abril».

Nos Açores, diversas provas desportivas assinalaram um pouco por todo o lado a passagem de mais um aniversário de Abril.

**Assembleia da República**

A passagem de mais um aniversário da revolução portuguesa foi assinalada na Assembleia da República com uma sessão solene comemorativa do 25 de Abril, que se realizou no próprio dia e na qual participou o Presidente da República.

Nesta sessão, em que interveio o Presidente da Assembleia da República e onde usaram da



No Rossio, com a APU, foram muitos os democratas que se juntaram para passar a noite de 24 para 25 de Abril. À meia-noite houve fogo preso e fogo de artifício



**Octávio Pato no Rossio**

**«A profunda crise e instabilidade em que o País foi mergulhado não se deve aos que defendem Abril e as suas conquistas mas sim aos que procuram esquecer Abril e enterrar as suas conquistas»**

Estamos aqui, uma vez mais, para comemorarmos a histórica data do 25 de Abril, para comemorarmos a arrancada sempre gloriosa dos militares de Abril e uma Revolução que libertou o nosso País da odienta ditadura fascista, que pôs fim às guerras coloniais, que liquidou os monopólios e latifúndios, assim encaminhando Portugal na via da paz, de uma efectiva independência nacional e substancial melhoria das condições de vida do povo português.

A Revolução e as conquistas de Abril transformaram profundamente a fisionomia do País. Portugal passou a constituir um exemplo saudado por toda a humanidade progressista, por todos os que amam a paz, a democracia e o progresso social.

A prova insuflável de que a Revolução e as conquistas de Abril estão para sempre identificadas com as mais profundas aspirações e anseios dos trabalhadores e do povo português, é atestada com o facto de se ter conseguido resistir às raivosas ofensivas de desgaste e destruição a que têm recorrido as forças do passado fascista, aliadas ao imperialismo e a falsos democratas, para enterrar e subverter Abril e as suas conquistas.

Assistimos, nos últimos nove anos, a um constante agravamento da vida do País — mais de meio milhão de trabalhadores desempregados ou com salários em atraso; uma crise social, económica e financeira que abrange todos os sectores produtivos e todas as camadas sociais, que avilta e põe em perigo a independência nacional e que tende a agravar-se mais e mais no caso de se concretizar a integração de Portugal na CEE; uma crescente degradação das condições de vida do povo; a generalização da corrupção, do nepotismo e da imoralidade, que assumem dimensões assustadoras.

A profunda crise e instabilidade em que o País foi mergulhado não se deve aos que defendem Abril e as suas conquistas mas sim aos que procuram esquecer Abril e enterrar as suas conquistas.

Os dramáticos problemas com que o povo português se debate põem em evidência não o fracasso do regime democrático, mas o carácter criminoso e antinacional da política de direita e sua sujeição aos que querem restaurar os monopólios e os latifúndios fascistas, destruir o regime democrático e enfeudar o País ao imperialismo, política que não se pode desligar da próxima visita a Portugal de Reagan.

Os que procuram enterrar Abril, são os mesmos que aprovam ou têm na forja leis repressivas (uma delas chama-se de Segurança Interna e convém lembrar que à Pide também se chamou «Defesa Geral da Segurança»); são esses mesmo que tentam criar novas leis laborais anti-operárias e leis eleitorais antidemocráticas; que querem aprovar leis que permitirão brutais e indiscriminados aumentos de rendas de casa, leis que, se forem aprovadas, irão lançar nas ruas e nas barracas centenas de milhares de famílias. Todos esses, quando falam de Abril é para denegri-lo ou enterrá-lo.

Aqui, na capital do País, nesta nossa bela cidade, onde se vive cada vez com menos alegria, onde há buracos por todo o lado, onde diariamente há prédios a cair e árvores a serem arrancadas para servir os interesses dos

especuladores e dos parasitas, a presidência da Câmara não só tentou impedir, aqui no Rossio, a realização dos festejos de ontem à noite, como também o belo desfile e comício de hoje para o qual teve de recorrer-se a uma camioneta a servir de palco.

A liquidação das grandes conquistas de Abril (as nacionalizações, a Reforma Agrária e o próprio regime democrático) e uma nova revisão da Constituição, constituem a plataforma política em torno da qual se estão a congregar as forças reacçãoárias do passado fascista, o grande patronato e aqueles outros que já se intitularam democratas mas que estão hoje aliados ou identificados com os objectivos políticos da direita e do imperialismo.

Os que lançaram o País na ruína, os que põem em causa a Revolução de Abril e que mutilam a independência nacional, são os mesmos que procuram levar a Belém aquele que actualmente é o principal arquitecto e obreiro da política de direita, o dr. Mário Soares.

A base social e política em que se apoia a coligação do Governo actual está cada vez mais reduzida. A política e a prática do Governo M. Soares/M. Pinto ou Machete estão profundamente desacreditadas. A sua continuação é um insulto às instituições e uma ameaça à democracia. O Governo e os que na Assembleia da República aprovam as suas leis, que desrespeitam e violam a Constituição e as instituições, há muito que perderam a legitimidade para governar e legislar.

Apesar de a TV e a comunicação social, ao serviço do Governo, silenciarem a vida e a luta do nosso povo, cresce e desenvolve-se por todo o País um poderoso e diversificado movimento popular de massas que abrange todas as camadas sociais, que reclama a demissão do Governo e luta em defesa da democracia e dos interesses nacionais.

Raro é o dia em que pelo País não se registam acções e lutas significativas em defesa do SEE e da Reforma Agrária (tal como sucedeu nos dias 18 e 19, com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores); lutas e acções contra o desemprego, contra os salários em atraso, contra a carestia de vida; lutas em defesa dos interesses e direitos dos agricultores, dos PME's, dos intelectuais e quadros técnicos, em defesa dos interesses específicos da juventude, das mulheres, dos reformados e deficientes.

As forças democráticas e patrióticas são bastante mais poderosas que as forças reacçãoárias. Há razões para confiar na luta e na consciência do povo português e será pela luta que o Governo poderá e deverá ser demitido.

As constantes acções do movimento popular de massas, as grandes e variadas realizações comemorativas do 25 de Abril que por todo o País se estão a realizar e o próximo 1.º de Maio, dia dos trabalhadores mas poderosa jornada de luta de todos os portugueses em defesa dos ideais de Abril, indicam de forma clara que estão reunidas as condições para se assegurar uma alternativa democrática e a formação de um governo capaz de vencer a crise em que a política e governos de direita mergulharam o País.

Discurso de Octávio Pato pronunciado no comício das comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa

## Nacional



palavra deputados do PCP, PS, PSD, CDS, MDP/CDE, ASDI e UEDS, Ramalho Eanes salientou que «temos vindo a assistir, e continuamos a assistir, a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis, que não podem ser justificadas nem esquecidas».

O camarada Carlos Brito salientou que se comemora o 25 de Abril, «não como uma ténue, mas como uma realidade viva, como uma promessa a cobrar e uma mensagem a concretizar» (o «Avante!» publica este discurso noutra local).

## Juventude

A presença da juventude nas comemorações de mais um aniversário do 25 de Abril foi tónica dominante em todas as iniciativas.

Combativa e alegre, a juventude abriu o desfile em Lisboa, logo atrás dos capitães de Abril e da comissão promotora. A toda a largura da avenida letras que sublinhavam que os jovens estão «sempre por Abril». Depois, a vontade de «Paz, Participação e Desenvolvimento», o 12.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a falta de condições escolares, o desemprego e a alternativa que se exige.

Tudo isto no meio de muitas palavras de ordem e canções. Assim: «bate certo, certinho, a luta a continuar e o Governo a ir ao ar». Bate certo, sim senhor.



Na cabeça da manifestação, em Lisboa, integraram-se, como habitualmente, numerosos capitães de Abril e democratas de vários sectores



Jovens e crianças presentes nas grandes jornadas do 11.º aniversário do 25 de Abril — uma presença especial a lembrar responsabilidades e projectos a concretizar, porque o futuro é desses jovens e dessas crianças. Um futuro no espírito de Abril



## A política do Governo e os ideais de Abril

### ● Extractos da intervenção de Carlos Brito

Não é preciso ser exaustivo para mostrar que andam distanciados de Abril os rumos governamentais que nas questões mais importantes seguem mesmo na direcção oposta. Não é preciso ser exaustivo também para mostrar como a política das classes mais favorecidas e a de todos aqueles que se submetem ao seu império nada têm a ver com o interesse nacional e visa mesquinhos objectivos de ganhos, de poder e de mando.

#### Nova política económica

É oportuno recordar onze anos depois, que os Capitães de Abril preconizaram desde a primeira hora em documentos básicos unanimemente aprovados: «uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas».

A que é que assistimos hoje em Portugal?

Assistimos a uma política económica posta completamente ao serviço das classes mais favorecidas a quem tudo se dá e a quem tudo se perdoa. Dão-se-lhes isenções fiscais verdadeiramente majoestáticas, créditos vultuosíssimos, subsídios de centenas de milhares de contos por unidade, às vezes a fundo perdido, dão-se-lhes indemnizações, concessões e transferências, facilidades e opções, uma autêntica cruzada de espoliações de bens e capitais feita a seu favor. Perdoa-se-lhes a falta de pagamento de salários, a falta de pagamento de impostos, a falta de pagamento à Previdência, a falta de pagamento às alfândegas, a falta de pagamento à banca nacionalizada. Raramente na História nacional se terá assistido a tamanho regabofe.

#### Estratégia antimonopolista

Os Capitães de Abril definiram desde a primeira hora

uma «estratégia antimonopolista» no desenvolvimento da qual se liquidaram os monopólios e os latifúndios e se realizaram as nacionalizações e a Reforma Agrária. Hoje assistimos não apenas a uma estratégia pró-monopolista, mas a uma impudente política de restauração dos monopólios e dos latifúndios, o que quer dizer o restabelecimento do domínio e do poder económico e político sobre o País de um punhado de famílias como acontecia durante a ditadura fascista.

#### Uma nova política social

Os Capitães de Abril preconizaram desde a primeira hora: «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras».

A que assistimos hoje em Portugal?  
Assistimos a uma política

social abertamente contrária aos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo a quem tudo se tira e tudo se nega. Tira-se-lhes o poder de compra através da degradação dos salários reais, tira-se-lhes os postos de trabalho e agrava-se o desemprego, tira-se-lhes o próprio salário, permitindo-se que se mantenha e alaste o flagelo dos salários em atraso, exemplo vivo da injustiça social mais hedionda. Nega-se-lhes o direito ao controlo de gestão, nega-se-lhes o direito de reclamar junto do Primeiro-Ministro e outras autoridades, procura-se tirar-lhes as garantias contra os despedimentos, o direito à greve e o próprio direito à contratação colectiva.

Extractos da Intervenção de Carlos Brito em nome do Grupo Parlamentar do PCP na sessão solene da Assembleia da República comemorativa do 25 de Abril.

PCP

# O formato – mudou. A luta – continua!

Antes de qualquer outra caracterização, o «Avante!» é o órgão central do PCP. É assim um instrumento de trabalho e de luta do Partido, das suas organizações e militantes: O que significa que é um jornal que assume e concretiza uma posição de classe, ideológica e politicamente clara, um jornal de combate e intervenção política.

A política é uma forma de intervenção sobre a realidade, pelo que a acção política requer o conhecimento dessa realidade. Através da **informação** que dá, o «Avante!» é um instrumento para o conhecimento dessa realidade.

Mas, na medida em que a acção política revolucionária visa a transformação da realidade de acordo com os mais profundos e legítimos anseios da humanidade, o jornal de Partido tem de ser não apenas um reflexo da realidade, mas também um elemento activo da sua transformação. Ao fornecer **informação** aos militantes e organizações que directamente actuam sobre a realidade, a informação dada pelo «Avante!» constitui já um elemento de transformação. Mas a acção colectiva sobre a realidade requer a divulgação da **orientação** colectivamente traçada para a acção.

A **realidade**, a **informação** e a **orientação** constituem assim três inseparáveis vértices da acção do jornal de Partido. A realidade quedará inalterada se sobre ela não houver informação que a torne conhecida e orientação que enfome a acção colectiva que a transforma; a informação será inútil se não corresponder à realidade e não for acompanhada pela orientação que visa transformá-la; a orientação será estéril se não se basear na realidade e não for divulgada como informação.

## Uma luta difícil

Nas condições concretas do Portugal de 1985, a luta no campo da Comunicação Social é particularmente aguda. À semelhança do que ocorre noutros pontos do globo, a direita e o imperialismo, impedidos pela luta de massas e pelo funcionamento de instituições democráticas, de recorrer aos meios de coacção violenta ao nível que os seus objectivos requererem, privadas de importantes alavancas de controlo político e económico da sociedade, concentram na utilização dos grandes meios de comunicação que dominam enormes esforços de influência e controlo das massas.

O desenvolvimento tecnológico e as possibilidades do capital proporcionam à burguesia e ao imperialismo instrumentos que, neste campo, asseguram uma relação de forças que lhes é favorável.

Face à RTP, à RDP e à imprensa estatizada controladas pelo governo PS/PSD, a uma multiplicidade enorme de órgãos de imprensa dominados pelo capital e seus agentes ideológicos, o «Avante!» trava no **campo informativo** uma batalha complexa: dar a informação sobre a actividade do PCP e as lutas de massas que a maioria da comunicação social silencia; corrigir a

informação falseada; combater a mentira factual e as ideias reaccionárias.

## A notícia e o comentário

Enquanto jornal, o «Avante!» conta com um valor inestimável: um público política e ideologicamente caracterizado que com ele mantém uma relação de militância. Contudo, da óptica de execução prática do jornal, há que ter em conta a grande diversidade deste público que – correspondendo à influência do PCP – tem a sua expressão maioritária nas classes trabalhadoras, mas atravessa todas as classes e camadas sociais, nas suas diversidades culturais, regionais e etárias.

Por outro lado, o «Avante!» defronta tecnicamente uma contradição. A sua periodicidade semanal vocaciona-lo para o conteúdo mais reflexivo e crítica característica dos semanários; mas as necessidades da luta impõem-lhe uma intensa acção informativa e noticiosa sobre os temas que a maioria da Comunicação Social silencia ou distorce.

## Forma e linguagem

Como em qualquer comunicação, os problemas da forma são extremamente importantes na feita de um jornal. Este é, já em si próprio, uma forma determinada de veicular um conteúdo (informação, ideia) e a sua concretização pode assumir os mais diversos aspectos.

As questões de forma num jornal assumem essencialmente dois aspectos: a escrita propriamente dita e o seu tratamento e a apresentação gráfica.

Duas críticas são feitas ao «Avante!» no que se refere à escrita: a excessiva extensão dos textos e monotonia de linguagem. Ambas têm razão de ser.

Contudo, duas questões serão de sublinhar.

A excessiva extensão de um texto é frequentemente consequência de... pouco tempo para o escrever! Parece paradoxal, mas não o é: desbastar um escrito até que nele se quede apenas o essencial é um trabalho que requer por vezes mais tempo do que o exigido pela sua redacção. E aqui surgem as condicionantes impostas pelo ritmo de laboração de um jornal e pela escassez de meios. Há, porém, que melhorar.

Quanto à linguagem, sem dúvida que é necessário encontrar maior dinamismo, vivacidade, clareza. Mas atenção! A luta de classes e a luta ideológica não passam ao lado das palavras: uma palavra exprime um conceito e, em cada momento, é imprescindível – num jornal e numa política que se impõem rigor ideológico – saber se, mudando

uma palavra, não se está a mudar, ou a alterar, um conceito. «Política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista» é um conceito rigoroso expresso por estas palavras: não somos nós que as usamos demais – ela, a tal política, é que dura há tempo demais! E enquanto ela for o que é, chamá-la-emos pelo nome: mudaremos as palavras quando mudar a realidade a que elas se referem.

## Forma e formato

Historicamente, são razões de ordem técnica as que estão na origem dos diferentes formatos dos jornais. Naturalmente porém que a realidade estética por elas gerada criou hábitos e gostos ao nível do público.

O chamado «formato grande» surgiu como uma possibilidade de, com o mesmo tempo de impressão, produzir jornais que incluíssem maior quantidade de informação. Lógico, por conseguinte, que tal formato foi usado por jornais importantes e influentes, dispondo não só de vasta informação para dar, como também de meios económicos capazes de assegurarem os necessários meios técnicos.

Note-se, contudo, que havendo muita informação, é indispensável hierarquizá-la uma vez que nem tudo tem a mesma importância e a importância relativa entre diversos assuntos é também informação – e importante.

Num material com palavras impressas como é um jornal, a importância (e até significado) relativo das coisas é dado afinal de forma muito semelhante à usada quando se fala: falando mais alto ou mais baixo, num tom ou noutro.

É evidente que

25 de Abril sempre!

é diferente de

## 25 de Abril sempre!

tal como

25 de Abril sempre!

é diferente de

## 25 de Abril sempre!

Usando tamanhos e formatos, pode-se sussurrar ou gritar, ser irónico ou afirmativo, dar importância ou ignorar. Mas tal como uma voz necessita amplitude para poder dar tais significados – um jornal precisa espaço!

É evidente que o formato grande consente o mesmo que uma voz poderosa: falar baixo se assim o entender, gritar bem alto se tanto for necessário.

## O tablóide e o «Suplemento»

O formato tablóide representa assim um limitação efectiva da expressividade gráfica de um jornal,



nal, compensada naturalmente pela maior facilidade do seu manuseamento.

A questão não é de pura redução do formato. Se numa página de texto interior a questão não se põe com grande acuidade, é evidente que as fotos terão sempre de ser de menor formato e a capacidade de uma primeira página em número de assuntos e destaque relativo é menor.

Todavia é uma verdade que, nomeadamente nas condições de vida moderna (transportes públicos, etc), o tablóide oferece indiscutíveis vantagens a que os leitores (e os do «Avante!» não são excepção) se têm vindo a demonstrar cada vez mais sensíveis.

A anterior remodelação do «Avante!», que introduziu o «Suplemento» em formato tablóide mantendo o 1.º caderno em formato grande, correspondeu a uma primeira resposta ao conjunto destes problemas.

Por um lado, diversificou-se fisicamente o jornal em função dos seus diferentes conteúdos: um 1.º caderno essencialmente



noticioso e um suplemento de feição mais «semanário», com artigos e reportagens mais extensos e temáticas mais variadas. Por outro lado, manteve-se a possibilidade de utilizar as potencialidades do formato grande – nomeadamente a 1.ª página – e introduziu-se o tablóide.

## Conclusões de uma experiência

Após três anos, a experiência permitiu retirar algumas conclusões.

A reacção dos leitores foi amplamente favorável ao tablóide e tornou-se frequente a sugestão de adoptar esse formato para todo o jornal.

A separação em dois cadernos permitiu maior maleabilidade ao jornal e melhor arrumação.

Verificou-se ainda que o conteúdo noticioso do interior do 1.º caderno poderia ser compatibilizado com um tablóide.

Mas, alguns problemas se verificaram também, lado a lado

com exigências a que a fórmula não dava solução.

Assim, o facto de se fazer um jornal com dois cadernos de formato diferente obrigava a duas impressões, isto é, quase que a fazer dois jornais em cada número.

A existência de dois – e só dois – cadernos com personalidades muito diferentes não contemplava toda a diversidade de materiais a arrumar no jornal de forma lógica e coerente.

Finalmente verifica-se que há ainda um conjunto de informação necessário que o «Avante!» não dava.

## A presente remodelação

A remodelação que hoje é posta em prática pretende corresponder no essencial a quatro grandes linhas:

a) melhorar a informação geral do «Avante!» sobre a actividade do Partido e a situação nacional, alargando-a em quantidade, mas dando-lhe também melhor arrumação que facilite a leitura;

b) introduzir um conjunto de informação geral útil em termos de quotidiano que (tendo nomeadamente em conta o aumento de custo de vida e as dificuldades de adquirir vários jornais) permita ao leitor encontrá-la no «Avante!»;

c) corresponder às vantagens de leitura e económicas (impressão única) do tablóide;

d) manter a 1.ª página do «Avante!» no seu formato actual assegurando a presença e combatividade de uma dimensão que permite hierarquizar e desenvolver adequadamente as grandes chamadas de atenção de cada semana.

A solução aqui está.

A partir de hoje, o «Avante!» surge organizado em quatro cadernos (que, por motivos técnicos, saem da máquina dentro uns dos outros mas que, naturalmente, devem ser separados pois funcionam autonomamente).

O 1.º caderno inclui a 1.ª página de sempre, um resumo esclarecedor e afirmativo dos grandes temas da semana abordados no jornal. No seu verso – e já em formato tablóide – o **Editorial** e

o **Resumo noticioso da semana**. No seu conjunto, todo o 1.º caderno funciona como o fundamental de cada número: a leitura da 1.ª página dará ao leitor a indicação dos temas essenciais da semana e sua importância relativa, o Editorial fornece a análise e orientação política do PCP, e o **Resumo** contém o essencial dos acontecimentos em Portugal e no estrangeiro.

O 2.º caderno – a «**Semana**» – é o caderno marcadamente noticioso, virado para os acontecimentos presentes e seu noticiário. Actividade do PCP, lutas de trabalhadores, situação internacional, o Poder Local, a Assembleia da República, etc.

O 3.º caderno – «**Em Foco**» – recolhe a experiência do «Suplemento» e assegura o tratamento mais em profundidade de temas essenciais em moldes, digamos, mais de semanário.

Finalmente, o 4.º caderno – «**Agenda**» – inclui um vasto conjunto de elementos de informação útil para o dia-a-dia dos leitores: uma agenda de realizações políticas e sociais, programa da RTP, sugestões quanto a cinema e livros, cartaz teatral, de exposições e de espectáculos, etc.

## A fechar

Apenas mais uma palavra. Sobre o preço.

Simultaneamente com esta remodelação, o «Avante!» acompanha – como habitualmente – o aumento de preço dos jornais diários. Mantém-se assim substancialmente abaixo do custo dos outros semanários portugueses.

Mas há ainda alguma coisa a acrescentar: ao contrário dos outros jornais, o «Avante!» não tem qualquer receita de publicidade, não conta com subsídio de papel estatal nem de porte pago rio envio pelo Correio. O «Avante!» vive exclusivamente de uma receita: a que provém da sua compra. Aumentar a difusão, aumentar as vendas, aumentar a divulgação e a leitura são assim tarefas que se colocam a todos os militantes do Partido, a todas as organizações.

Quarenta e quatro anos depois de ter rompido o silêncio fascista e iniciado a sua publicação clandestina, onze anos depois de ter surgido nas ruas libertadas pela Revolução de Abril, o «Avante!» prossegue, nas tuas mãos, leitor, o combate de sempre.

O formato – mudou. A luta – continua!



## PCP

## Atenção à Festa do Cravo Vermelho



A tradicional Festa do Cravo Vermelho vai animar a Volta do Vale, no concelho de Coruche, já no fim-de-semana de 18 a 19 próximo. Actividades desportivas, baile, teatro, folclore e comércio são pontos destacados do programa para os dois dias da Festa, a que nos referiremos em pormenor na próxima semana. A iniciativa é da Comissão Local da Volta do Vale, do PCP.

## Santarém: feira de velharias na Festa do «Avante!»

«Diversificar e melhorar a nossa participação» no grande convívio do Alto da Ajuda é um dos objectivos da **Feira de Velharias** que os comunistas da organização Regional de Santarém estão a preparar. Pedem a colaboração de todos os amigos do distrito para que lá no sótão, na despensa ou naqueles sacos com coisas antigas que têm lá ao canto, procurem objectos de folha, loiças, alfaias agrícolas, arreios, ferragens, mobiliário diverso, materiais de adegas, brinquedos antigos, moedas, postais ilustrados, bengalas, etc. Depois, se puderem, entreguem essas velharias nos CTs do Partido. Vão fazer sensação na Festa do «Avante!»

## Zita Seabra no Couço

Por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP, vai realizar-se na próxima quarta-feira no **Couço** (concelho de Coruche) uma sessão de esclarecimento em que participará a deputada comunista Zita Seabra, suplente da Comissão Política do Partido. Este encontro decorrerá na Casa do Povo, a partir das 21 e 30 horas.

## Reunião do Comité Local do Porto



«A aquisição pelo PCP de um novo centro de trabalho na cidade para sede da organização local do Porto, constitui uma profunda derrota da reacção e revela a grande força e implantação do PCP, a sua determinação inabalável de defender a democracia e a sua confiança no futuro do nosso país», sublinhou a reunião do Comité Local do Porto (CLP) do PCP, realizada no último sábado no Centro da Boavista. A actual situação política, as principais tarefas e lutas da organização local do Partido, que engloba as freguesias da cidade Invicta, as lutas populares e as eleições autárquicas que se aproximam foram temas em foco na reunião.

Sobre aquele último tema, o CLP salientou que «o notável trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU na Câmara Municipal do Porto, na Junta de Miragaia, nos pelouros APU das juntas de freguesia e nas assembleias de freguesia e municipais, se tem traduzido num considerável aumento do prestígio e da força eleitoral da APU, que hoje, na cidade do Porto, aparece claramente como a força mais capaz para resolver os problemas da população e da cidade».

O CLP enaltece as grandiosas comemorações de Abril e apela à participação massiva neste 1.º de Maio.

## Encontro dos professores comunistas de Setúbal

«Em 1984-85, durante o 1.º período, às 60 mil crianças do ensino primário no distrito de Setúbal atribuiu o Governo uma verba de 1200 contos para livros e outro material. Supondo que só 20 por cento dessas crianças são carecidas, a média dos subsídios não ultrapassou os 100 escudos» — lê-se num dos capítulos do anteprojecto de documento-base, em discussão, do II Encontro dos Professores Comunistas do Distrito de Setúbal, iniciativa marcada para o próximo dia 18, no Barreiro. Evidenciando uma profunda ligação às situações que marcam a vida escolar nos 13 concelhos de distrito, o documento proposto para debate reúne um importante conjunto de informações, de análise aos problemas, de ideias e comentários, ao longo de cinco capítulos: **Introdução, caracterização genérica do sector no distrito, gestão democrática e frente pedagógica** (nos preparatório e secundário e no primário), **movimento de pais e encarregados de educação, movimento sindical docente e, finalmente, o Partido.**

## Grande Noite do Fado no B.º Areias (Montijo)

Por apenas 250 escudos, aceite este convite para a noite do próximo sábado, especialmente se reside no concelho do Montijo. É a Grande Noite do Fado, com jantar, baile e, claro, o fado pela voz dos melhores especialistas do Montijo. Bacalhau à Braz, canja ou caldo verde, frutas, doces, pão e vinho constam da ementa. Para o baile, haverá um acordeonista à disposição. Tudo isto se vai desenrolar na Sociedade do Bairro Areias, a partir das 20 horas.

# O Vitória para o Partido Expo-venda na Casa do Alentejo encerra sexta-feira

A **arquitectura do Vitória** e a obra de **Cassiano Branco** é o tema da intervenção do arquitecto **Pedro Vieira de Almeida**, prevista para amanhã (quinta-feira), às 18 e 30, no âmbito das jornadas de animação cultural que enquadram a exposição-venda de artes plásticas, na Casa do Alentejo, em Lisboa.

A expo-venda, que encerra na próxima sexta-feira, dia 3, foi promovida pela célula de artistas plásticos do Sector de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, e constitui desde já um significativo contributo para a campanha de fundos com vista à compra e obras do Centro Vitória, edifício que pertence ao património arquitectónico da cidade de Lisboa.

A palestra de Pedro Vieira de Almeida culmina outras acções culturais já realizadas, nomeadamente por iniciativa das células da **Música** e do **Teatro**, daquele Sector da ORL do PCP.

A expo-venda ainda patente no átrio da Casa do Alentejo reúne nomes consagrados e jovens promissores no campo das artes plásticas. A variedade, qualidade e número dos trabalhos expostos, bem como a grande afluência do público e o profundo interesse pela aquisição das obras, tornaram esta iniciativa num êxito valioso para a campanha, ao mesmo tempo que reforçou os laços de solidariedade dos artistas portugueses para com as lutas em prol do futuro.

do distrito de Lisboa, das acções empreendidas pelas células de empresa e bairro e pelas concehlias, a campanha avança com a venda da 2.ª grande rifa, a sortear pelo Santo António, e que

tória da organização do Partido no distrito de Lisboa e que na situação difícil em que vivem os trabalhadores e o povo só um partido como o PCP com uma forte e crescente influência junto da população do distrito, poderia levar por diante com êxito uma campanha como esta.



A **passagem da «barreira»** dos 60 mil contos e o 11.º aniversário do 25 de Abril juntaram alegria e determinação na noite da última quarta-feira (24 de Abril) num «meeting» em que participou o dirigente comunista Octávio Pato, frente ao Vitória, na Av. da Liberdade

A campanha do Vitória prossegue, entretanto, com outras iniciativas. Confirma-se o êxito já obtido (a passagem dos 60 mil contos). E actua-se para o seu reforço dinâmico. A pensar não só na compra do velho edifício, como também nas obras de restauro e de adaptação necessárias.

Além das iniciativas locais, promovidas pelas organizações

vai atribuir brindes valiosos, incluindo um automóvel.

No passado dia 25 de Abril, o controlo financeiro da campanha ultrapassava já os 61 mil contos, de acordo com o quadro que aqui deixamos mais adiante. Recorde-se que foi no passado dia 19 que a DORL do PCP anunciou a passagem dos 60 mil contos, considerando que a campanha constitui uma importante vi-

Alenquer	213	132	00	
Arruda Vinhos	86	928	00	
Azambuja	125	155	50	
Cadaval	29	343	00	
Mafra	220	183	00	
Lourinhã	54	293	00	
Sobral	157	178	00	
Torres Vedras	403	466	00	
Amadora	2	464	659	50
Cascais	1	908	535	50
Carnaxide	1	290	213	00
Oeiras	589	977	50	
Sintra	1	282	482	00
Queluz	1	477	762	50
Loares-Ocid.	2	590	376	00
Loares-Ori.	3	149	345	50
Vila Franca Xira	3	782	120	70
C.L.L.	17	284	971	20
Bancários	2	419	765	00
Seguros	1	006	615	00
Sect. Público	1	493	632	50
Transportes	4	126	386	00
Função Pública	1	631	436	00
Saúde	2	837	412	00
Informação	558	860	00	
Intelectual	3	503	132	50
Sect. Sindical	1	030	392	00
SIP/DORL	2	537	923	00
Livraria Vitória	39	759	50	
CT Vitória	200	813	00	
JCP	13	000	00	
DORL	4	512	538	50
TOTAIS	61	021	786	90

## Festa da Primavera Um belo convívio no Fogueteiro Domingo, às 18 horas, comício com Carlos Brito

Está a suscitar vivo interesse, particularmente no concelho do Seixal, a próxima edição da Festa da Primavera, jornada de convívio popular organizada pelas Comissões Concelhias do PCP e da JCP e que decorrerá no próximo fim-de-semana, abrindo da melhor maneira na sexta-feira à noite com **Rão Kyao** ao vivo, a partir das 21 horas.

A Festa da Primavera prosseguirá sábado e domingo, estando marcado para o fim da tarde desse último dia um comício com intervenção do dirigente comunista **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do Partido na Assembleia da República.

Espaço aberto à unidade, à confraternização democrática

ca e ao esclarecimento, a Festa da Primavera promete três dias de animação, num programa diversificado, com múltiplos e variados pontos de interesse.

Além das exposições, da presença do artesanato, da quermesse e das actividades desportivas, o visitante encontrará um esmerado serviço de bar, com berbigão, pratinhos de dobrada e ou-



tros petiscos bem portugueses, moscatel, ginja, doces, etc. Atenção também aos espectáculos e ao conjunto da animação musical para os três dias.

A festa decorrerá na ex-fábrica Elo, no **Fogueteiro**.

## Gondomar Concelhia do PCP dinamiza diálogo entre democratas

O crescimento da actividade e da influência do PCP e da APU e o descrédito que atinge os outros partidos estão a traduzir-se numa significativa deslocação política para a área da Aliança Povo Unido e abrem perspectivas para um crescente alargamento unitário da sua base de apoio. A conclusão refere-se ao concelho de **Gondomar**, no distrito do Porto (embora se possa aplicar a imensas zonas do País), e consta de uma nota divulgada à Comunicação Social, após uma recente reunião plenária

da Comissão Concelhia local do PCP. Uma das decisões aí tomadas aponta para a intensificação em todo o concelho dos contactos e outras diligências junto de democratas de várias tendências e a discussão aberta dos grandes problemas do concelho e das propostas para a sua superação.

Analisando a grave situação social em Gondomar, aquele organismo do Partido alerta para o escândalo dos salários em atraso que atingem milhares de trabalhadores de várias empresas,

provocando situações de fome, de crianças desmaiadas nas escolas e mesmo casos de suicídio. Os comunistas de Gondomar salientam, entretanto, «uma firme disposição de luta dos trabalhadores, como são os casos da **Marilene, Cif, Varandas, Grupo Mondego, Herculano e Azevedo** e outras».

Um último apontamento sobre as conclusões da CC de Gondomar:

«Existem condições bastante favoráveis para o crescimento do Partido. O recrutamento de muj-

tos novos militantes, o aprofundamento da estrutura da organização partidária, a significativa evolução da difusão da Imprensa do Partido e as iniciativas em curso mostram a vitalidade, o prestígio e a capacidade de intervenção política do PCP.»

Refira-se, a propósito, que continua na Organização Regional do Porto a campanha de difusão da Imprensa do Partido, registando-se excelentes resultados na divulgação e venda do **Avante!** e de **O Militante**.

PCP

**ALENTEJO**

# Mil delegados em Évora

**É já no próximo fim-de-semana (iniciando-se às 9 e 30 de sábado) que decorrerá a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo do PCP**

Eleitos nos seus colectivos, na proporção de um por cerca de 30 membros do PCP, 1000 delegados oriundos dos 43 concelhos dos três distritos alentejanos (Portalegre, Évora e Beja) estarão já no próximo fim-de-semana envolvidos directamente nos trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo-ORA, do Partido Comunista Português. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, outros membros da direcção do Partido e ainda meio milhar de convidados provenientes de toda a região completam o quadro de participantes desta Assembleia, que decorrerá nos pavilhões do Rossio de São Brás, em Évora.

Manifestação de especial significado da intensa vida democrática do Partido, jornada apontada ao futuro, ponto de partida para novas responsabilidades e tarefas, a 1.ª Assembleia da ORA culmina um largo conjunto de realizações preparatórias em que participaram milhares de comunistas, tanto nas acções mais recentes (plenários e reuniões para discussão do projecto de resolução política e eleição dos delegados), como nas assembleias de diversos níveis de organização, com destaque para as de âmbito distrital: Beja e Portalegre em 1984 e Évora no início deste ano.

Todas essas iniciativas proporcionaram um levantamento dos aspectos políticos, económicos, sociais e culturais das diferentes zonas do Alentejo, ao mesmo tempo que reuniram ideias, propostas e preocupações fundamentais quanto à acção do Partido, seu funcionamento e tarefas. A tudo isto, teremos que acrescentar o reflexo da profunda ligação dos militantes comunistas às realidades, às aspirações, às lutas e às transformações democráticas que se vivem na região.

Como sublinha uma nota divulgada há dias em Évora pela Direcção Regional do PCP, a organização do Partido é no Alentejo «a força mais influente», tanto no plano da acção política como na expressão eleitoral das populações. A tribuna da Assembleia dos comunistas será, assim, a tribuna da Reforma Agrária, do Poder Local democrático e das liberdades.

**Três objectivos centrais**

Espaço de reflexão e debate para um largo conjunto de temas que interessam a todo o povo alentejano, a 1.ª Assembleia da ORA tem à partida três objectivos essenciais.

Além do balanço ao trabalho e às lutas desenvolvidas na região nos últimos 11 anos, há que «prestar contas à organização» e também eleger a nova DORA — a Direcção Regional, que dirigirá o Partido no Alentejo até o próxima Assembleia.

A concretização daqueles objectivos centrais motivará um intenso debate em torno do projecto de resolução política estan-

**Álvaro Cunhal intervém no comício de encerramento da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português, domingo, dia 5, cerca das 15 horas, no Rossio de São Brás. Momentos antes do comício, vários grupos corais desfilarão entre a Praça Joaquim António de Aguiar (Jardim das Canas) e o local da Assembleia, passando pelas artérias centrais da cidade de Évora.**

de propostas de alteração e aditamento avançadas individual e colectivamente pelos membros do Partido. Estas propostas constituem um excelente contributo para o enriquecimento do texto do projecto, que será ainda melhorado na própria Assembleia.

O documento está dividido em oito capítulos. Após uma breve nota introdutória, dá uma caracterização geral dos três distritos alentejanos, prosseguindo com

to económico e social do Alentejo e, por outro lado, um balanço dos principais aspectos da vida do Partido, do seu funcionamento, da sua organização e estruturação.

**Sete sessões**

«Com o PCP mais forte, desenvolver o Alentejo no caminho de Abril» é o lema da Assembleia, que, como já referimos, decorrerá nos pavilhões do Rossio de São Brás, junto à Praça de Touros da histórica cidade alentejana. O início dos trabalhos está marcado para as 9 e 30 de sábado, prosseguindo até ao fim da tarde, com os intervalos necessários, num total de quatro sessões. Os trabalhos começam no domingo de manhã, prolongando-se até ao comício com Álvaro Cunhal, cerca das 15 horas. No total, a Assembleia terá sete sessões de trabalho.

Entre outros serviços de apoio aos participantes (delegados e convidados), funcionará um restaurante com refeições de qualidade ao preço de 250 escudos, para os almoços de sábado e domingo. Com marcação devidamente antecipada e em especial para os camaradas residentes fora do concelho de Évora, haverá também jantar de sábado.

Como salientou ao «Avante!» o camarada António Gervásio, da Comissão Política do PCP, em Évora está tudo a postos para a Assembleia!



**A Organização Regional do Alentejo (ORA) do PCP abrange os três distritos alentejanos (Portalegre, Évora e Beja), num total de 43 organizações concelhias profundamente ligadas à vida, à luta e às aspirações populares**

**«Barreiro – Trabalho em Festa» – uma forma de promover amizade**

De 6 a 10 de Junho acontecerá no Barreiro «uma iniciativa que vai procurar recuperar velhas tradições barreirenses e tornar-se num grande convívio popular», como salienta ao Avante! a Comissão Concelhia local do PCP, organismo que promove o «Barreiro – Trabalho em Festa». A jornada festiva está a ser preparada com especial entusiasmo, prevendo-se uma boa adesão em todo o concelho. «Animar um fraternal convívio de amizade nas velhas ruas barreirenses», diz-nos a C. Concelhia do PCP, é o objectivo da iniciativa, que decorrerá na zona do «Barreiro Velho»: Rua Aguiar, Pateo dos Bichos, Largo do Casal, etc. Do programa fazem parte exposições, actividades culturais e desportivas diversificadas, visitas guiadas e espectáculos. Atenção às próximas edições do «Avante!» e às novidades desta festa.

**De 31 de Maio a 2 de Junho a 9.ª Festa da Amizade em Almada**

No concelho de Almada (e não só) toda a gente conhece esta iniciativa dos comunistas. Vai agora para a sua 9.ª edição e tem reunido sempre milhares de pessoas. É a Festa da Amizade, que, como foi referido nos trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia, realizada recentemente na Cova da Piedade, «tem vindo a impor-se por si própria a muitos outros acontecimentos de âmbito concelhio e pode afirmar-se que é e vai continuar a ser a maior iniciativa político-cultural do nosso concelho». A 9.ª Festa da Amizade terá um programa diversificado, com inúmeros motivos de interesse: do **Café Concerto ao Monte Alentejano**, passando pela cervejaria, leilão de velharias, exposição ornitológica, outra de artes plásticas, não esquecendo o espaço dedicado ao Fado de Abril. A entrada permanente para a Festa, a «PA» custa 220 escudos. Entretanto, no último fim-de-semana decorreu a primeira jornada de trabalho voluntário para erguer a Festa da Amizade no Laranjeiro. Na próxima semana, daremos mais pormenores sobre a iniciativa.

**Quem tem uma galinha a mais para ajudar a campanha do CT de Melides?**

Se o leitor reside na zona de Melides (concelho de Grândola) não se espante se no próximo fim-de-semana um grupo de militantes comunistas lhe bater à porta e pedir uma contribuição para a campanha de fundos destinada ao novo Centro de Trabalho do PCP, em Melides. E já agora: não se espante se lhe pedirem produtos hortícolas, ou uma galinha, ou talvez um coelho, um pato ou um peru, ou ainda qualquer outra coisa do género. Resta informar que os pedidos decorrerão na **praia de Melides, Molinho do Vau, Sancha, Val Figueira, Melides, Caveira, Valinho da Estrada, Sobrelras Altas, Carvalhal, Pego, Lagoa Formosa, e Brego.**

**Novo CT da DORS: recolha de sucata em Grândola**

Já o havíamos salientado em recente trabalho sobre a campanha de fundos que decorre na Organização Regional de Setúbal para a construção do novo (e indispensável) CT da DORS: uma campanha feita por comunistas é uma campanha de imaginação, de criatividade, de empenho. Assim sucede no distrito de Setúbal. O exemplo desta semana (um entre muitos possíveis) vem do concelho de Grândola: iniciada a 1 de Abril e terminando a 31 de Maio, aí se desenrola uma campanha de recolha de sucata, acção que contribui de forma significativa para a participação dos comunistas de Grândola na campanha em curso na ORS. Como nos refere a C. Concelhia do Partido, são os seguintes os materiais a recolher: **ferro, cobre, chumbo, latão, alumínio, zinco, metal, papel, papelão** e objectos e produtos que se possam vender.

Refira-se, entretanto, que a campanha para o novo CT da DORS regista já um pouco por todo o distrito uma boa dinâmica de divulgação e propaganda, com expressiva distribuição de materiais nos 13 concelhos: isqueiros, porta-chaves, peças de cerâmica, baldes para gelo e outras recordações. Bons resultados estão também a ser obtidos com a iniciativa dos 1000\$00 por militante. Segundo informações prestadas anteontem ao «Avante!» a campanha ultrapassou já os 6500 contos.

**Assembleia dos comunistas da Chamusca**

Realizar uma Assembleia é um bom motivo para melhorar e dinamizar a actividade e o funcionamento do Partido. É o que está a acontecer na organização concelhia da **Chamusca** (distrito de Santarém), cuja Assembleia — a 2.ª — está marcada para 9 de Junho próximo. Recrutar até ao fim do ano mais 32 novos militantes a fim de atingir os 550 membros do PCP no concelho, é um dos objectivos em foco naquela organização. Nas próximas semanas, estaremos atentos à iniciativa.



**A 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Évora decorreu no Teatro Curvo Semedo, na vila de Montemor-o-Novo, a 20 de Janeiro deste ano. Anteriormente, tinham já sido realizadas as Assembleias de âmbito distrital dos comunistas de Beja e de Portalegre. Os resultados do intenso debate e do levantamento efectuados para essas Assembleias são um importante contributo para o êxito do grande encontro a realizar no próximo fim-de-semana na cidade do Templo de Diana**

Uma ligação que quer dizer, em primeiro lugar, participação e solidariedade nas grandes batalhas da Reforma Agrária e do Poder Local democrático, conquistas de Abril que têm no Alentejo uma expressão viva e dinâmica com repercussões na vida de largos milhares de cidadãos.

do confirmadas à hora do fecho desta edição mais de 90 intervenções.

Apresentado pela DORA cessante, o projecto de resolução — documento fundamental para o trabalho dos comunistas — tem suscitado intensa e viva discussão e registou várias centenas

um balanço das transformações realizadas, do avanço para a Reforma Agrária, do movimento sindical unitário, do Poder Local democrático, das lutas de massas. O projecto de resolução política da 1.ª Assembleia da ORA reúne ainda um conjunto de propostas objectivas para o desenvolvimen-

Trabalhadores

# Primeiro de Maio Um recorde de manifestações por todo o País

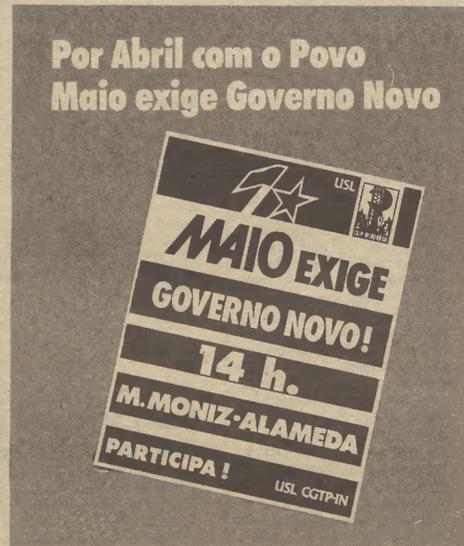
O Primeiro de Maio deste ano, cujas comemorações se iniciaram logo após o 25 de Abril com uma exposição sindical na Praça da Liberdade no Porto, promete ser uma das mais concorridas manifestações de massas, desde que essa data se comemora em liberdade no nosso país.

Promovidas como habitualmente pelo movimento sindical unitário, democrático e popular, as festas, que são ao mesmo tempo afirmações de reforço da unidade e demonstrações do fortalecimento da acção de massas, incluem um total superior a 50 iniciativas por todo o território nacional sob o lema «Por Abril com o Povo/Maio exige Governo Novo».

Da grande massa de documentação distribuída destacamos o apelo lançado em Lisboa pela União dos Sindicatos onde se reafirma que «a defesa do Portugal democrático e a luta por uma vida digna são objectivos centrais das comemorações do 1.º de Maio — objectivos que, para serem alcançados, implicam a demissão do Governo e a formação de um outro que respeite Abril».

Do programa das comemorações em Lisboa sobressai naturalmente, com início às 14 horas de hoje, a grande concentração na Praça Martim Moniz e o desfile que daí parte para a Alameda Afonso Henriques.

No Porto, consta do programa das comemorações uma romagem ao Prado do Repouso, e há manifestações marcadas para seis localidades do distrito. Naquele cemitério portuense foi



evocada a memória dos trabalhadores assassinados no decorrer das manifestações no Porto durante o Primeiro de Maio de 1982. Para ontem estava marcada também uma outra acção de homenagem às vítimas da Polícia de Intervenção junto à estação de São Bento na baixa portuense.

Destaque requerem algumas regiões, como a de Aveiro e Viseu, onde o movimento sindical unitário tem desenvolvido última-

mente destacada actividade e onde, como em todo o País, as condições de vida se deterioraram gravemente, encerrando inúmeras empresas e crescendo o montante dos salários por pagar.

Como no Algarve (manifestações em Faro, Portimão, Silves, Lagos e Vila Real de Santo António) os trabalhadores do distrito vizense marcaram também cinco manifestações no distrito (Viseu, Lamego, Mangualde, Canas de Senhorim e S. João da Pesqueira). Em Setúbal, a parte do distrito mais próxima de Lisboa integra, como é usual, a manifestação que parte do Martim Moniz, mas haverá também iniciativas na sede do distrito setubalense.

Em todas as comemorações marcam presença as actividades artísticas, culturais e desportivas. Ao anunciar «as mais de 50 grandes concentrações e manifestações em todos os distritos do País para assinalar o Dia Internacional do Trabalhador», a CGTP-IN afirma:

«A questão determinante que se coloca actualmente a todos os democratas portugueses é saber se o futuro do nosso país assenta, como pretende o actual Governo, num projecto de liquidação das liberdades e dos direitos fundamentais dos cidadãos e de substancial redução da soberania e independência nacionais, ou se, pelo contrário, deve responder a um projecto que, em rigoroso cumprimento da democracia e do regime constitucional, garanta os direitos essenciais dos portugueses e uma via de desenvolvimento económico independente» para o nosso país.

## Greve na UCAL

# Esgotadas no dia 26 todas as hipóteses de negociação

Ao confirmar, sexta-feira passada, a greve dos trabalhadores da UCAL, a FEPACES (Federação sindical do comércio), uma das signatárias do respectivo pré-aviso, apela «à compreensão do público para a falta de leite», nos dias 29 e 30, e afirma que se desenvolveram todos os esforços possíveis para chegar a acordo, tendo-se esgotado «todas as hipóteses de negociação com a direcção da UCAL». Neste campo das acções de luta em empresas e sectores, requerem ainda atenção esta semana os professores (prevista greve este mês); empregados do comércio (supermercados Nutripol e Boa Ajuda: concentração dia 30 junto do Ministério do Comércio e Turismo); Sorefame; empresas de Viseu; sector do material eléctrico e electrónico; trabalhadores da Imprensa (Agência France-Presse); e vidreiros da CIVE.

Empresa do sector empresarial do Estado (SEE), a CIVE (embalagem de vidro — Marinha Grande), equipada com a mais moderna tecnologia da Europa, continua a braços com a viabilização, cujo contrato já deveria ter sido assinado em Setembro ou Outubro do ano passado.

Num comunicado distribuído na Marinha Grande, os trabalhadores da CIVE (já foram 660; hoje são 490), com 80 mil contos de salários em atraso, acusam em primeiro lugar o Governo, pela situação criada em todo o SEE, e o ministro da Indústria, Veiga Simão, pelas promessas que não cumpriu.

Ameaçada de estrangulamento económico e financeiro, a CIVE precisa urgentemente desse contrato de viabilização, que depende do Instituto de Participações do Estado (IPE) e do Banco Espírito Santo, que nada

têm feito para resolver a situação.

### Desemprego e dívidas nas lojas Nutripol e Boa Ajuda

Segundo o CESL (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços) com sede em Lisboa, os trabalhadores das cadeias de supermercados Nutripol e Boa Ajuda estão «há nove meses na situação de desemprego, com cerca de 95 mil contos de salários em atraso e mais de 46 mil contos de indemnizações legais que o Governo continua sem pagar».

Os trabalhadores, que marcaram para ontem, dia 30, uma concentração junto do Ministério do Comércio e Turismo, em Lisboa, com início às 14 e 30, exi-

gem o pagamento dos salários em atraso e as indemnizações. O Sindicato representativo (CESL) afirma que a situação dos trabalhadores é «desesperada». No entanto, embora «três sucessivos secretários de Estado do Comércio Interno — Escalva Gonçalves, Carlos Filipe, Agostinho Abade — tenham reconhecido formalmente, através de despachos, a justiça que assiste aos trabalhadores, o mesmo acontecendo com a Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional», o Governo «recusa-se a ordenar a efectivação dos pagamentos». Foi mesmo afirmado recentemente pela Secretaria de Estado do Comércio Interno, revela o CESL, «que o processo de extinção da Nutripol e Boa Ajuda ia ser dado por encerrado, com o não pagamento dos salários em atraso e grave prejuízo para os trabalhadores no que se refere, inclusivé à Segurança Social».

Caso não resulte a forma de luta adoptada, serão desencadeadas outras acções já previstas pelos trabalhadores.

### Desemprego e despedimentos arbitrários em Viseu

Só no distrito de Viseu são perto de dois mil os trabalhadores com salários em atraso. A legislação laboral raramente é

acatada, abusa-se dos contratos a prazo, pagam-se salários abaixo do mínimo das tabelas, há repressão, são limitadas as liberdades sindicais. Num plenário realizado há dias na União dos Sindicatos de Viseu, os activistas sindicais acusaram o Governo, a Inspeção-Geral do Trabalho e o Ministério PSD de Amândio de Azevedo como responsáveis pelo agravamento do desemprego na região, pelos despedimentos arbitrários em empresas como a Tervil, Sá Ferreira, Almaguê, Manuel da Costa, Cerof, Avitécnica, Nalofar, Neometa, Discoral, Rodoviária Nacional. Entre as empresas com salários em atraso foram referidas a Viseu Industrial, Hermírios, Lemos & Marques, Unitécnica, Manuel Vieira da Cruz, Margal e Restaurante São Mateus. Entretanto, encerrava a Fábrica de Confeições Confizela, em Oliveira de Frades, lançando no desemprego 50 trabalhadores. O proprietário é o presidente da Câmara Municipal da vila que, segundo o secretariado da União dos Sindicatos de Viseu, utilizou um falso argumento para justificar o fecho da empresa. Alegou que «o edifício fabril e terrenos adjacentes à Confizela estão abrangidos pela zona de expropriação onde vai ser implantada a Escola Secundária de Oliveira de Frades». A União dos Sindicatos afirma que, entretanto, «os terrenos não foram expropriados» e, ao que conseguiu

apurar, «a Direcção das Construções Escolares não aprovou o projecto de construção apresentado».

### Direcção da UCAL pretende retirar regalias sociais

Enquanto na Sorefame, a administração pretende reduzir a zero a actividade da comissão de trabalhadores, agindo ilegalmente e enfrentando o protesto das ORTs dessa grande empresa do SEE, na UCAL a direcção não se limita à tentativa de impor aumentos salariais «muito aquém da inflação». Afirma a FEPACES, ao confirmar a entrada em greve, que os responsáveis pela UCAL querem acabar com regalias sociais, nomeadamente alterando discricionariamente horários de trabalho e aumentando os preços das cantinas e infantários da empresa.

Entretanto, sublinha a FEPACES, «os sindicatos afectos à UGT, largamente minoritários na UCAL, mais uma vez fizeram jus à sua fama: já aceitaram a retirada das regalias sociais, pretendida pela direcção da empresa, a troco de aumentos salariais baixíssimos». Apoiada na UGT, a direcção da UCAL avança «na tentativa vã de desmobilizar os trabalhadores», ameaçando com o não pagamento dos salários este mês, acrescenta a FEPACES ao confirmar a realização da greve.

Terra

# Governo afronta os tribunais Reforma Agrária exige reposição da legalidade

## • 274 Acórdãos continuam por executar

Numa clara e ostensiva manifestação de desrespeito pelos tribunais, violando em toda a linha a própria lei designadamente os prazos que ela estabelece, o Governo PS/PSD insiste em não acatar as decisões do Supremo Tribunal Administrativo (STA) que mandam devolver aos trabalhadores as terras e outros bens que lhes foram ilegalmente usurpados.

Com é do conhecimento público o STA profereu até ao momento 274 acórdãos favoráveis às UCP's/Cooperativas Agrícolas, dos quais 174 já transitaram em julgado. Tais acórdãos dão provimento a recursos interpostos pelas unidades de produção contra a entrega ilegal de reservas.

Em face desta situação seria legítimo no mínimo esperar que no respeito pela lei e pelas decisões dos tribunais o Executivo liderado por Mário Soares tratasse de mandar executar tais acórdãos, anulando o acto recorrido e devolvendo tudo o que ilegalmente fora retirado aos trabalhadores.

Puro engano. Colocando-se frontalmente fora do quadro da legalidade democrática o Governo entendeu não executar até ao momento um só desses acórdãos favoráveis aos trabalhadores.

Em contrapartida, sempre que se trata de um ou outro acórdão favorável a um agricultor, o Ministério da Agricultura não perde tempo em mandar executá-lo, revendo de imediato o processo. Ou seja, como muito justamente as UCP's/Cooperativas têm vindo a denunciar está-se em presença de dois pesos e duas medidas, método que garante em todas as circunstâncias a satisfação plena das pretensões dos agricultores.

Indigno do Portugal de Abril, tal comportamento tem sido

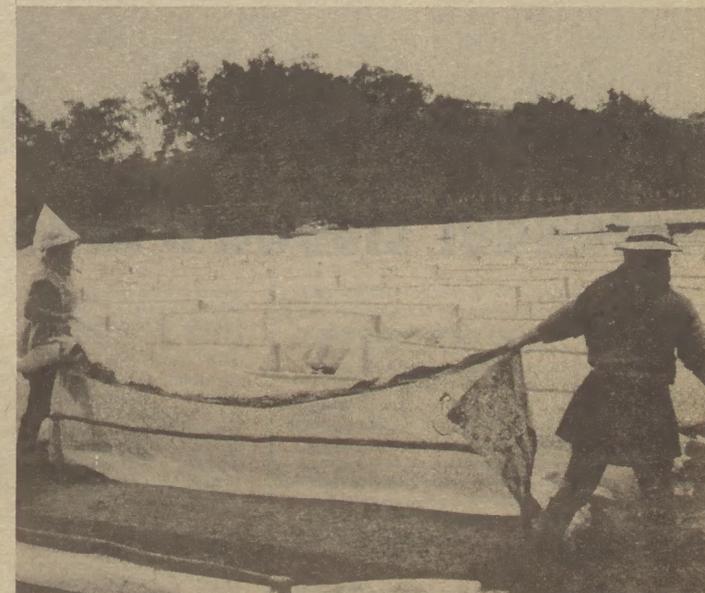
sistematicamente denunciado pelos trabalhadores agrícolas e suas organizações representativas para quem, naturalmente, a reposição da legalidade de-

mocrática constitui um dos objectivos prioritários da sua luta.

Como ainda recentemente sublinhava o Secretariado das UCP's/Cooperativas do distrito de Évora o Governo enche a boca com o «estado de direito» mas é ele, no fim de contas, o primeiro a afrontar, e de forma grosseira, as leis consignadas na Constituição, ao mesmo tempo que procura abrir novos

processos de reservas, entregar mais terras a agricultores, publicar uma nova lei que liquide a Reforma Agrária.

Uma situação tanto mais grave quanto se sabe que grande parte das herdades, barragens e instalações em causa estão votadas ao abandono ou subaproveitadas, quando poderiam estar a produzir muitos dos bens que actualmente o País importa.



Nas mãos dos trabalhadores as terras produzem riqueza, dão o pão a carne e o leite que o País carece; um quadro bem diferente encontramos nas terras na posse dos agrários, muitas delas mandadas devolver às UCP's/Cooperativas por acórdãos do STA, decisões que na sua totalidade continuam por cumprir.

## LUTAS E TAREFAS

### • EPAL: Governo pretende alienar actividades da empresa

Os trabalhadores da EPAL, que participaram activamente na jornada de luta do dia 18 pela defesa do sector empresarial do Estado, afirmam, numa resolução aprovada em plenário, que aquela empresa pública (das Águas Livres de Lisboa) «poderá ser desmembrada e os seus postos de trabalho postos em causa, afectando gravemente o património público, prejudicando a população e o País». O plenário geral do dia 18, antecedido por outros nos vários locais de trabalho, acusou a gestão e o Governo (os representantes dos trabalhadores deslocaram-se ao Ministério da tutela para entregar as resoluções do plenário) de pretenderem entregar a particulares várias actividades lucrativas como a cobrança, a reparação de contadores e as obras de assentamento de tubagem. Ao mesmo tempo, o conselho de gerência (há uma ordem de serviço nesse sentido) pretende limitar na EPAL o direito à greve. O plenário geral do dia 18 reafirmou a «disposição de luta dos trabalhadores em defesa da EPAL, como empresa pública» assim como, dos seus direitos, garantias e interesses, «o que passa por uma gestão diferente e por uma nova política para a EPAL e para as empresas públicas» nacionais.

### • Municípios de Faro: greve amanhã pela integração na EDP

Marcada para o segundo período de trabalho de amanhã, dia 2, a greve dos tra-

balhadores da Federação dos Municípios de Faro resulta de uma situação que o Sindicato das Industrias Eléctricas do Sul e Ilhas considera «insustentável». Há nove anos que está legalmente decidida — mas nunca foi concretizada — a integração dos serviços da Federação dos Municípios de Faro na EDP. Os trabalhadores, que decidiram o recurso à greve em plenários nos dias 10 e 11 de Abril, acusam a comissão administrativa da Federação, cujas dívidas à EDP «ascendem a mais de dois milhões de contos e continuam a agravar-se ao ritmo de 150 mil contos/mês», de «entravar as negociações com a EDP e bloquear o processo de integração». Os cerca de 400 trabalhadores da Federação encontram-se, segundo o Sindicato, «gravemente lesados no tocante a salários e garantias sociais e profissionais, porque o regime laboral da Função Pública, que actualmente os abrange, é menos favorável que o da EDP». A Federação dos Municípios de Faro, além da autarquia da capital do distrito, abrange as Câmaras de Loulé, Silves, Albufeira, São Braz de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

### • Anunciada greve no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Uma assembleia geral reunida no ISEL, no passado dia 18, decidiu desencadear uma semana de greve, de 6 a 11 de Maio, caso o Governo e o Ministério da Educação não satisfaçam as reivindicações dos trabalhadores, que aguardam

há seis anos «a definição legal do seu regime jurídico e a reclassificação profissional prevista no decreto-lei n.º 536/79, de 31 de Dezembro». Os trabalhadores do ISEL, filiados no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, querem ver finalmente aprovado aquele decreto e os quadros de pessoal. Segundo o Sindicato, os trabalhadores do ISEL admitem o endurecimento da luta, se as acções até agora desenvolvidas não produzirem efeito.

### • Falta de pessoal, falta de segurança nas escolas, congelamento das promoções: Encontro Nacional dos Trabalhadores não docentes

Promovido pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública (FNSTFP) decorre no próximo dia 7, terça-feira, no Teatro Aberto, à Praça de Espanha, em Lisboa, o Encontro Nacional dos Trabalhadores Não-Docentes das Escolas, Jardins de Infância e Direcções Escolares que apresentará propostas concretas no sentido da resolução de problemas inadiáveis, como a grave carência de pessoal, a estagnação profissional e a «indefinição permanente» que, segundo a FNSTFP, «não favorece o funcionamento da Escola». A Federação, que propõe «a criação de carreiras específicas», afirma que, «desde o continuado ao operário, ao oficial administrativo, ao técnico do SASE e ao chefe dos Serviços Administrativos, todos têm sido impedidos de progredir nas car-

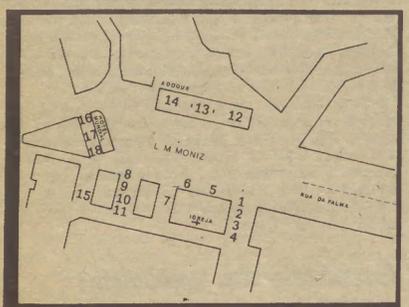


reiras», devido à «incapacidade técnica e política do Ministério da Educação». O Encontro Nacional aprovou um caderno reivindicativo.

### • Comércio retalhista: os piores salários

De acordo com dados oficiais portugueses relativos a Março de 1983, citados em Genebra pela delegação da FEPACES (Federação sindical do comércio) que aí participou numa iniciativa do âmbito da OIT, enquanto o salário médio nos seguros era, naquela data, de 38 775 escudos, e atingia, na banca, uma média superior a 33 contos e quinhentos, no comércio retalhista fixava-se em 18 336 escudos, contando-se assim este amplo sector de actividade «entre os que praticam piores salários em Portugal».

## LOCAIS de CONCENTRAÇÃO MARTIM MONIZ



- 1 — JUVENTUDE
- 2 — BANCÁRIOS
- 3 — SEGUROS
- 4 — AMADORA
- 5 — TRANSPORTES
- 6 — EMPRESAS PÚBLICAS
- 7 — SETUBAL
- 8 — FUNÇÃO PÚBLICA
- 9 — SAUDE
- 10 — PROFESSORES, ARTISTAS, G. INT'L'S
- 11 — COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 12 — CASCAIS
- 13 — OBRAS
- 14 — SINTRA
- 15 — LISBOA
- 16 — LOURES
- 17 — CONCELHOS DO NORTE
- 18 — V. FRANCA DE XIRA

## Povos e compartes defendem baldios

### • Deslocação à Assembleia da República • Jornada de luta em Soutosa, dia 26

As tentativas de roubo dos baldios (a última das quais está consubstanciada nos projectos de lei da autoria da ASDI, PSD e CDS agendados para discussão com carácter de urgência na Assembleia da República) continuam a enfrentar a resistência dos povos e compartes das zonas serranas do norte e centro do País.

Considerando inaceitáveis tais projectos, os conselhos directivos de baldios (CDB's) continuam a bater-se em defesa da lei em vigor, diploma que consideram bom e justo e que consagra a administração, uso e fruição pelos povos desses terrenos comunitários que abrangem centenas de milhares de hectares.

Ainda recentemente uma delegação do Secretariado dos baldios da zona da Serra do distrito de Coimbra, em representação de 73 CDB's deslocou-se a Lisboa, à Assembleia da República, tendo na ocasião sublinhado que a actual lei permitiu levar a paz às serras do interior, proporcionando de novo a utilização da sua riqueza em benefício dos povos.

Na opinião dos povos e compartes os baldios têm permitido uma melhor aproveitamento agrícola em pastagens e outras culturas, as suas receitas têm servido para introduzir melhoramentos nas aldeias que dotou modo tarde ou nunca chegariam, têm em suma constituído um verdadeiro pólo

de desenvolvimento económico, social e cultural.

Não admira pois que as tentativas de roubo em curso (acompanhadas por manobras e por um clima de intimidação exercido por autarquias, em-

presas de celulose, caciques e mesmo governos civis) estejam a criar um movimento de repúdio que se generaliza e a encontrar pela frente a oposição firme e corajosa dos povos, aos quais desde tempos imemoriais estas terras pertencem.

### Homenagem a Aquilino

É aliás na sequência deste movimento que se insere a jornada de luta em defesa dos baldios marcada para o próximo dia 26, em Soutosa, Moimenta da Beira.

A iniciativa, em fase avançada de preparação, parte do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu e tem em vis-

ta, por outro lado, homenagear Aquilino Ribeiro pela passagem do centésimo aniversário do seu nascimento. A ocasião será aproveitada para repor o busto do escritor mandado erguer pelos baldios há três anos, entretanto roubado por desconhecidos e posteriormente aparecido.

## Poder Local

Só pode defender e recuperar Lisboa quem a amar; e amá-la é conhecê-la, saber das múltiplas origens dos seus problemas, descobrir os diversificados caminhos que conduzem às soluções, possuir a capacidade e a vontade necessárias para seguir esses caminhos. (José Casanova no Encontro APU «Defender Lisboa Recuperar a Cidade»)



## Defender Lisboa é amá-la e conhecê-la

Já o dissemos no número anterior quando tentámos relatar o Encontro realizado no Hotel Roma nos passados dias 19 e 20 de Abril, que aí fora feita uma análise muito rigorosa da situação existente na cidade de Lisboa, da «doença» da cidade, vítima da política continuada da administração Abecasis; que de um modo geral, o Encontro, não se limitando ao diagnóstico, demonstrou que existem remédios e revitalizar a cidade. «Fascinante viagem de observação, de reflexão, de análise, de crítica, de busca criativa de respostas para os milhares de perguntas que o percurso foi suscitando», como disse o camarada José Casanova, a propósito do Encontro, a viagem mostrou muito do que é a realidade a modificar.

Uma das tónicas retiradas do Encontro foi a de que a gestão camarária, com Abecasis à frente e apoiada não apenas pelo PPD e CDS mas também pelo PS, colocada ao serviço de interesses contrários aos da maioria da população, se tem revelado ruínosa, incompetente, irresponsável, colocando Lisboa, como afirmou Rui Godinho, «em situação de emergência».

Aquele vereador APU apontou algumas das expressões resultantes de tal gestão: deliberada ausência de planeamento urbanístico; persistente recusa desta e da anterior administração em implementar as acções há muito propostas pela APU visando a actualização do Plano Director Municipal; gestão «a retalho» do território do município; operações megalómanas e especulativas que levam à galopante terciarização, à desertificação e à insegurança, à densificação do uso do solo, ao aumento incontrolado de volumetrias, à sobre-saturação e ruptura das infraestruturas, à criação de elevadíssimos fluxos de trânsito dentro da cidade e entre esta e a periferia.

Outro dos elementos apontados por Rui Godinho como característica da actual gestão é o esbanjamento de enormes meios financeiros e de outros recursos

municipais para «resolver» os gravíssimos problemas criados pelas grandes operações especulativas.

Por outro lado e decorrendo da análise rigorosa da própria realidade, os «mitos» Abecasis foram desmontados, desmentidas as suas afirmações demagógicas que têm procurado, contra os factos, criar a ideia de que há problemas resolvidos na cidade.

### Crise de crescimento

No apuramento das conclusões do Encontro, Silva Graça,

chamando a atenção para a «doença da cidade» que atinge um momento crítico, desmentiu que se trate, como alguns comodamente afirmam alijando responsabilidades, de uma «crise de crescimento». Embora a emigração em direcção a Lisboa, causada pela ausência de condições de vida na província, ajude a agravar o problema, disse o vereador APU. Mas lembrou que a ausência de medidas a nível nacional e de uma política orientada nos caminhos de Abril não justifica tudo. E acusou a actual maioria que governa a cidade de agravar de maneira substancial todos os problemas.

Recordando as medidas tomadas pela Comissão Administrativa Democrática até finais de 1975, e comparando-as com a política que seguiu, primeiro da responsabilidade do PS e depois de 1979 com Abecasis e seus pares, os esforços feitos pela administração democrática em pouco mais de um ano são completamente díspares da política ruínosa que lhe sucedeu.

As razões dessa disparidade? Em primeiro lugar, objectivos opostos. A uma Câmara ao serviço da população seguiu-se o

desleixo e a incompetência da administração PS e, mais tarde, o «projecto» contra os interesses da cidade e da população, a favor do grande capital e dos grandes especuladores imobiliários. Lisboa é hoje uma cidade muito mais agressiva, incómoda e degradada.

Cidade esburacada, com graves deficiências em infraestruturas de saneamento básico, sujeita a inundações trágicas, pessimamente iluminada (quatro mil candeeiros apagados!), com engarrafamentos monstros, velocidade dos transportes públicos a cair (às vezes com «alguém a empurrar»), com poucas zonas verdes, sem mercado abastecedor em condições, com débil vida cultural e desportiva, cidade desertificada nas zonas centrais que se terciarizam (empurrando para fora os habitantes para acolher comércio e escritórios), este é o panorama, consequência da gestão que há mais de cinco anos se apoderou da Câmara.

### Os três «dês»

Sem qualquer planeamento global, de costas voltadas para as câmaras limítrofes, o que impede soluções de conjunto, não respeitando o património edificado — seja ele histórico, monumental ou outro —, sem cuidar das infraestruturas e permitindo e servindo-se da anarquia, alienando o solo municipal em favor da especulação, a política seguida nos últimos anos pode definir-se, como foi feito no Encontro, pelos «três dês»: — Demolição, Despejos, Demagogia.

E se este tipo de gestão prosseguir? O aviso foi lançado: «já estamos em situação de ruptura», particularmente no tocante ao trânsito e gestão da vida pública, ao estado de conservação dos pavimentos, à degradação do património edificado. A situa-

ção pode conduzir ao colapso da cidade, que arrastará consequências graves também para a região e populações.

Foi sublinhada, portanto, a urgência de uma nova política, de uma nova Câmara, com objectivos não só diferentes mas opostos. Que defenda Lisboa e o seu património. Que recupere a cidade para os seus utentes que

dados, de recuperar rapidamente as escolas primárias, de acorrer às situações mais graves da ruptura de pavimentos, com reacção dos «corredores», de lançar uma empreitada que repare os cerca de 4 mil candeeiros actualmente apagados.

Quanto às segundas: iniciar a revisão global do Plano Director Municipal, em diálogo com as

### As barracas do Abecasis

Diz o Presidente que quando chegou à Câmara havia 30 mil barracas em Lisboa. E que hoje só há 18 mil...

Ora, os números de um estudo mandado fazer pelo próprio em 1980 apontava para a existência de apenas 10 mil barracas. É verdade que hoje existem 18 mil. Terão crescido entretanto? Pelo menos — e ainda os números — tudo indica que a habitação nunca se produziu tão pouca. Em 83/84, o GTH construiu 793 fogos apenas. Terão ido todos parar a mãos carenciadas?

### Despejos sim, casas não!

A construção de habitação em Lisboa em 1983/84: Construção por e para privados representa 79 por cento. O que resta, 21 por cento, é que se destinou a camadas insolventes ou necessitadas de apoio. Ora mais de 70 por cento da população de Lisboa necessita de apoio. E há mais de 50 mil pedidos de habitação na Direcção de Serviços respectiva.

Mais números: estão em curso 10 mil despejos. E a Associação dos Inquilinos Lisbonenses prevê que eles subam para 30 mil no caso de aprovação a curto prazo da famigerada Lei das Rendas.

nela se movem, trabalham ou apenas circulam.

Para concretizar estes objectivos não basta apenas uma nova câmara dispor-se a utilizar os meios existentes, é preciso que os utilize de forma oposta à actual e que lute por novos meios — financeiros, técnicos, humanos, institucionais. Que defina claramente as prioridades, que actue em articulação com os municípios circundantes.

Medidas de emergência e medidas de, curto, médio e longo prazo foram apontadas: quanto às primeiras sublinhou-se a necessidade de sustentar todas as operações especulativas, de salvaguardar o património edificado, de construir infraestruturas e equipamentos nos bairros degrá-

autarquias limítrofes, com as populações, com o poder central; evoluir a curto prazo para formas institucionais, tipo comunidade, em diálogo com os vários operadores e municípios vizinhos, no que toca ao trânsito, transportes e gestão da via pública; lançar o diálogo com os municípios com vista a encontrar as melhores soluções em diversos campos — áreas de habitação, equipamentos regionais, infraestruturas que interessem à região no seu conjunto.

As ideias, baseadas nas possibilidades concretas, não faltam. E haverá mais quando, em Outubro, novo Encontro APU apresente um programa para a capital. Para defender Lisboa e recuperar a cidade.

Poder Local

# O Porto a ver a água subir

## • Nem só as cheias preocupam os portuenses; agora a água sobe... de preço!

A população do Porto e dos concelhos limítrofes, depois de ter visto aumentadas as tarifas de electricidade, vê agora o preço da água subir. A primeira das decisões, aprovadas na Câmara com os votos do PS, do PSD e do CDS, que previa não só a criação de uma empresa pública mista alienando o valioso património dos SMGE, com incidentes imediatos e graves nos concelhos vizinhos de Gaia, Maia, Valongo e Gondomar, prevê aumentos, para os consumidores de electricidade da região, de 4 a 5 vezes mais nos próximos dois anos. A segunda, anunciada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Porto, decidiu a fixação em 20 escudos para o preço do metro cúbico de água, preço muito superior ao que fora proposto pelos concelhos agora atingidos — Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo. Boa parte do aumento vai para a amortização do empréstimo contraído — meio milhão de contos — pela Câmara do Porto, aprovado também pelo PS, PSD e CDS, para lançar a obra de emergência necessária ao fornecimento de água de boa qualidade para o Porto e concelhos vizinhos, beneficiando cerca de um milhão de habitantes.

A APU, que se bateu pela concretização desta obra e saudou a vitória que se concretiza no facto de ela ir ser lançada, denunciou, entretanto, a forma como agora se prevê o seu pagamento que implica encargos exorbitantes não só para os municípios como para os consumidores. Com efeito, a APU, que

### Um bem social

Os vereadores da APU e os membros do Povo Unido que participam no Conselho de Administração dos SMAS sublinharam que tanto nas câmaras e assembleias municipais como no próprio CA, pugnaram pelo estabelecimento de uma política tarifá-

nem prejudicados nem beneficiários, devendo o preço da água corresponder ao seu custo. No que se refere às tarifas, defendem os membros da APU, elas deverão ser fixadas por forma a cobrir as despesas correntes, prevendo-se uma pequena verba para investimentos normais e salvaguardando-se os consumidores de mais baixos recursos económicos. Os necessários grandes investimentos não deveriam, assim, onerar os consumidores, mas ser suportados pelo Governo central.

Não é esse o entendimento nem do Governo nem dos partidos que o apoiam, particularmente da parte do PS que pretende, sob a capa de uma pretensa «uniformização» das tarifas, aumentar brutalmente as mesmas, lançando sobre a população do Porto aumentos de mais de 80 por cento!

### As manobras

Continuando a denunciar as manobras e jogos partidários desenvolvidos em torno do proble-

boicotar acções e obras necessárias ao abastecimento.

«As obras de captação», acusa a APU, «foram suportadas exclusivamente pelo Porto, à custa naturalmente da não realização de outras obras e da não satisfação de não menos justas aspirações dos portuenses».

E continuam:

«Entretanto, os concelhos limítrofes e as forças políticas que neles são maioritárias, designadamente o PS, limitaram-se a fazer pressões para a constituição à pressa e de qualquer maneira de uma chamada «Associação de Municípios» a pretexto de que só através dela era possível qualquer apoio ou financiamento».

Que resulta de tais manobras, quando os seus promotores reconhecem hoje que bastava um protocolo de acordo entre os municípios abrangidos?

Os encargos resultantes do empréstimo contraído na sequência da solução imposta pelo Governo e aprovada pelo PS, PSD e CDS na Câmara e na Assembleia, cifram-se este ano, só em juros, em cerca de 100 mil contos. Que vão ser suportados pelos munícipes. A maioria do CA dos SMAS, contra o voto da APU, aprovou, apoiando-se exclusivamente na razão de tais encargos, um aumento das tarifas de água para mais de 43 por cento em relação aos valores actuais.

### Incomportável

«Quando começarem as amortizações do empréstimo» afirmaram os membros da APU do Porto, «teremos aumentos brutais e completamente incomportáveis para a população da cidade».

Desmascarando as manobras do PS destinadas a «impor a sua vontade num processo que desde sempre entrou e boicotou e para cuja concretização não deu um único passo», a APU denuncia-lhes a intenção de «amarrar o Porto à formação de uma Associação de Municípios onde terá a maioria absoluta» de que se servirá para os seus objectivos políticos desprezando os interesses das populações.



Os grandes investimentos são necessários, mas quem os deve pagar é o Governo central, e não as populações

participa no Conselho de Administração dos SMAS, aí trabalhou no sentido — como de resto o fez e continua fazendo nos órgãos autárquicos — de pôr termo ao flagelo da água intragável. Mas as suas propostas eram outras. Como em conferência de imprensa realizada recentemente explicou.

Recordando que, para o financiamento da condução de emergência e para o lançamento da Central Elevatória necessários ao fornecimento de água em boas condições, o grupo parlamentar comunista propuzera a inclusão, no Orçamento de Estado, de uma verba de 700 mil contos a transferir para os SMAS, a APU sublinhou que, já nessa altura e nessa instância, os representantes dos partidos da coligação governamental, apoiados pelo CDS, haviam recusado a proposta. E mais tarde, PS, PSD e CDS, na Câmara e na Assembleia Municipal do Porto, aprovam a contracção de um empréstimo obrigacionista, de 500 mil contos, à taxa de juro de 29,5 por cento. O que implica encargos para os municípios da ordem de um milhão e 250 mil contos!

ria que tivesse em conta «o carácter eminentemente social do bem que é fornecido — a água», acentuando que, no fornecimento desta aos concelhos limítrofes, os SMAS não deveriam sair

ma da água, a APU acusou particularmente as maiorias PS nos concelhos limítrofes de, em lugar de procurarem soluções viáveis e menos onerosas, recorrerem a pressões e manobras visando

## Novas instalações em Setúbal para Junta de Freguesia

Que data melhor escolher que o 25 de Abril para inaugurar as novas instalações de uma grande freguesia gerida pela APU? A esta pergunta responderam os numerosos populares que assistiram — ou melhor, participaram — na cerimónia realizada no Largo Manuel da Graça, em Setúbal, onde se situam as instalações da Junta de Freguesia de S. Sebastião, a maior e mais populosa do concelho. Cerimónia que contou com a presença do presidente da Câmara, camarada Francisco Lobo, e do presidente da Junta, camarada Jerónimo Matias. Na ocasião foi descerrada uma lápide com o nome do antifascista Manuel da Luz Graça, que deu o nome ao largo.

Abandonado há mais de 10 anos pelo extinto Fundo de Fomento da Habitação, o espaço onde agora funciona a Junta de Freguesia, arranjado por iniciativa da Câmara e da Junta, começou a ser alvo da cobiça dos representantes do Governo, as-

sim que souberam as intenções das autarquias em aproveitar tais instalações. A resposta popular a tal cobiça, comparecendo o povo em massa no acto eleitoral, demonstra a confiança do povo da freguesia nos seus dirigentes autárquicos. E no 25 de Abril que permitiu o poder local democrático.

A inauguração, integrada nas comemorações do concelho do aniversário da revolução, constituiu oportunidade para lembrar a todos, nas palavras do Presidente da Câmara, a luta corajosa dos resistentes ao fascismo; e para recordar também, nas palavras do presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, o trabalho proveitoso realizado em colaboração estreita com as populações, as suas organizações de base, comissões de moradores, colectividades e associações que tem sido determinante na realização de numerosas obras, melhoramentos e resolução de problemas.

## PS e o medo das actas

«As actas da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho são tudo menos o que se passa nas sessões.» Esta a acusação, lançada em comunicado pela APU daquele concelho de Coimbra, denuncia o comportamento do PS que, na AM, não só deturpa as respectivas actas como recusa arquivar as gravações que deveriam servir para serem consultadas. De que tem medo o PS local? Que quer esconder? A APU recorda que o PS votou contra um inquérito à Câmara Municipal, «a propósito de um processo apresentado por uma firma do concelho à administração municipal em que efectua graves acusações a autarcas do concelho». Depois de ter estado de acordo com o parecer de uma comissão nomeada pela AM e coordenada pela APU, o PS diz na Câmara que entrara em negociações com a tal firma...

## O povo exige e faz

Na sequência da concentração, realizada no passado dia 25 de Abril, no Barreiro, frente ao edifício do novo hospital, simultaneamente comemorando a liberdade e reclamando contra a demora na inauguração do edifício a que decidiu chamar «25 de Abril», a população do concelho mandou o movimento de moradores, o MDM e o MURPI e, ainda, a União de Sindicatos local, para que desenvolvessem as acções necessárias para apressar a abertura do hospital. E procedeu à inauguração simbólica do mesmo que, concluído há um ano, aguarda que o Governo o equipe.

## O atraso e a pressa

A Aliança Povo Unido opôs-se, no passado dia 24 de Abril, à pretensão da maioria CDS/PS/PSD na Câmara Municipal de Lisboa, que pretendia realizar, fora da legalidade, a reunião extraordinária para apresentação do plano e orçamento de 1985. Com efeito, não se verificava o quorum exigido, mais de uma hora passada sobre o início previsto da reunião, o que obrigava o presidente a convocar uma outra — marcada depois da oposição da APU, para o dia 29.

«O atraso», diz a APU em comunicado, «traduz a preparação de acordos entre o CDS, o PSD e o PS, feitos à margem do plenário da Câmara, num total desrespeito pelo colectivo de vereadores da APU, que por isso exigiu e obteve que as decisões finais sobre o plano e orçamento fossem assumidas em nova reunião.»

## Mais uma zona livre

«A Câmara Municipal de Loures, na sua reunião do dia 23 de Abril, aprovou uma moção em que declara solenemente o município de Loures como zona livre de armas nucleares, proibindo por todas as formas ao seu alcance que aqui se produzam, desenvolvam, armazenem e transitem armas nucleares, contribuindo desta maneira para a legítima tranquilidade das populações, para o desarmamento e paz mundial, imperativo de toda a humanidade», afirma-se num recente comunicado da CM de Loures, que acrescenta ter sido a moção apresentada pelo presidente da Câmara e aprovada com os votos da APU e de dois vereadores socialistas, e com os votos contra de um elemento do PS e dos representantes da ex-AD.

## Repúdio

Aprovada no passado dia 22 de Abril pela Assembleia Municipal de Faro, uma moção da APU, de repúdio pela actuação do presidente da Câmara daquele concelho algarvio, refere-se à intervenção do mesmo perante a Assembleia, no dia 15 do mesmo mês, faltando ao respeito à AM ao recusar-se repor a legalidade nas situações camarárias. «Na intervenção proferida», diz o texto da moção, «o sr. presidente Negrão Belo reforça a maneira centralista, autoritária e antidemocrática como quer gerir a Câmara, anunciando que há vereadores que vão ficar sem pelouros até ao fim do mandato.»

Para além do repúdio sublinhado, o documento aprovado exige o cumprimento da legalidade na Câmara de Faro, o respeito pela AM, pela vereação da Câmara, pelos trabalhadores municipais e pelos munícipes em geral. A moção contou com os votos da APU e dos eleitos socialistas presentes.

## Querem apostar?

O PS, como a generalidade dos partidos da direita, tem muitas vezes o hábito de andar com promessas às costas, de eleição para eleição. Só que o abuso desta fórmula acaba sempre por dar nas vistas. É o caso do complexo desportivo da Covilhã, velho anseio da cidade que o Partido Socialista «agarrou» há já nove anos, na primeira campanha autárquica realizada no Portugal de Abril. O tempo passou, a promessa foi «reformada» em todas as campanhas que se seguiram e até hoje... nada de complexo desportivo. Entretanto o projecto foi alterado e, como diz a APU, de forma «a viabilizar o complexo desportivo visto numa perspectiva integrada», conciliando «as diferentes propostas até hoje em discussão». Aproveitando a deixa e na onda da desagregação que o PS vive lá pela Covilhã, um vereador deste partido demitiu-se como «protesto» e de emburalhado com um ainda mais emburalhado comunicado do secretariado da secção local socialista. A APU entretanto desafiou esta última para um debate público sobre o assunto. Querem apostar em como não vai ser aceite?

## Nacional

## A dívida externa portuguesa

## Portugal é hoje um dos países mais endividados do mundo

Em consequência da política económica e financeira prosseguida nos últimos anos e do acumular dos défices das contas externas, a dívida externa portuguesa registou aumento acelerado nos últimos anos: não representando em 1975 mais de 9% do PIB, a dívida externa no final de 1984 (à cotação de 31-12-84) era equivalente a mais de 87%

do por ser determinada pela necessidade de cobertura dos défices da balança de transacções correntes (défices decorrentes da insuficiente estrutura produtiva), a dívida externa é hoje um

**Conferência Nacional do PCP**

**via de DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE**

**Otávio Teixeira**

do PIB daquele ano. Isto é, pode dizer-se que, em termos reais, a dívida externa aumentou 10 vezes durante o período dos governos do PS, PSD e CDS, ou seja, a dívida externa durante estes nove anos aumentou à taxa média anual de 28,7%. É certo que nos dois últimos anos o aumento da dívida externa se processou a ritmos substancialmente mais lentos. Mas essa evolução não se ficou a dever a qualquer melhoria efectiva da situação, já

importante factor impulsionador desses mesmos défices, nomeadamente através dos juros da dívida. (...)

#### A soberania em risco

(...) Acresce que se concentrou excessivamente a dívida externa em dólares, aumentando gravosamente os riscos cambiais dada a revalorização que esta moeda registou nos últimos anos e, fundamentalmente, a enorme

esta imposição governamental de obrigar as EP's ao crédito externo teve ainda outra consequência: ao financiar a importação de bens essenciais com crédito externo, que chegou a atingir taxas de juro em escudos da ordem dos 60%, aumentou fortemente o preço desses bens essenciais e/ou, através dos subsídios, aumentou os défices orçamentais e a dívida pública.

(...) A comparação da dívida externa portuguesa com a dos países em vias de desenvolvimento mais endividados do mundo tem hoje especial significado, já que esses países, nomeadamente os da América Latina, têm vindo a atingir situações de ruptura e, perante a impossibilidade de suportarem o serviço da dívida externa, têm vindo a exigir a sua renegociação. Tomando os dados de 1983 verifica-se, em síntese, o seguinte: a relação da dívida com o PIB era, em média, para os países principais devedores, de 42,5% e para Portugal de 69,5%, e o serviço da dívida em relação às exportações de bens e serviços era, respectivamente, de 29,9% e 27,6%. Para 1984, e utilizando estimativas oficiais, o peso da dívida de Portugal era de 80% do PIB enquanto que o peso da dívida do Brasil era de 45,6% e a do México, de 59,6%, e o serviço da dívida foi de 45% para Portugal, 40% para o Brasil e 49% para o México.

Em suma, as comparações com outros países mostram que Portugal é hoje um dos países relativamente mais endividados do mundo. Este é um dos resultados mais graves da política de recuperação capitalista prosseguida nos últimos anos, e o agravamento mais acelerado dos indicadores da dívida externa portuguesa relativamente à dos países mais endividados mostra que a situação a que se chegou não decorre apenas dos reflexos da crise do mundo capitalista, mas decorre fundamentalmente da política prosseguida nos últimos nove anos, completamente contrária à resolução dos problemas estruturais da nossa economia que se reflectem nos défices das Balanças Comercial e de Transacções Correntes e na Dívida Externa.

A dívida externa portuguesa, como se refere no projecto de documento-base, é hoje um garrote para a economia portuguesa, que asfixia o País e põe em risco a própria soberania nacional. (...)

#### Renegociar a dívida

(...) É pois absolutamente necessário conciliar, no médio pra-

zo, uma política de endividamento relativamente suportável pelo País, com uma política de desenvolvimento que simultaneamente ataque as principais causas estruturais dos défices externos e reduza a dependência externa. Isto é, uma política de crescimento económico acompanhada de medidas de políticas monetária, cambial e fiscal que, impondo embora o recurso ao endividamento externo no curto e médio prazos, ainda que a níveis manifestamente inferiores aos do último quinquénio, permitam a médio e longo prazos a diminuição progressiva da dívida externa, reduzindo-a a níveis absolutos e (principalmente) relativos que não ponham em causa a soberania nacional nem sejam condicionantes de uma política de desenvolvimento definida e executada pelos portugueses.

Daqui decorre, em primeiro lugar, a necessidade de um planeamento a médio prazo, capaz de assegurar a coordenação e a consistência quer das políticas macro-económicas, quer das relações intersectorais, e que permita a criteriosa aplicação dos recursos financeiros internos disponíveis e determine o nível de endividamento externo (e suas aplicações) suportável pelo País.

Em segundo lugar surge como



**«Dos 1656 milhões de contos de dívida externa não monetária (excluindo pois a dívida externa do sistema bancário) em 1983, cerca de 826 milhões de contos resultavam de diferenças de câmbio. Isto é, metade daquela dívida não correspondia a dinheiro entrado no País, mas sim à desvalorização do escudo.»**

**«Para 1984, e utilizando estimativas oficiais, o peso da dívida de Portugal era de 80% do PIB enquanto que o peso da dívida do Brasil era de 45,6 e a do México de 59,6% (...). Em suma, as comparações com outros países mostram que Portugal é hoje um dos países relativamente mais endividados do mundo.»**

que decorreu da venda de cerca de 700 milhões de dólares de ouro, da profunda queda da FBCF, e da diminuição do consumo e do Produto.

Este enorme aumento da dívida externa não teve, em contrapartida, um efectivo contributo positivo para a melhoria da estrutura produtiva do País. Bem pelo contrário, e como se refere no projecto de documento-base e em inúmeras intervenções já proferidas nesta Conferência, o aumento da dívida externa foi acompanhado de uma degradação acentuada da estrutura produtiva, e de uma profunda crise económica, financeira e social. Crise económica que quanto mais se aprofunda mais faz aumentar a dívida externa, pois cada vez mais impede o País de gerar os recursos financeiros indispensáveis à sua recuperação, conduzindo-o, assim, ao recurso a novos empréstimos externos. Mas esse endividamento crescente, através do serviço da dívida, vai absorvendo progressivamente maiores parcelas da riqueza criando no País, contribuindo deste modo para o agravamento da crise, gerando-se assim um círculo vicioso que arrasta o País aceleradamente para o abismo da miséria e da dependência.

Mas o círculo vicioso não termina aqui. É que, tendo começa-

desvalorização do escudo em relação ao dólar. De tal modo que dos 1656 milhões de contos de dívida externa não monetária (excluindo pois a dívida externa do sistema bancário) em 1983, cerca de 826 milhões de contos resultavam de diferenças de câmbio. Isto é, metade daquela dívida não correspondia a dinheiro entrado no País mas sim à desvalorização do escudo.

Acresce, ainda, que a dívida externa concentrou-se fundamentalmente nas empresas públicas não financeiras: em 1983 as EP's não financeiras eram responsáveis por mais de 51,5% da dívida externa total. Essa concentração nas EP's foi imposta pelos diversos governos com o objectivo duplo de cobertura dos défices externos do País e de degradação acentuada da situação financeira e económica do sector público da econo-

**«O valor líquido das exportações de mercadorias (o valor das exportações menos as importações determinadas por essas exportações) já não chega para pagar o serviço da dívida. Chegámos pois a uma situação em que o crescimento da dívida externa é ditado pelo pagamento do seu próprio serviço.»**

exigência inadiável uma efectiva política de gestão da dívida e dos recursos externos, sem a qual aumentará a asfixia gerada pela dívida externa, inviabilizando uma política sustentada de desenvolvimento. Essa política de gestão da dívida e dos recursos externos (eventualmente na responsabilidade do Banco Central) deverá ser dirigida fundamentalmente para os seguintes aspectos:

- controlo do crescimento da dívida externa global e das disponibilidades externas, de acordo com a execução do plano;
- diversificação das moedas em que a dívida externa é expressa, reduzindo os riscos que a actual concentração representa em matéria de evolução cambial e da taxa de juro;
- redução do excessivo peso da dívida de curto prazo;
- reforço do papel e da eficácia (legal e operacional) do Banco Central em matéria de licenciamento de operações de capitais, de controlo dos prazos de pagamento e recebimento das importações e exportações, bem como dos invisíveis correntes (designadamente na área do turismo), e ainda de controlo da gestão das disponibilidades ex-

ternas detidas pela economia nacional.

Por outro lado, impõe-se que o recurso ao endividamento externo seja restringido, no essencial, ao financiamento de projectos de investimento com rentabilidade social e que possam garantir o pagamento do serviço da dívida, quer através da redução dos défices externos substituindo importações por produção nacional, quer por aumento de exportações de elevado valor acrescentado. E mesmo nestes casos

**«Pode dizer-se que, em termos reais, a dívida externa aumentou dez vezes durante o período dos governos PS, PSD e CDS, ou seja, a dívida externa durante estes nove anos aumentou à taxa média anual de 28,7%.»**

o recurso ao endividamento externo só deverá ter lugar após se esgotarem as hipóteses de financiamento através de acordos de compensação.

Mas o peso actual do endividamento externo é já de tal ordem que só por si bloqueia as possibilidades de um crescimen-

to económico sustentado e duradouro. O valor líquido das exportações de mercadorias (o valor das exportações menos as importações determinadas por essas exportações) já não chega para pagar o serviço da dívida. Chegámos pois a uma situação em que o crescimento da dívida externa é ditado pelo pagamento do seu próprio serviço. É uma situação que não só representa um encargo incomportável para a economia portuguesa mas também uma limitação crescente da independência nacional.

A ultrapassagem desta situação inaceitável, e a própria viabilização de uma política de recuperação e desenvolvimento, exigem a renegociação global da dívida externa, abrangendo prazos, moedas de liberação e taxas de juro, uma renegociação que defenda os interesses nacionais. Portugal, como um dos países mais endividados do mundo, deverá juntar a sua voz e a sua acção à dos países que, em idêntica situação, lutam para se

libertarem da garra imperialista que lhes suga o trabalho do povo e os condena ao atraso e ao subdesenvolvimento.

Extractos da intervenção de Otávio Teixeira pronunciada na Conferência Nacional do PCP «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise».

Nacional

# Comemoração da vitória sobre o nazi-fascismo

Na próxima quarta-feira, dia 8 de Maio, comemora-se o 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo e o militarismo japonês. Por iniciativa de diversas personalidades, realiza-se em Lisboa uma sessão solene para assinalar a data.

A sessão solene decorre no Cinema Alvalade, tendo sido convidados, em representação dos povos que combateram o nazifascismo, personalidades da União Soviética, Estados Unidos

da América, França e Grã-Bretanha.

Os signatários da Comissão Promotora pretendem, «por fidelidade ao ideal libertador do 25 de Abril, em reconhecimento para com os combatentes e povos que salvaram o mundo da dominação nazifascista, em homenagem à unidade e luta da geração de democratas e antifascistas portugueses, evitar que o nosso povo e as suas instituições democráticas se mante-

nam alheias às comemorações que, na Europa e no Mundo, celebrarão o 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo, afirmando a vontade de construir um mundo definitivamente liberto de todas as formas de fascismo, racismo, colonialismo, da opressão, da agressão e da guerra». Por isso promovem a Sessão Solene de quarta-feira, às 21 horas no Cinema Alvalade.

Jovens

Também o Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mun-

dial da Juventude e dos Estudantes vai assinalar a passagem do 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo. Assim, no dia 8, o ponto de encontro da juventude vai ser no Rossio, onde funcionará uma rádio-festival e onde haverá programas vídeo alusivos à temática.

Esta iniciativa desenrolar-se-á sob o lema do Festival: «Solidariedade anti-imperialista, paz e amizade». Será, também, uma iniciativa de solidariedade para com todos os povos do mundo que sofrem as mais diversas formas de opressão e de agressão. Externas ou internas.

## «Três horas pela paz»

«Três horas pela Paz» são motivo mais do que suficiente para, na próxima quinta-feira, dia 9, se ir até ao largo de São Domingos, frente ao palácio da Independência.

«Três horas pela Paz» são pretexto para o convívio, para a troca de opiniões e para se reafirmar a solidariedade para com os povos de todo o mundo.

«Três horas pela Paz» são motivo para se dizer não às agressões e ingerências do imperialismo. São razão para reafirmar a aspiração dos jovens e de todo um povo.

«Três horas pela Paz» é uma iniciativa do Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

## Cordão da Paz em Setúbal

### • Comemorações em todo o distrito

«Pela Paz e pela Vida», também o distrito de Setúbal comemora o quadragésimo aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e o militarismo japonês. Assim, no dia 8, realizar-se-á um cordão humano em torno do monumento aos mortos da Primeira Grande Guerra, na cidade sadina.

Mas nem só em Setúbal se comemora esta data. No Seixal (dia 8), em Almada, Barreiro, Moita (dia 9) e Sesimbra (dia 10), realizam-se sessões comemorativas.

A nível distrital, as comemorações, que são promovidas por um vasto número de organizações, como comissões de Paz, comissões de jovens para o AIJ, associações de amizade, pelo movimento sindical unitário, URAP e MDM, encerram no dia 11 em Setúbal.

O povo do distrito de Setúbal, ciente do «avolumar de riscos que põem em causa a sobrevivência da Humanidade», vai comemorar o fim da Segunda Guerra Mundial. Para que não haja outra.

## Amanhã há debate no Vitória

Continuando o ciclo de debates integrado no programa de dinamização cultural do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a SIP/DORL promove um debate sobre o 40.º aniversário da derrota do nazi-fascismo.

Nesta iniciativa, que se realiza amanhã, dia 2, participam Pina Moura, membro suplente do Comité Central do PCP, e Miguel Urbano Rodrigues, director do jornal «o diário».

A sessão será ilustrada com a leitura de textos e a passagem de um programa vídeo referentes ao tema em discussão.

Dada a qualidade e o interesse que esta série de debates no Vitória tem suscitado, e a importância que o tema adquire na conjuntura actual, esta sessão será certamente bastante participada, uma vez que, como é hábito, o debate será o ponto forte do programa.



Juventude

## Café-concerto do Festival

# Ponto de encontro obrigatório

Respeitável público, é com todo o prazer que vos apresentamos um lote de belíssimos artistas... Não foi assim, mas poderia tê-lo sido. O café-concerto do Festival, que decorreu na Voz do Operário no passado sábado, foi muito mais descontraido e informal. Foi mais uma reunião de amigos do que um espectáculo com os artistas lá do outro lado e o público cá em baixo.

A iniciativa partiu do grupo de trabalho de Lisboa do Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Assim, «pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade», juntaram-se umas boas dezenas de jovens e houve festa até às tantas.

E se o público era muito bom e participado, os artistas que assim aderiram aos ideais do Festival eram do melhor.

A noite começou com o Nuno Gomes dos Santos, depois foi Carlos Paredes que, acompanhado por Luísa Maria Amado, nos falou dos verdes anos, da luta dos camponeses e do melancólico anoitecer de uma cida-



O café-concerto do Festival, pela sua qualidade e pelo ambiente que proporciona, vai ser ponto de encontro obrigatório da juventude lisboeta e dos amantes da boa música. Uma alternativa para as noites de sábado

de como é Lisboa.

Depois foi a vez de Carlos Alberto Moniz nos contar histórias, umas velhas de treze anos, outras novas de dias. Finalmente, Adelaide Carvalho subiu ao palco para cantar da vida de um

povo, do Minho ao Algarve. Mas como o entusiasmo pedia mais, a festa só acabou já a noite ia longa.

Foi assim este primeiro café-concerto do Festival. Um muito bom espectáculo onde todos fo-

ram intervenientes. Um espectáculo que promete continuar daqui até Julho. O próximo é já no próximo dia 12, também um sábado. Ponto de encontro obrigatório para quem goste de conviver e de boa música.

## «Dêem uma oportunidade à Paz» nos Açores

Por iniciativa da organização da Juventude Comunista Portuguesa nos Açores, realizou-se recentemente, em Ponta Delgada, uma exposição que teve por temática a paz.

«Dêem uma oportunidade à paz» encheu por dois dias a praça Gonçalo Velho, com diversas exposições, do desenho à gravura e à fotografia, passando por recortes de jornais e publicações.

A iniciativa, que foi vista por milhares de pessoas, com especial destaque para os jovens, denunciava a política belicista do imperialismo, fornecia importantes dados sobre os recursos desviados para o esforço armamentista e alertava para a falta de segurança da Região Autónoma dos Açores, provocada pela

existência de bases militares estrangeiras e agravada pela política de total dependência em relação ao imperialismo levada a

cabo pelos governos da República e Regional.

Com mais esta grande e importante iniciativa, a JCP contri-

buiu, decisivamente, para a reposição, nos Açores, do espírito autêntico das comemorações do Ano Internacional da Juventude.

## A juventude em Setúbal

O Executivo da Direcção Distrital de Setúbal da JCP reuniu-se recentemente para analisar a situação social e política da juventude e o desenvolvimento do movimento juvenil no distrito.

Este organismo da Juventude Comunista Portuguesa, depois de salientar «a ampla unidade em que decorreram as comemorações do Dia do Estudante e do Dia Nacional da Juventude», considerou ser «da máxima

importância» a opção dos jovens estudantes nas eleições para as direcções associativas das escolas do distrito, uma vez que se manifestaram, na sua grande maioria, pelas listas de ampla unidade estudantil.

Na reunião, o Executivo decidiu «saudar a heróica luta dos trabalhadores da Reforma Agrária, e em especial dos jovens operários agrícolas, em defesa dos seus postos de trabalho e

contra a ofensiva que novamente o famigerado Governo PS/PSD desenvolve contra uma das mais belas conquistas de Abril».

Depois de reafirmar o empenhamento dos jovens comunistas nas imensas actividades do movimento juvenil, este organismo da JCP apela ao empenhamento de todos os jovens no trabalho de preparação do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

## Internacional

# PCUS—o significado de um Congresso

O próximo Congresso do Partido Comunista da União Soviética foi marcado, na última reunião plenária do CC do PCUS, para Fevereiro de 1986. Um facto que diz apenas respeito aos comunistas e ao povo soviético? Sem dúvida que não. Cada Congresso do Partido Comunista da União Soviética não marcou apenas uma nova — e mais avançada — etapa, na construção do socialismo na URSS. Sempre assumiu particular importância no plano internacional — dupla importância. Por um lado, pelo contributo directo que dá à transformação da cena política internacional, em particular no campo da árdua e consequente luta pela paz. Por outro, pelo novo impulso para o desenvolvimento da sociedade socialista soviética, desenvolvimento com inevitáveis repercussões a nível internacional: quer pela força do exemplo, quer pela aumentada capacidade de intervenção e pelo peso acrescido na batalha de classes a nível internacional.

Neste momento pode-se justamente dizer que a importância deste Congresso surge ainda reforçada pela realidade internacional que vivemos. E pela própria fase de desenvolvimento do socialismo na URSS.

No plano internacional, o ano do 40.º aniversário da vitória sobre o nazismo, revela-se como particularmente complexo: de par com importantes progressos na luta dos povos, a prática política de ingerência e mesmo terrorismo, por parte do imperialismo, a corrida aos armamentos, assumiu um carácter particularmente perigoso.

No plano interno, da URSS, esboçam-se já planos para o ano 2000 e o que está na ordem do dia é um verdadeiro salto em frente, com o mais pleno aproveitamento das potencialidades do socialismo, face ao impetuoso desenvolvimento da revolução técnico-científica.

## Políticas contrastantes

• «O Partido Comunista e o governo soviético, tendo presente o preço gigantesco e incrível que o povo soviético e os outros povos da coligação anti-hitleriana pagaram pela vitória e lembrando uma vez mais esta tragédia, que atingiu a humanidade,

consideram como o sentido principal da sua política externa, impedir que se repita algo semelhante. E mais ainda, a catástrofe nuclear.» O conteúdo de sempre da política soviética, uma vez mais realçado, no caso pelo actual secretário-geral do PCUS, camarada Gorbachov, no plenário que decidiu da realização do Congresso.

De par com uma consequente política de paz, foi salientada a «solidariedade com as forças do progresso e da democracia, com os países e os povos que defendem a sua liberdade e independência face à ofensiva da reacção».

Uma política e uma realidade internacional que tornam cada vez mais premente «a tarefa de aperfeiçoar e enriquecer por todos os meios, incrementar os laços multiformes como países socialistas irmãos, assegurar a sua estreita interacção nos campos político, económico, ideológico, de defesa e outros, cuidar da combinação orgânica dos interesses nacionais e internacionais de todos os membros da grande comunidade».

• Outra — bem diversa — é a política do imperialismo.

«Nos últimos anos, o imperialismo intensificou a actividade subversiva (...) Procura a desforra social na mais ampla frente, tanto em relação à comunidade socialista, como aos paí-

ses que se libertaram do jugo colonial, aos movimentos de libertação nacional e aos trabalhadores dos países capitalistas.» Nesta lógica se insere a corrida aos armamentos, a intensificação da expansão económica, as pretensões ao «direito» de se ingerir em tudo e por toda a parte.

Uma política de domínio sem perspectivas de se materializar, mas de que os perigos são mais que evidentes.

## Um estádio qualitativamente novo

A vida exige alcançar um estádio qualitativamente novo da sociedade. É esta a tarefa que se coloca hoje na URSS, face à própria dinâmica do desenvolvimento do socialismo — foi destacado por Mikhail Gorbachov. «Trata-se de alterações sociais na esfera do trabalho, condições materiais e espirituais da vida das pessoas. Trata-se também da dinamização de todo o sistema de instituições políticas e sociais, aprofundamento da democracia socialista e autogestão do povo.» Projectos e tarefas apontando já para o início do próximo século e que colocam, como principais palavras de ordem do momento: «o trabalho criador, a unidade de palavras e de actos, a iniciativa e a responsabilidade, a exigência para consigo mesmo e para com os camaradas. Os comunistas devem ser um exemplo de tudo isto».



A luta pela paz tem nos países socialistas uma das suas maiores expressões

# Tratado de Varsóvia em nome da Paz

O Tratado de Varsóvia tem de continuar — enquanto existir o bloco NATO. É uma decisão dos seus membros. E também uma reafirmação das razões da sua criação. Poucas palavras apenas definem o conteúdo — verdadeiramente defensivo — de uma organização e de uma política. O Tratado de Varsóvia foi criado e mantém-se, como uma resposta à ameaça da NATO, da sua origem e da sua política. Uma verdade elementar. Mas que nunca será de mais lembrar.

Por isso, o que se debateu na

reunião que tomou tal decisão, foram questões inerentes à defesa da paz. De como a defender. De como erguer sólidas barreiras à corrida aos armamentos.

São factos que falam por si e testemunham de uma política.

Tal como a proposta soviética, formulada no plenário do CC do PCUS pelo seu secretário-geral — «Nas vésperas do décimo aniversário da Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa, seria útil que em Helsínquia, em nome dos países subscreventes da Acta Final, seja reiterada a vontade de ul-

trapassar a perigosa tensão e promover a cooperação pacífica e os princípios construtivos na vida internacional.»

Não é difícil discernir onde se defende a paz. Ou não seria... não fora a sistemática campanha confusionista, tanto mais sistemática quanto o imperialismo bem sabe que a Paz é um bem particularmente caro a todos os povos do mundo, a cada um de nós.

Por isso importa realçar, em cada dia, a evidência da oposição das duas políticas em confronto.

## Não-Alinhados

# Um Movimento a ouvir

**Não poderemos permanecer neutros onde a liberdade e a injustiça estejam ameaçadas, onde haja agressão...**

Com estas palavras de Nehru se recordou muitas vezes às potências ocidentais, em particular aos Estados Unidos, que a essência do Movimento dos Não-Alinhados, formado há trinta anos após a Conferência de Bandung, não se deveria confundir ou limitar aos ideais de neutralismo e pacifismo.

Palavras que mantêm a sua actualidade, como actuais são os princípios a que se comprometeram, em Abril de 1955, os líderes de vinte e quatro Estados, representando 1350 milhões de habitantes, na primeira cimeira de países da África e da Ásia realizada em Bandung, na Indonésia. Princípios tão elementares como a liberdade de escolher os seus próprios sistemas políticos e económicos; o respeito pela independência nacional; o direito à paz; a defesa da cooperação internacional numa base justa.

Princípios e direitos que no entanto estão longe de ser respeitados, ainda que teoricamente sejam aceites em quase todo o mundo. O que, passados trinta anos sobre o encontro que marcou o princípio do não-alinhamento, lhes confere uma particular actualidade, o que torna pertinente recordá-los:

— Respeito pelos direitos fundamentais de acordo com os

princípios da Carta das Nações Unidas;

— Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações;

— Reconhecimento de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas;

— Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países;

— Respeito pelo direito de cada nação a defender-se, individual e colectivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas;

— Recusa na participação dos preparativos da defesa colectiva destinada a servir os interesses particulares das grandes potências;

— Abstenção de qualquer acto ou ameaça de agressão ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;

— Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos tais como negociações e

conciliações, arbitragens ou acordos perante tribunais, assim como qualquer outro meio pacífico que possam adoptar os países interessados, de acordo com a Carta das Nações Unidas;

— Estímulo dos interesses mútuos de cooperação;

— Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

Seis anos depois da aprovação destes princípios, o Movimento dos Não-Alinhados tomava forma organizativa na Cimeira de Belgrado, em 1961.

## Um Movimento para o futuro

A luta pela paz e a necessidade de eliminar o profundo desequilíbrio económico que a maior parte dos países membros do Movimento dos Não-Alinhados herdaram do colonialismo, constituem as duas questões chave daquela importante organização, que inclui hoje mais de cem Estados e movimentos de libertação nacional.

O espírito de Bandung não só ganhou novos adeptos nos últimos trinta anos, como se desenvolveu e alcançou nova dimensão com o agravamento dos confrontos internacionais, estrei-

tamente ligado com a consciencialização crescente dos tradicionalmente explorados e oprimidos.

Situações como a da Namíbia, a existência do *apartheid* na África do Sul, a questão palestiniana, de Timor-Leste, Granada, as ingerências norte-americanas na América Central, entre tantas outras, são bem o exemplo que de há necessidade de continuar a luta iniciada há trinta anos. Uma luta que se insere no quadro mais amplo da mobilização dos povos contra a ameaça da guerra nuclear e da guerra das estrelas.

Como várias vezes os representantes dos Não-Alinhados têm afirmado, a política do Movimento continua a dar prioridade aos esforços tendentes à consolidação da paz, ao desarmamento, ao desanuviamto internacional e ao desenvolvimento económico.

Na reunião que em Bandung assinalou há dias o 30.º aniversário do Movimento dos Não-Alinhados, participaram representantes de mais de oitenta países, que constituem cerca de três quartos da população mundial. Trata-se de uma voz demasiado poderosa para que não seja ouvida.

## Os apoios de Reagan

Numa das suas inúmeras afirmações de elogio e subserviência a Washington, Mário Soares sublinhou (em vésperas do 25 de Abril) o «relacionamento muito especial com os Estados Unidos» que, disse, desde 25 de Abril de 1974, «se têm empenhado permanentemente em consolidar a democracia portuguesa».

Os critérios de «democracia» de Reagan são conhecidos... os de Mário Soares também. Mas o que importa aqui salienta é que tais critérios não só são condenados pelos trabalhadores e povos em todo o mundo, nomeadamente nos Estados Unidos, como não têm averbado muitos sucessos ultimamente...

A verdade é que ao preço terrível da vida, da miséria, do sangue, de dificuldades inúmeras, tem sido possível fazer recuar governos e regimes — os mais reaccionários — activamente apoiados pela Casa Branca. Isso é indubitavelmente verdade no Líbano, como um pouco por toda a América Latina. Na África do Sul, os massacres quotidianos não fazem recuar uma luta que exige um verdadeiro heroísmo de massas.

Assim o imperialismo perde trunfos exactamente em pontos que considera do seu interesse vital.

Uma verdade que é bom recordar em véspera da particularmente inoportuna visita de Reagan a Portugal. Os apoios internacionais do governo que temos estão bem longe de ser o garante que a direita desejaria. A luta dos povos acaba por se impor, das mais diversas formas, por todo o mundo. Essa é também a perspectiva no nosso país.

Internacional

# Vietname

## Um aniversário a não esquecer

O heroísmo e a abnegação do povo vietnamita, conjugados com o apoio decisivo por parte dos países socialistas e dos meios sociais progressistas de todo o mundo, provaram serem mais fortes do que os exércitos dos intervencionistas e dos seus lacaios (...). A vitória do Vietname rasgou novos horizontes perante todo o Sudeste Asiático. Foi uma vitória brilhante que entrará para todo o sempre nos anais da luta dos povos pela liberdade e o socialismo.

Foi assim que o XXV Congresso do PCUS assinalou a libertação do Vietname do Sul, cujo décimo aniversário ontem se comemorou.

Uma vitória tornada possível com a heróica e abnegada luta do povo sob a direcção do Partido Comunista do Vietname, que teve o seu corolário em 2 de Julho de 1976, quando a Assembleia Nacional do país proclamou a criação da República Socialista do Vietname.

Se o dia 30 de Abril de 1975 representa para o povo vietnamita a data da concretização do profundo desejo de libertação e reunificação nacional, e como tal se celebra este ano o décimo aniversário da efeméride, a verdade é que a grande caminhada para a libertação começou muito antes. Pode mesmo dizer-se que começou em 1930, com a criação do PCV, factor fundamental

para o desenvolvimento e fortalecimento da luta contra a colonização estrangeira.

A primeira grande vitória foi em Maio de 1945, quando os colonizadores franceses sofreram a sua mais estrondosa derrota, ao cabo de quase nove anos de luta devastadora e sangrenta.

Mas o Vietname do Norte não teve muito tempo para recuperar das sequelas da guerra, primeira tarefa que se propunha após a assinatura dos acordos de Genebra de 1954. O seu desenvolvimento socialista foi travado pela

agressão do imperialismo norte-americano, em 1964, que lhe moveu a mais cruel e terrível guerra dos nossos dias.

Num curto espaço de tempo, toda a economia e recursos humanos vietnamitas tiveram de ser canalizados para a defesa.

A guerra, a tenebrosa guerra que os EUA conduziram contra o Vietname, só terminou quando o imperialismo norte-americano se viu obrigado a reconhecer a sua incapacidade de vencer a força indomável de um povo que

estava disposto a morrer pela libertação da sua pátria. Com uma coragem e uma abnegação que, conquistada a total independência, se virou inteira para a reconstrução nacional, num esforço digno da admiração de todos os povos do mundo.

Muitos são ainda os problemas por resolver, pois muitos e profundos foram os golpes com que o imperialismo tentou dominar o Vietname. Mas o país, sob a direcção do Partido, avança na sua resolução. É o futuro socialista que hoje se constrói.



Vietname - Há dez anos, o Vietname do Sul foi libertado

# Saudação aos camaradas vietnamitas

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Vietname a seguinte saudação:

Queridos camaradas,

Por ocasião do 10.º aniversário da libertação do Sul do Vietname do jugo imperialista é com viva satisfação que, em nome dos comunistas portugueses, o CC do PCP saúda calorosa e fraternalmente o CC do PCV, todos os comunistas e, por seu intermédio, o povo trabalhador da República Socialista do Vietname.

A derrota imposta ao imperialismo norte-americano e seus fantoches fascistas e a consequente reunificação do vosso País, aspiração profunda de todo o povo, ficarão para todo o sempre gravadas a letras de ouro na história das lutas revolucionárias dos povos e dos trabalhadores.

Com uma determinação e um heroísmo invulgares, à custa de sacrifícios sem conta, o povo vietnamita, sob a direcção do Partido dos comunistas do Vietname, derrotou a criminoso agressão e intervenção militar da maior potência imperialista.

Só a luta heróica e vitoriosa do povo vietnamita aliada

à solidariedade internacional pôs termo à agressão e aos monstruosos crimes perpetrados pelo imperialismo norte-americano contra o povo e a pátria vietnamitas. A luta vitoriosa do povo do Vietname não só contribuiu para debilitar directa e imediatamente as posições do imperialismo como, por outro lado, galvanizou a luta de libertação dos trabalhadores e dos povos em todos os continentes.

Fazendo votos para que obtenhais novos êxitos à frente dos destinos do vosso País, manifestamo-vos a nossa vontade de continuar a agir na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCV.

- Viva o 10.º aniversário da libertação do sul do Vietname!
- Viva a amizade entre o PCP e o PCV!
- Viva o internacionalismo proletário!

Lisboa, 23/4/85

# Nicarágua

## Reagan não desiste apesar dos malogros

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, está profundamente decepcionado com a Câmara dos Representantes, a quem acusou de prejudicar a segurança nacional e os objectivos da política externa norte-americana. Tamanha mágoa deriva do facto daquele órgão não ter autorizado um financiamento legal de 14 milhões de dólares aos contra-revolucionários nicaraguenses, pretendido por Reagan.

Este desaire político de Reagan, que numa atitude desesperada tentou ainda transformar a ajuda militar em «ajuda humanitária» — manobra demasiado evidente que a maioria dos deputados do partido Democrata na Câmara dos Representantes não deixou de denunciar — reflecte de certo modo o ambiente de condenação da política da Casa Branca que se vive nos Estados Unidos.

Com efeito, durante o decorrer dos debates da proposta de Reagan, tanto no Senado onde os conservadores a apoiaram como nos Representantes que a recusaram, inúmeros manifestantes protestaram contra a política agressiva de Reagan na América Central, exigindo a resolução dos problemas a partir de negociações e dando o seu apoio ao trabalho do Grupo Contadora. As prisões efectuadas na oportunidade pela polícia não contribuíram de modo nenhum para acalmar os ânimos, antes se torna-

ram em mais um factor de condenação da administração norte-americana.

É claro que, como o próprio Reagan afirmou em comunicado oficial da Casa Branca, a administração «voltará à carga tantas vezes quantas forem necessárias para reclamar do Congresso uma política de defesa da paz e da democracia na Nicarágua». O que, traduzindo, significa que a ingerência e a agressão vão continuar.

### Uma ajuda humanitária?

Ao rejeitar a proposta de Reagan, a Câmara dos Representantes não foi tão longe como seria desejável, uma vez que a verba proposta — 14 milhões de dólares — acabou por ser posta à disposição dos contra-revolucionários e pretensamente do Grupo Contadora; dez milhões para os primeiros, em ajuda humanitária a canalizar via Cruz Vermelha e Nações Unidas e quatro milhões para os projectos

de paz de Contadora.

Como é evidente, a proposta refere-se a refugiados nicaraguenses e não a activistas anti-sandinistas, no primeiro caso, o que no fundo se trata de uma forma pouco subtil de contornar a questão essencial: isto é, que os refugiados são fruto da actividade terrorista dos «contras» que actuam com o financiamento, autorizado ou não, dos Estados Unidos e que neles se incluem os próprios mercenários. Por outro lado, entende-se mal este apoio inusitado ao Grupo Contadora quando, como se reconhece nos próprios EUA, as suas propostas só não entraram ainda em vigor devido ao boicote que lhes é movido pela Casa Branca através dos países que domina na região.

### Os invios caminhos

Ou seja, os democratas infligiram uma derrota aos republicanos, com tudo o que de positivo isso encerra quando o que está em causa é uma política de agressão, mas não puseram cobro ao essencial, que é a ingerência nos assuntos internos de um país soberano, no caso vertere a Nicarágua.

O governo da Nicarágua e a Frente Sandinista não deixaram aliás de o referir quando, expri-



mando embora a sua satisfação pelo voto da Câmara dos Representantes, denunciaram o facto de Congresso norte-americano debater com a maior das naturalidades a ajuda a prestar contra um outro governo o que, como se sabe, é uma violação flagrante das normas internacionais.

Simultaneamente o governo nicaraguense reafirmou a sua disposição de não dialogar com os movimentos mercenários, mas de estar pronto a voltar à mesa das negociações com os EUA cujo governo, como mais uma vez se provou, é quem os dirige e lhes paga.

De salientar, por último, o facto dos contra-revolucionários «lamentarem» a recusa da proposta de Reagan mas não estarem demasiado preocupados com isso pois, como afirmaram, confiam que a administração norte-americana encontrará outras vias de lhes fazer chegar as verbas de que necessitam para existir, recorrendo se necessário for a financiamentos alternativos. Compreende-se. Quem desconhece hoje os invios caminhos de que o imperialismo se serve para atingir os seus fins?

### As prioridades do Sudão

A preparação de eleições para a Assembleia Constituinte, a resolução numa base democrática do problema do sul, a superação das dificuldades económicas e a elaboração de um programa de reformas, são as tarefas prioritárias que o governo de transição do Sudão deverá levar a cabo, como afirmou à agência noticiosa «Mena» o presidente do conselho de ministros, Djazuli Dafalah.

O chefe do governo sudanês afirmou que entre as tarefas do governo de transição se inclui ainda a garantia de liberdade sindical, da autonomia dos órgãos judiciais e da liberdade de expressão.

No plano internacional, o Sudão guiar-se-á pelos princípios do Movimento dos Não-Alinhados, renunciando à participação em quaisquer pactos militares.

O Conselho Militar transitório do Sudão decidiu entretanto instituir um conselho executivo no sul do país para a administração das províncias regionais até à realização de eleições, para cuja presidência foi indigitado o general James Loro.

### 25 de Abril em Itália

Itália comemorou no passado dia 25 de Abril o 40.º aniversário da sua libertação do fascismo. A efeméride assinala a importância da formação da aliança das forças democráticas e patrióticas, fundamental na constituição da República em Itália.

Os resistentes italianos desencadearam uma ampla ofensiva contra os nazis em Fevereiro/Março de 1945 e no dia 10 de Abril os dirigentes do Partido Comunista afirmavam num comunicado à população: o exército prepara-se nas margens do Oder para assestar o último golpe na Alemanha hitleriana. Também nós devemos desencadear uma ofensiva definitiva. Não se trata já da intensificação da luta de guerrilha, mas do começo de uma Insurreição.

### Eleições na Grécia

O presidente grego, Chistos Sartzetakis, marcou para o próximo dia 2 de Junho as eleições legislativas, antecipadas a pedido do governo.

O governo grego invocou como razões para a antecipação das eleições, que normalmente deveriam realizar-se em Outubro, a necessidade de proceder à revisão constitucional no que se refere aos poderes do presidente, o problema de Chipre e as relações com a Turquia.

## Internacional

# República Popular da China

## Sinais positivos

A vitória da revolução chinesa constituiu um acontecimento de significado histórico mundial. O facto de que o país do mundo com maior número de habitantes, com uma civilização milenária, com inesgotáveis potencialidades se libertava do imperialismo sob a direcção do Partido Comunista e escolhia o caminho da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados — a sociedade socialista — foi, com inteira razão, saudado com alegria e entusiasmo pelos trabalhadores e pelas forças revolucionárias de todo o mundo. Pelo que representava para o próprio povo chinês. E pelo que representava para a luta libertadora dos povos.

Profundas transformações económicas, sociais e políticas tiveram lugar. A vitória do socialismo na China significava um considerável reforço do campo socialista, do movimento comunista internacional, da frente de luta anti-imperialista.

Infelizmente, produziu-se um período conturbado na orientação do Partido Comunista da China e da República Popular da China, com profundas repercussões (que ainda em larga medida subsistem) no plano interno e no plano internacional. Numerosas resoluções do Partido

Comunista da China nos últimos anos dão nota de orientações anteriormente seguidas que causaram grandes prejuízos e atrasos no desenvolvimento económico e na vida social, política e cultural. Paralelamente, no plano externo, foram gravemente comprometidas as relações do Partido Comunista da China com praticamente todos os outros partidos comunistas, designadamente no período em que se criaram, em numerosos países, os chamados partidos maoístas.

Também em Portugal acompanhá-

mos e sentimos, primeiro com alegria, depois com espírito crítico e consternação, essa sucessão de acontecimentos. Defrontámos grupos divisionistas que acabaram por soçobrar no lodo da irresponsabilidade e da provocação. Assistimos com o 25 de Abril a relações preferenciais da República Popular da China com forças de direita hostis à revolução portuguesa.

Foram situações e factos que desajudaram os trabalhadores e os democratas que, derrubando o fascismo e defrontando as persistentes tentativas de contra-revolução, empenhavam as suas forças na construção do novo regime democrático português.

A modificação de toda essa situação foi sentida pelo nosso Partido como uma legítima aspiração e um objectivo correspondendo aos interesses comuns dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Aspiração fundamentada? Objectivo realizável? A nossa resposta a estas duas perguntas foi e é positiva.

Sem dúvida que há um complexo caminho a percorrer. Há questões a aclarar. Há situações a melhor conhecer. Há situações a mudar. Há litígios a superar. Há grandes problemas de política internacional a resolver. Há sérias discordâncias a apalnar. Há conflitos a dirimir. Mas, na nossa avaliação, verificam-se sinais positivos. Diminui a agressividade verbal.

Melhoram e desenvolvem-se as relações estaduais da República Popular da China com a URSS e os outros países socialistas. Aparecem numerosas manifestações de vontade de diálogo amistoso. Sinais positivos a realçar.

Também no que se refere a Portugal. A recente visita de uma delegação da CGTP-IN à República Popular da China e o estabelecimento de relações dos sindicatos chineses com a grande central sindical portuguesa é um passo que não é demais pôr em relevo. Certamente outros se seguirão.



**Guernica** — Naquele domingo de 26 de Abril de 1937 era dia de mercado em Guernica, cidade espanhola da Biscaia. Os sinos começaram a tocar às 16 e 30 horas, alertando para a chegada dos aviões franquistas. Em vagas sucessivas os aviões bombardearam a cidade, reduzindo-a a um amontoado de cadáveres e escombros. Quatro dias depois, no 1.º de Maio, Picasso faz numa folha o esboço do primeiro estudo para a decoração do pavilhão espanhol na exposição internacional de Paris. Pablo Picasso vai dar ao mundo a sua obra-prima: Guernica.

Mais do que um quadro, Picasso deu ao mundo um símbolo; um símbolo da luta contra todos os massacres, uma arma contra a guerra.

## Argentina

# A ditadura no banco dos réus

No Palácio da Justiça, em Buenos Aires, está a decorrer desde o dia 22 de Abril um julgamento histórico: o povo da Argentina contra os ex-ditadores Videla, Viola, Leopoldo Galtieri e mais seis generais e almirantes das Juntas militares que dominaram o Poder entre 1976 e 1982.

Levar ao banco dos réus, acusados de crimes contra os direitos humanos que provocaram o desaparecimento e morte de mais de nove mil pessoas, homens públicos que detiveram (e porventura ainda detêm) uma enorme influência nos sectores militares e políticos mais reaccionários, não é certamente uma tarefa fácil para a jovem democracia argentina.

Mas é com certeza uma exigência nacional, como o demonstraram as lutas das «Mães da Praça de Maio» e outras organizações que enfrentaram a ditadura militar exigindo notícias dos «desaparecidos»; como o

testemunharam o repúdio e o horror interno e internacional com as descobertas dos cemitérios clandestinos e câmaras de morte; como o deixam bem claro todas as manifestações populares recusando «qualquer forma de amnistia aberta ou encoberta, dado o carácter dos crimes horrendos contra a condição humana cometidos naquele período».

Ao ser eleito presidente, Raul Alfonsín assumiu com o povo e as forças progressistas que o apoiam o compromisso de levar até ao fim o julgamento dos crimes cometidos pela ditadura, doa a quem doer. Há que reconhecer que não tem sido um

compromisso fácil de cumprir, embora levá-lo a cabo seja indispensável para a consolidação da própria democracia.

A recusa, primeiro, dos tribunais militares em julgarem os seus pares; o agravamento dos problemas económicos e as difíceis negociações com o FMI, o empolamento artificial de conflitos sociais por parte das forças de direita e, finalmente, a tentativa de golpe militar recentemente denunciada por Raul Alfonsín, são partes da mesma estratégia da reacção argentina que, forçada a abandonar o Poder, não desistiu ainda dele.

Pese embora a necessidade de continuar a exigir do governo de Alfonsín as medidas democráticas que se impõem para vencer a crise, o momento é de unidade, de conjugação de esforços para enfrentar a reacção. O perigo de golpe subsiste.

## Revolução afegã tem sete anos

O Partido Popular Democrático do Afeganistão tomou o poder há 7 anos, em 27 de Abril de 1978, após ter derrubado o regime de Muhammed Daoud que mantinha o país num estado semifeudal.

Segundo as autoridades afegãs, o balanço de sete anos de revolução é positivo, apesar de todas as dificuldades. Foram aplicados cerca de 90 mil milhões de afganis no desenvolvimento da economia nacional, tendo sido construídos (ou estando em vias disso) 266 empreendimentos industriais; com a reforma agrária em curso, mais de 315 famílias receberam terras; beneficiaram com a campanha de alfabetização mais de um milhão de adultos e prevê-se que este ano mais de 400 mil pessoas terminem os seus cursos.

Pela primeira vez após a revolução será convocada, este ano, a «Loya Jirgah» (Grande Assembleia) que examinará os principais problemas do país. Para o efeito serão eleitos delegados nas 29 províncias do Afeganistão. A «Jirgah» é uma forma profundamente tradicional de auto-administração popular.

## Astronauta americano contra guerra das estrelas

O projecto «guerra das estrelas» do presidente Reagan foi duramente criticado pelo astronauta Edgar Mitchel que participou a semana passada num comício promovido pela juventude italiana em Roma.

O astronauta norte-americano, que em 1971 participou no voo «Apolo-14», à Lua, afirmou que nenhuma pessoa honesta pode concordar com a militarização do espaço.

Devemos forçar o nosso governo a renunciar aos planos de militarização do espaço, disse Edgar Mitchel, que aproveitou a ocasião para apelar à cooperação com a URSS na investigação espacial.

Entretanto, em Bonn, terminou a reunião do conselho de ministros da União da Europa Ocidental (UEO) dedicada ao debate sobre o projecto da «guerra das estrelas», sem que os participantes tenham



chegado a acordo sobre a eventual participação dos países membros naquela iniciativa militarista dos EUA.

No comunicado final, os ministros da Defesa e Negócios Estrangeiros da UEO admitem apenas continuar a estudar em conjunto a chamada «iniciativa de defesa estratégica».

«O Partido Comunista, por intermédio do «Avante!», tem denunciado ao Povo português a grande «manobra da paz» dos carrascos hitlerianos e o apoio que a essa manobra dá toda a reacção do mundo. O Partido Comunista tem posto o povo português de sobreaviso contra a perigosa concepção de que que a derrota do fascismo salazarista se dará automaticamente como consequência da acção militar das nações democráticas.

«A concepção de que é necessário esperar a vitória das nações unidas e confiar a estas o derrubamento do fascismo salazarista, o Partido Comunista opõe a concepção de que, embora intimamente ligada à vitória dos Aliados, a conquista da liberdade e da democracia em Portugal está nas mãos do povo português.»

(«Salazar, a Mando de Hitler, Participa na Manobra de Paz Anti-Soviética» — «Avante!», VI Série, n.º 32, Maio de 1943)

**Avante!**  
Órgão Central do Partido Comunista Português

«Os primeiros informes, ainda incompletos, das jornadas de 8 e 9 de Maio, indicam claramente que o Partido Comunista acaba de alcançar mais uma grande vitória.

«Segundo as palavras de ordem do Partido Comunista, à voz do manifesto do Secretariado do Comité Central, muitas dezenas de milhares de operários e camponeses lançaram-se à luta pelo Pão e pelos Géneros.»

(...) «apesar das medidas fascistas, milhares e milhares de operários e camponeses, homens e mulheres, jovens e velhos, lançaram-se à luta. Os dias 8 e 9 de Maio ficarão gravados na memória dos trabalhadores dos arredores de Lisboa como a data da unidade de combate de operários e camponeses.»

(«Dezenas de Milhares de Operários e Camponeses Lutam pelo Pão» — «Avante!», VI Série, n.º 53, 1.ª Quinzena de Maio de 1944)

**AVANTE!**  
Órgão Central do Partido Comunista Português

«Os socialistas de direita têm-se revelado em todo o mundo como os piores inimigos dos trabalhadores, da Democracia e da Paz.

(...) «Lá onde eles participam no governo reprimem brutalmente os trabalhadores que lutam pelas suas reivindicações e os partidários da paz que lutam pela Paz.

(...) «Em Portugal, os dirigentes da União Socialista, depois de terem falhado todas as suas tentativas para imporem a sua vontade ao MUNAF e ao MUD (...) romperam criminosamente a unidade e tudo fizeram e fazem para sabotar a Unidade dos democratas consequentes, unidos no MUD e no Movimento Nacional para a Defesa da Paz.»

(«Os Dirigentes da União Socialista São Inimigos da Unidade e da Paz» — «Avante!», VI Série, n.º 159, Maio de 1951)

**Avante!**  
Órgão Central do Partido Comunista Português

«O intento dos americanos é desencadear uma nova matança contra os povos da URSS, China e demais países do campo da Democracia e do Socialismo. Para isso estes países são cercados com bases militares terrestres, marítimas e aéreas. Por outro lado são ameaçados com o emprego das armas nucleares, químicas e bacteriológicas e o exército alemão revan-chista.»

(«O 10.º Aniversário da Terminação da Guerra» — «Avante!», VI Série, n.º 199, Maio de 1955)



■ Albano Lima

## Renovado esforço em prol da unidade

**A**s eleições dos dirigentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e a campanha desenvolvida em volta de quatro candidaturas, identificada uma delas com os corpos gerentes da UGT, reclamam alguma reflexão acerca do princípio da unidade, no sentido do seu reforço por parte dos trabalhadores comunistas nos sindicatos.

Uma resolução do Comité Central do nosso Partido, aprovada na reunião de 17 e 18 de Março findo, «sobre as tarefas dos comunistas no movimento sindical unitário», depois de algumas palavras sobre a acção dos sindicatos na «actual conjuntura política, económica e social», refere que «os trabalhadores comunistas que participam, aos mais diversos níveis, no movimento sindical unitário, são chamados a um renovado esforço para, superando dificuldades e deficiências, lá onde se verifiquem, enfrentar com decisão e dinamismo problemas novos e complexos que exigem consideração atenta e resposta adequada».

Entre as questões que exigem essa resposta destaca-se o «combate ao divisionismo», o «fortalecimento da unidade e coesão», no quadro do «trabalho colectivo dos organismos e estruturas sindicais».

Ao realçar que são de promover os esforços necessários «para estimular a aproximação e cooperação das diferentes correntes que actuam no mo-

vimento sindical», o documento do CC do PCP salienta que «o divisionismo, conluiando-se com o patronato e o Governo, sabotando a luta dos trabalhadores, fomentando a pulverização sindical, lançando campanhas de desinformação, mostra-se e confirma-se como um instrumento indispensável à ofensiva patronal e à do próprio Governo, pois, com a formação do Executivo PS/PSD «acelerou-se a "fusão" do divisionismo com o aparelho do Estado, o qual se tornou uma importante fonte de fomento e financiamento do divisionismo».

### Divergências entre divisionistas

As divergências entre divisionistas não alteram a natureza do divisionismo. Seria ilusório e perigoso confundir contradições aparentes com um enfraquecimento da

acção anti-unitária, como aparece organizada na UGT e no Conselho Permanente de Concertação Social. Questões de precedência partidária entre PS e PSD, a nível de quadros sindicais, a que se juntam posições contraditórias aparentemente assumidas pelas organizações partidárias para a área sócio-laboral do PS e do PSD, embora revelem efectiva fraqueza perante a acção coerente do movimento sindical unitário e a luta de massas, não chegam para obscurecer a importância de que se reveste o fortalecimento da unidade.

Desse fortalecimento faz parte a luta contra o divisionismo.

É bom ter presente que uma das linhas de ataque dos divisionistas é a dessindicalização e o esvaziamento da acção organizada dos sindicatos nos locais de trabalho.

A defesa e o fortalecimento da unidade não se fazem sem a acção positiva de dirigentes, delegados e activistas sindicais junto das massas sindicalizadas nas empresas e nas ruas. Não basta desmascarar o divisionismo; é preciso também ter em conta os meios de que dispõe e as portas que lhe são abertas por governos como este, sempre interessados num parceiro dócil com rótulo sindical, embora por vezes esse parceiro fale grosso precisamente para esconder a mesma docilidade e, quan-

do calha, a própria submissão a interesses contrários aos do movimento sindical.

### Uma raiz de classe

O divisionismo «tem uma raiz de classe», refere ainda a resolução do CC sobre as tarefas dos comunistas no movimento sindical unitário. Não é ignorando essa raiz, identificada com a defesa dos interesses do capital, que se favorece a unidade.

O documento do CC, divulgado na íntegra por «O Militante» no seu número de Abril, depois de sublinhar que «não deverão confundir-se os agentes do divisionismo com os trabalhadores que eventual e conjuntamente tenham caído sob a sua influência», condena, no entanto, as atitudes dos que «a pretexto de defender a "equidistância face à UGT e à CGTP-IN" vêm proclamar a necessidade de uma "terceira alternativa", favorecendo objectivamente os propósitos do divisionismo».

Na altura da redacção deste trabalho não são ainda conhecidos os resultados das eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que devem ter decorrido ontem, conforme estava

anunciado. Remetemo-nos, porém, desde início, à questão da unidade, que aqui mais nos interessa e que teve valiosa expressão na respectiva candidatura às eleições para os corpos gerentes do SBSI.

Independentemente dos resultados eleitorais, considera-se a candidatura de unidade nos bancários um bom exemplo da acção contra o divisionismo, sem desvirtuar os princípios por que se rege o movimento sindical unitário. Correntes sindicais diferenciadas, com total independência, e sem abdicarem das suas opiniões, reuniram esforços com objectivos bem claros e desde cedo divulgados num dos pontos mais defendidos pelos agentes e fomentadores do divisionismo.

A coesão orgânica, conforme demonstrou a composição da lista A para o SBSI, é perfeitamente compatível com a unidade; constitui até uma exigência para a prática dos princípios unitários e para a sua eficácia na defesa de direitos, interesses e garantias constitucionais dos trabalhadores, fazendo recuar «o perigo do divisionismo» que resulta, como afirma o documento do CC, «não da sua influência no seio dos trabalhadores — que é pouca, em particular na classe operária — mas da sua acção provocatória e dos apoios de que dispõe, a nível do aparelho de Estado e do patronato».

# Ano Internacional da Juventude Socialismo e capitalismo

*— duas  
realidades  
diferentes*

**1985** foi proclamado pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional da Juventude. Na sua resolução, a ONU alertou para a necessidade de os Estados de todo o mundo assegurarem os direitos vitais dos jovens, ou seja, que assegurem, antes de mais, a Paz, e a efectiva participação da juventude na actividade política, cultural, económica e social do País, de modo a que possa haver desenvolvimento.

Segundo as estatísticas da ONU — que considera jovens as pessoas entre os 15 e os 25 anos — no início da década de noventa, a última do século, existirão no mundo mil milhões de jovens. Qual a sua realidade, quais as suas perspectivas?

Em Portugal, assim como em todos os países capitalistas, juventude é sinónimo de vontade de futuro e, ao mesmo tempo, de insegurança, descrença e incerteza.

Esta atitude deve-se, por um lado, à elevada percentagem de jovens desempregados ou com emprego precário, e, por outro, ao difícil acesso à educação, à falta de habitação e ao insuficiente apoio social.

No entanto — e embora possa parecer praticamente impossível para os mais desatentos —, esta situação não é universal. O combate ao analfabetismo e ao desemprego é uma realidade em muitos países que escolheram como via de desenvolvimento um caminho democrático e anti-imperialista.

Noutros países, os da comunidade socialista, analfabetismo e desemprego representam qualquer coisa como para nós a peste: uma doença erradicada.

## Educação: um direito?

Começemos esta nossa breve análise pela educação, a que, segundo a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, qualquer pessoa tem direito. O mesmo documento salienta que, pelo menos no que diz respeito à instrução elementar e fundamental, ela deve ser gratuita e, no caso da primeira, obrigatória.

Em muitos países capitalistas, a Constituição consagra este direito; no entanto, a realidade é bem diferente devido à acção de factores jurídicos, económicos e administrativos.

De facto, a política educacional da maioria dos países capitalistas insere-se na luta global da burguesia em manter-se perpetuamente no Poder.

Portugal constitui um bom exemplo. A escolaridade obrigatória e o seu cariz gratuito estão consignados na Constituição.

No entanto, devido por um lado às condições sociais e económicas da grande maioria dos portugueses e, por outro, ao elevado custo dos materiais, ser-se estudante em Portugal é quase proibitivo, de tal modo que hoje é tão difícil como dantes ver-se na Universidade o filho de um operário ou de um camponês...

Esta frase também é verdadeira para muitos outros países capitalistas, inclusivamente para o maior e mais rico: os Estados Unidos da América. Neste país — que se autoproclama o baluarte da democracia — os estu-

dantes das universidades e colégios têm que pagar anualmente, em média, de 8 a 9 mil dólares. Na Inglaterra, por exemplo, no ano lectivo de 1984/1985, o preço dos estudos aumentou nada menos do que 8 por cento.

A par do inoportável custo do ensino oficial nos países capitalistas, a maior parte de entre eles estão equipados com organismos paralelos de educação para as camadas privilegiadas.

Como dissemos, toda esta política tem por objectivo, por um lado, manter a direcção do País nas mãos da burguesia e, por outro, cercear as possibilidades dos jovens oriundos das classes trabalhadoras.

## Um direito natural

Por outro lado, na comunidade socialista, o direito dos jovens à educação e ao ensino é considerado como qualquer coisa de lógico e natural. Nestes países, o direito à educação está plenamente garantido pelas adequadas condições materiais, económicas e políticas.

Antes de mais nada, a educação é completamente gratuita, seja no ensino básico, seja no complementar ou no superior. O porquê deste facto é simples.

Nos países de comunidade socialista, e ao contrário dos países capitalistas, o que está em causa não é a preservação de uma elite no Poder, mas sim a elevação do nível de vida da população — o que passa também pela melhoria das condições e do grau de instrução e de preparação dos jovens.



## O primeiro emprego

Em Portugal é assim: aqueles (poucos) jovens que conseguem completar os seus estudos vêem-se atirados para o desemprego, constituindo um terço do total de desempregados; ou então são-lhes «oferecidos» empregos temporários onde lhes é exigida uma preparação menor do que a que possuem.

O exemplo português é uma vez mais ilustrativo do que se passa na generalidade dos países capitalistas. Em 1980 existiam, no mundo, 200 milhões de desempregados (número que, logicamente, aumentou em flecha), dos quais 60 por cento eram jovens.

Os jovens sempre foram os mais atingidos pelo desemprego, mas esta



tendência continua em ascensão. Porquê? Por um lado porque, nos Estados capitalistas, diminui assustadoramente o número de postos de trabalho devido à centralização desenfreada do capital e ao abusivo recurso às novas tecnologias sem uma devida reciclagem e reestruturação da economia, e, como tal, sem a preservação dos postos de trabalho.

Por outro lado — tal como acontece em Portugal — cada vez mais se utiliza o emprego temporário. Esta modalidade não só torna mais barata a mão-de-obra, como a doméstica, uma vez que os trabalhadores estão sob a constante ameaça de perderem o emprego.

Além do mais, nos países capitalistas, e depois do enorme esforço eco-

vida económica e na produção do país.

Daí que, ao planificarem o desenvolvimento socioeconómico, os países socialistas tenham em conta a entrada no mundo do trabalho de muitos milhares de jovens oriundos do ensino médio, técnico e superior.

Assim, quando um jovem acaba a sua preparação escolar, tem já à sua espera um emprego compatível com a sua qualificação.

Estes factos permitem que, na comunidade socialista, o desemprego seja uma doença erradicada, o que será impensável nos países capitalistas e em vias de desenvolvimento, onde a sede gananciosa do lucro a curto prazo origina o engrandecimento — cada vez mais assustador — do número de desempregados.



## Contraponto

De 4 a 7 de Abril, realizou-se na Jamaica uma pretensa «conferência Internacional da juventude do mundo livre» organizada pelos Estados Unidos.

Tratava-se de uma iniciativa destinada às organizações governamentais; no entanto, e como se pode ver por Portugal, onde nunca se ouviu falar de tal coisa, esta acção de propaganda saldou-se por um rotundo fracasso.

Esta manobra, apresentada como contraponto ao XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, e que pretendia dividir o movimento democrático internacional da juventude, fracassou.

Como contraponto, poderemos referir o intenso movimento internacional desenvolvido em torno do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

As centenas de países que estarão representados em Moscovo, e o intenso trabalho preparatório levado a cabo pelos diversos comités nacionais preparatórios, são um testemunho de que a juventude de todo o mundo recusa a guerra e a provocação e que está ganha para lutar, tendo, como pano de fundo, a palavra de ordem do Festival: «Paz, Amizade e Solidariedade anti-Imperialista».

nómico exigido para se completarem os estudos, os jovens não encontram postos de trabalho correspondentes à sua classificação profissional. Por exemplo, em França, de cada cem diplomados, apenas trinta conseguem arranjar emprego e, em Espanha — 1983 — 80 por cento dos jovens finalistas estavam desempregados, pelo que as universidades são denominadas «fábricas de desempregados».

## Planificação do desenvolvimento

Mais uma vez o contraste. Na comunidade socialista a economia é planificada, não em termos de lucro desmesurado, mas sim na perspectiva de um maior desenvolvimento socioeconómico, o que acarreta, obviamente, a plena participação da juventude na

## Participação, Paz e desenvolvimento

O profundo contraste entre estas duas realidades é abismal. Neste ano que foi consagrado como sendo da Juventude, torna-se claro, à vista dos dados atrás citados, que a aplicação integral do lema proposto pelas Nações Unidas — «Participação, Paz e Desenvolvimento» — passa, necessariamente, pelo respeito e implementação dos mais elementares direitos da juventude, dos trabalhadores e de todas as camadas das populações.

Passa inevitavelmente por uma política antimilitarista e orientada para o bem-estar do povo.

Passa, como vimos, por uma política de independência nacional, antimonopolista e democrática. Noutros termos: passa pela edificação de uma sociedade socialista. ■



O palácio de Sans-Souci, perto de Potsdam, nos dias de hoje visitado anualmente por oito milhões de pessoas



# Salvaguardar o património mesmo na frente de combate

A uma hora de Berlim, perto de Potsdam, está o palácio de Sans-Souci. Pela sua beleza, comparam-no a Versailles, em França, ao palácio de Pedro o Grande, em Leninegrado e ao Palácio de Dresden. Mandado construir pelo rei prussiano Frederico II, este palácio pertence ao património cultural da Humanidade.

Em Abril de 1945, as tropas soviéticas dos marechais Shukov e Konev estavam às portas de Berlim. O Alto Comando fascista tinha dado ordem às suas tropas para não abandonarem o território de Potsdam, que pertencia à «zona de defesa de Berlim». Assim, o Estado-Maior da zona de combate de Potsdam instala-se no Palácio de Sans-Souci e as últimas forças de Hitler entrincheiram-se no parque do palácio. As ordens eram de não abandonar esta posição, ou então destruir «Sans-Souci».

A 27, o exército soviético liberta Potsdam (hoje na RDA). Podia ter lançado contra o palácio os seus blindados e a artilharia, uma vez que, além de aí se encontrar o último reduto dos nazis, o palácio encontrava-se no caminho de acesso a Berlim. No entanto, e seguindo uma ordem superior segundo a qual se deveria salvaguardar, dentro dos possíveis, os tesouros da cultura mundial, as tropas soviéticas decidem contornar o palácio, apesar das dificuldades tácticas.

os parques, de os deixar fora dos combates».

Ainda o Exército Vermelho avançava metro a metro repelindo os fascistas, e já Ludchuveit e as suas tropas protegiam o palácio e os seus pavilhões.

estes homens não eram suficientes para proteger a imensa superfície. Frequentemente, levantava-me de noite para ver se estava tudo em ordem. Entretanto, os trabalhos continuavam no palácio. Fomos procurar cimento, muito precioso nessa época, e começámos a reparar a cúpula do palácio».

O tenente Ludchuveit e o seu «exército do parque» velaram para que nenhuma das obras de arte desaparecesse, registaram os tesouros, retiraram-nos das caves húmidas e prepararam a sua restauração futura.

Foi assim que se protegeu Sans-Souci até que as forças antifascistas alemãs estivessem em condições para se ocuparem do palácio.

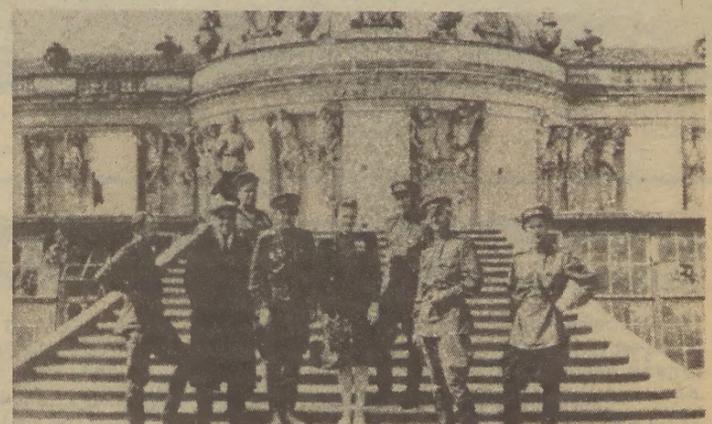
Depois da guerra, os cidadãos de Potsdam fizeram do actualmente professor Ludchuveit cidadão de

## O «exército do parque»

Foi assim que, libertada Potsdam, a infantaria soviética se encarrega de limpar Sans-Souci dos fascistas sem fazer uso da artilharia.

Conseguido este objectivo, o oficial encarregado da protecção cultural, o tenente do Exército Vermelho Ievgeni Fiodorovitch Ludchuveit, recebe ordens para proteger Sans-Souci pessoalmente, tendo para isso ficado como comandante do palácio e do seu parque, tornando-se assim num dos seus principais salvadores.

Recorda Ludchuveit, hoje professor de história de arte na Universidade de Moscovo: «enviei uma mensagem pela rádio ao quartel general alemão, na qual me dispus a não bombardear nem o castelo nem



Em 1946, o capitão Ludchuveit (4.º a partir da esquerda) no meio dos oficiais do seu «exército do parque», com a colaboração dos quais salvou o palácio da quase certa destruição

O tenente Ludchuveit afirma no seu relatório: «Eu era o comandante de Sans-Souci, mas durante os primeiros dias, praticamente não tinha soldados à minha disposição. Os combates continuavam e todos os homens eram necessários. Foi por isso que me vi forçado a formar a minha própria força. Recrutei para o meu «exército do parque» os feridos ligeiros e os convalescentes. Mas

honra e, no castelo, existe uma sala com o seu nome, na qual se encontra o seu busto, em memória do salvamento de Sans-Souci, há 40 anos.

Já capitão do Exército Vermelho, Ludchuveit afirmou: «apenas cumpro o meu dever, como faria qualquer soldado do Exército Vermelho» ■

(Exclusivo «Panorama DDR» — «Avante!»)

■ **Torres Rodrigues**

# Cidadelha de Aguiar é prova disso

## BALDIO NÃO QUER DIZER TERRENOS ABANDONADOS

**B**aldio é termo que pouco significa para as gentes da cidade. No emaranhado de cimento e metal circundante, qualquer bocado de terreno livre é, de imediato, ocupado por prédios ou automóveis. Dai que quando se fale em baldios, aos cidadãos de muitas gerações, se lhes estampe no rosto a expressão de quem não ouviu nem se interessa por essas coisas. Já o mesmo não se passa nas zonas rurais, nomeadamente no Centro e Norte do País, que baldio é termo que sempre foi ouvido de pai para filho, local para pastar o gado, roçar o mato, caçar uma perdiz ou uma lebre, garantir a lenha na lareira no frio Inverno.

Perde-se no tempo a utilização dos baldios pelas populações, até que o fascismo decidiu, utilizando a força, proceder à sua florestação. **Para onde vai o gado? Onde roçar o mato e apanhar a lenha?** — gritaram numa interrogação as populações. Como resposta o fascismo espalhou

pelo País a guarda florestal, apoiada, nas zonas onde as pessoas foram mais renitentes, pela GNR.

A floresta surgiu, os rebanhos desapareceram, as populações, essas, ficaram mais pobres e anos mais tarde muitos seriam os homens que utilizando o «passaporte de coelho» —

eufemismo para a passagem da fronteira a salto — iriam procurar, em França, o sustento que aqui não tinham.

Mas os baldios voltaram ao Povo quando, numa manhã de sol de Abril, quem escutava à rádio começou a ouvir «Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas...»

### Um baldio para servir o povo

Cidadelha de Aguiar, pequena localidade transmontana nos arredores de Vila Pouca de Aguiar possui um

baldio com cerca de 600 hectares. É o único em Trás-os-Montes por administração directa. No resto do país haverá, no máximo, sete nas mesmas condições.

A conversa com o presidente da Comissão Directiva, António Saraiva de Sousa, foi breve, que os afazeres são muitos. Só em resina tiram por ano cerca de 2000 contos e no respeitante ao aproveitamento da madeira não estão a fazer dinheiro porque o administrador florestal não faz os cortes quando deveriam ser feitos, de outro modo este ano tirariam cerca de 5000 contos.

Mas o dinheiro não é para ficar guardado. Construíram a Casa do Povo que, por administração directa, ficou em 2000 contos quando noutras condições ficaria por quatro a cinco mil contos.

Abriam dois estradões florestais, não só para proteger as árvores do fogo como para permitir o mais fácil acesso aos madeiros. Um dos estradões custou 700 contos, o outro 250. Foram feitos por administração directa, de outro modo custariam cerca de 2000.

Muros e pequenos arranjos nos caminhos têm sido outras das obras feitas. Programados para o dinheiro que têm — 700 contos e mais dois mil que vão receber — estão os lavadouros públicos, murar o rio Avelames, mais dois estradões florestais e ainda o arranjo do campo de futebol.

Entretanto, os terrenos que não estão florestados têm sido cedidos a pessoas pobres para fazerem as suas casas. Sucedeu assim, até agora, com três famílias. Têm o usufruto do terreno, não a propriedade que continua a ser do baldio.

Antes de nos deixar aconselha-nos a falamos com José Alves, que foi o impulsionador de todo o trabalho que levou à criação da Comissão Directiva do Baldio, em 1976, e que ainda hoje, apesar da sua idade avançada, mas devido ao seu prestígio, é ouvido nas decisões que são tomadas.

Como não podia deixar de ser a conversa desenrolou-se à lareira, na



José Alves: «Agora que a floresta dá riqueza deve servir quem prejudicou.»

companhia de familiares, uns salpicões bem curados no fumeiro, um pão caseiro que era uma delícia e um vinho americano de casamento, prova de que ainda existem americanos bons.

### Ainda há americanos bons

No princípio era o monte, sem floresta nenhuma — diz-nos José Alves. A floresta apareceu há cerca de 40 anos. Nessa ocasião havia, aqui, no lugar, mais de 2000 cabeças de gado de que as pessoas tiveram que se desfazer pois não havia lugar para pastagens. Com a floresta faltou a fatura de carne e leite.

A floresta veio agora dar riqueza — prossegue José Alves, enquanto remexe as brasas para que o calor se mantenha —, por isso deve ficar para

quem deu prejuízo e não para outras pessoas.

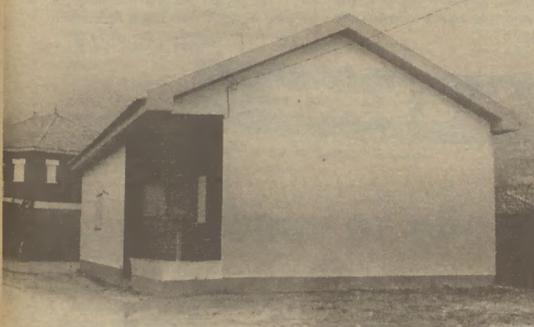
Fala com entusiasmo da Casa do Povo que ajudou a erguer.

Ainda no Carnaval estava chelna de povo da terra e de fora. Onde é que se arranjava uma sala assim na povoação?

E a vontade de melhorar, sempre, não esmorece. Já vê a Casa do Povo com um café e uma televisão para que as gentes da terra tenham um local para passar o tempo, já que ali os divertimentos são escassos e o trabalho prolongado e duro, bem como outras iniciativas que sirvam a todos.

Hoje, a população de Cidadelha de Aguiar pode ver os resultados do baldio. Traduzem-se em arranjos nos caminhos, uma Casa do Povo, distribuição de terrenos aos mais pobres e outras coisas mais.

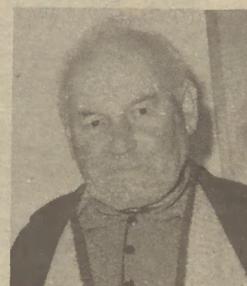
Seria isto possível se a administração do baldio fosse retirada à população e entregue a particulares como se pretende fazer? Não é esta a opinião da gente de Cidadelha de Aguiar e também de outros locais onde os baldios estão ao serviço do povo que dele, em tempos, foi usurpado. ■



A Casa do Povo custou menos de metade do preço só por ter sido feita por administração directa

### Quinze anos de pastor foi Marcelino

Não é todos os dias que se encontra um sobrevivente da Guerra de 14-18. E porque isso sucedeu em Carvalhais, terra de Mirandela, ficámos ao serão a ouvir Marcelino Pedro Santolhão, agora com 91 anos, que



Emigrante sem o desejar

da bengala simula a baioneta e as cargas de infantaria e nos fala dos «soldados de saias», para referenciar as tropas escocesas.

A família, que já lhe conhece as histórias, vai puxando por este ou aquele aspecto: «Oh avô! mas então não o quiseram mandar para a Rússia?»

Quinze anos de pastor foi Marcelino, em Santa Cominha, terra pedrada nos ermos daquele Nordeste Transmontano, até que um dia, devido a um tal Guilherme II, foi bater com os costados em terras de França, depois de ter assentado praça em Bragança, com trocinio em Tancos. Foram 915 dias e 14 horas — referindo-se ao tempo passado na tropa.

Emigrante sem o desejar, a sua opinião da guerra é de homem arreio daquelas violências. Olha lá, ó amigo alemão, por que é que andamos cá uns por causa dos outros?

Por motivos que à memória já não lhe acorrem, foi preso quando a guerra terminou, com a ameaça de ir para a Rússia — onde o poder dos operários e camponeses despontava — combater o Exército Vermelho.

«Oh avô! e se tivesse ido?»

Passava-me para o outro lado, e recita: Havia um alemão/ quando escrevia e lia/ a burguesia tremia. ■



■ José Manuel Mendes

## Memória de Maio em flor

Chovia brandamente na cidade. Na véspera, noite dentro, ultimáramos os preparativos da jornada. Em redor de uma mesa de pingue-pongue, na cave de um amigo, junto ao cheiro da terra e ao revoltar das águas no tanque do quintal. A Maria Irene trouxera-nos café, bolos secos, bolachas. Entre o torpor e os perigos, uma música viva rompia: festejaríamos o 1.º de Maio com nova força.

Desde cedo, mal os eléctricos começavam as suas bolandas rangentes, os homens afluíam aos locais de encontro: um café de ambiência democrática, no centro, voltado para os arredores montanhosos; a segunda paragem de camionetas na estrada para a Falperra; a casa de um dos organizadores, no outro extremo, num bairro popular. A polícia, entretanto, reforçara os efectivos e dispunha-se em grupos, de onde em onde, farejando.

Sabíamos que a luta exigia lucidez e coragem. O fascismo reprimia, com violência, as iniciativas de massas e, no seio da oposição, não faltava quem se demarcasse, em nome das mais variadas razões de circunstância, dos projectos de classe dos trabalhadores. Harmonizar a festa e o combate, em unidade, era o objectivo nuclear. Por isso, de muitas peças se compunha o nosso bernal de viajeiros: pão, azeitonas, vinho; chouriços, pedaços de frango, queijos; caldo verde e maçãs; uma viola, uma concertina de foies enfranqueados pelo tempo, harmónicas de beijos, cavaquinhos de cordas jubilosas. De automóvel, bicicleta, autocarro, vindos por caminhos diferentes, iríamos assentar arraiais, pela meia manhã, num sítio recatado, vizinho de pinheiros e urzes, na Santa Marta. Quantos seríamos? Cem, duzentos, trezentos? À hora prevista, cumpridos os rituais conspirativos, rondaríamos, talvez, as duas centenas. A Fátima recolhera flores: rosas, amores-perfeitos, tulipas. O que houvesse. E cravos, insuspeitos prenúncios do lume de outros cravos, em breve navegando o mar aberto da libertação. O Manuel Sapateiro, que ganhara na guerra um olho de vidro, principiou a cantar.

A morrinha desertara. Um céu de borras sujas ameaçava, contudo, fazê-la voltar. Em pontos estratégicos, oito operários esquadriavam os rúmores da distância, a eventual investida dos esbirros e da guarda. O António trepou, então, a uma pedra e, por delegação dos promotores, traçou, em curtas palavras, o perfil da situação, as linhas de actuação imediata nas fábricas, na frente oposicionista, nos mil e um lugares onde o descontentamento do povo fervilhava. Lembrou o significado da data, aludiu à tortura que foi necessário suportar até aos sucessos do presente, evocou os que haviam perecido. Os trabalhadores são o motor das transformações decisivas. Ninguém o consegue parar, disse. Ouvíamos com atenção e anuência. Rememorou-o, neste instante, como ao sabor das coisas autênticas que nos marcam. O António, metalúrgico, já no degrau dos cinquenta, voz poderosa, largos movimentos apostólicos com os braços, emprestava-me livros: Gorki, Pratolini, Juan Carlos Zamora. O filho, empregado no comércio, tocava pífara. Foi ele quem, findo o repasto, animou os prelúdios da confraternização. Outros entoariam as melodias da resistência, os cantares regionais, ao som múltiplo dos instrumentos. A espaoço, o Artur Seis-dedos, com números magníficos de mímica e prestidigitação elementar, provocava expectativa e hilaridade.

A dado momento, quando o Catita puxava pelos bofes martirizados da rabeca (designação depreciativa que o espírito reinado do João Bento prodigalizara), vimos um remoto acenar de lenços, lá ao longe, num dos postos de vigilância. Mantivemos posições, prosseguimos cantando não obstante a aproximação progressiva dos repressores. Marcharam devagar, detiveram-se perto do grupo principal, indagaram: — Quem é aqui o chefe? — Não há cá chefes. Somos amigos e estamos a celebrar o aniversário da minha mulher.

De pouco valeu argumentar, mudar o rumo das alegações, eleger o proleto. Os agentes da GNR prenderam uma dezena de trabalhadores, dois estudantes, um advogado. Tudo acabaria ali. Tudo reprimiria ali: a acção política, reforçada, intensificar-se-ia até à vitória. Um dia, em Abril. Um Abril que vai ficando afastado na rota da idade e permanece, afinal, tão dentro de nós.

Interrogo-me: para quê contar, de forma tão sucinta, a estória do meu primeiro 1.º de Maio, evento atravessado de observações subjectivas, perdido nas brumas negras do salazarismo, quando o presente reclama portias concretas, inadiáveis, impregnadas de um conteúdo bem diferenciado? Porque pairam sobre as liberdades ameaças graves e urge recordar, sem morbidez nem desalento, o que sofremos para melhor impedir a liquidação da democracia. E ainda porque, um tanto por toda a parte, vão renascendo, nas mãos dos trabalhadores, aqueles cravos que, lá no fundo dos lustres, me ensinaram a conquistar, com a comunidade dos homens, os novos abris da esperança que não desarma. ■

### Joaquim Pipa, lavrador e jogador de sueca

Quando estivemos em Vila Real vários camaradas disseram: «Tens de conhecer o Joaquim Pipa! É agricultor em Parada de Aguiar. Só falando com ele podes saber as voltas que um homem dá e o que pode fazer.» A curiosidade foi-se acicatando à medida que o nome do Joaquim Pipa vinha à baila: «Olha! Aquele gado é do Pipa.» — «Aquele é a casa do Pipa.» — «Quem passou agora por nós, na camioneta, foi o Pipa.» Até que o encontro se proporcionou, numa tarde em que a chuva caía, miudinha e fria. Mas, num café de Vila Pouca de Aguiar, estávamos protegidos dessas coisas da Natureza, que incomodam os homens mas são indispensáveis para as couves e outras que tais.

### Para começar... a Polinésia

De estatura meã e seco de carnes, Joaquim Bernardo Pipa Reguengo — é este o seu nome, que os amigos abreviam, por afecto, para Pipa — olha-nos nos olhos enquanto estende a mão para um aperto forte.

Pois é! Em 1964 fui trabalhar para a Polinésia — diz-nos, sabendo que vai provocar interesse. Nessa época, o transmontano, o minhoto, o beirão e o alentejano partiam para França, Alemanha, Luxemburgo na sua grande maioria e poucos eram os que saltavam para a Bélgica e Holanda. A Polinésia fica no outro lado do mundo, mas que ideia foi essa?

Inscrevi-me na emigração, chamaram-me a perguntar se queria ir. Traitei da papelada e lá fui eu de avião, do Porto a Lisboa, depois até Paris, de seguida até Nova Iorque, mais adiante até S. Francisco, daqui até ao Tahiti e, por último, até Mururoa.

Trabalhou aqui cinco meses e 14 dias, com um ordenado de 11.700\$00. Do trabalho recorda-se que, ele e outros como ele, fizeram um forno. Aquilo tinha mais de 15 metros de fundo e as paredes outro tanto de espessura.

Da construção restam, hoje, bocados calcinados e radioactivos, pois naquela ilha realizaram os franceses as suas experiências nucleares.

Um dos primeiros portugueses a emigrar para a Polinésia, acaba por regressar ao «bom caminho» da emigração portuguesa deste século — vai para a Alemanha — mas a sua última experiên-

## «Antes não havia sequer uma seitoira»



Joaquim Pipa: «E às vezes dou por mim a adorar a sementeira, a falar com ela. E quanto mais gabam o que um homem fez, mais ele cresce.»

cia é na Arábia Saudita, contratado por uma empresa suíça que ali estava a construir uma unidade para preparação de água potável. A um mês se resumiu esta última saída da Pátria.

### E da terra veio o pão

Em 1975, dedica-se ao trabalho do campo e a terra que hoje tem — cerca de 10 hectares — comprou-a com o dinheiro que ganhou no arrendo. De Paradas do Alvão desceu para Parada de Aguiar e continua a ter arrendada terra, cerca de 80 hectares, em sistema de meias. Todas as obras que faz, paga metade, de todos os lucros, recebe metade.

Antes não havia uma seitoira (focete), nem uma forquilha. Agora a propriedade tem 75 vacas e três bois, uma ordenha mecânica para três va-

cas e a respectiva refrigeração de leite para mil litros por dia, dois tractores, uma enfardadeira.

Só conta com a força de trabalho da família — ele, a mulher e cinco filhos, a mais nova tem 10 anos. Em 1984, tiraram 200 000 litros de leite e colheram 100 000 quilos de batatas, ensilaram 200 toneladas de milho híbrido para forragem para os animais, arrumaram 5000 fardos de feno e habitualmente fazem por ano 150 tractores de mato.

Ainda se podia fazer mais alguma coisa, mas andamos, assim... como que na vadilice. — diz-nos Joaquim Pipa, o que nos provoca um sorriso.

### Quem quer apoios conta consigo

Tudo o que está feito na propriedade que tenho arrendada fui eu que

o fiz. Não havia um lameiro. Mandei analisar as terras para saber as ervas que devia pôr. Vou fazendo as rotações... — continua Joaquim Pipa.

Do tão alardeado subsídio de gasóleo prefere não ouvir falar. Já ali está há cinco anos e só uma vez é que o recebeu. Não lhe chegámos a perguntar, mas deve ter sido em ano de eleições. Uma vez, pediu 300 contos emprestados ao banco, comprou folhas de papel selado, preencheu a papelada. Disse-lhe para aguardar. Meses depois vieram de Lisboa para verem o gado que tinha para lhe fazerem o empréstimo. Ora um homem não vai para a feira com paleio, tem de levar dinheiro para comprar as coisas. Disse adeus ao empréstimo.

Fala-nos do trabalho do campo. A faina acaba pelas 23 e 30, que é preciso tratar do gado e logo pelas seis da manhã é preciso estar a pé, senão

chega o padre da freguesia e manda-nos embora.

A ajuda de uma casa é uma multa, que calça uma galochas às seis da manhã e as tira à meia-noite. É triste dizer isto mas a vida é esta. — E Joaquim Pipa faz deste modo um elogio discreto à sua companheira de vida e do trabalho.

Dingente da União de Agricultores de Vila Pouca de Aguiar, que está a ser legalizada, e presidente do Conselho Directivo do Baldio de Parada de Aguiar, Joaquim Pipa tem tempo para estar e ainda para o seu pequeno vício — o jogo da sueca — que é também o seu único divertimento.

Este o Joaquim Pipa que conheci. Muitos outros há, espalhados por este país agrícola. Gente que luta, que trabalha, que faz virgar as sementeiras. Gigantes com corpo de homem. Deles, todos nós precisamos. ■

# ÁFRICA DO SUL

## Onde os mortos dão coragem

**A** revolta contra o *apartheid* manifesta-se todos os dias em todos os *ghettos* e em todos os locais onde predomina a miséria. O medo deixou de ser um travão. Os mortos transmitem coragem. E são cada vez mais os mortos pelo regime abominável em vigor na África do Sul.

As notícias provenientes do território sul-africano através das agências assemelham-se a uma infundável necrologia; na província do Cabo, na província do Transval, na província de Orange, em todo o país enfim, as manifestações de africanos reprimidas pela política e exército racistas parecem não ter fim.

Só em Setembro, Outubro e Novembro do ano passado as forças repressivas assassinaram mais de 200 pessoas e feriram um número indeterminado de outras. Milhares estão presas sem culpa formada. Segundo o Comité de Apoio aos Presos afirmou em Joanesburgo, na África do Sul estão actualmente presas por motivos políticos mais pessoas do que em qualquer ano desta década: em 1984 o número de presos políticos foi o dobro do de 1983 e o quádruplo do de 1982!

O ano de 1984 estabeleceu ainda outro tenebroso recorde: o do número de presos «falecidos». Segundo o ministro da Lei e da Ordem (é mesmo assim que se chama), Louis le Grange, 126 presos morreram nas prisões; «21 morreram na sequência de ferimentos recebidos antes da prisão, 38 suicidaram-se, 61 morreram de «causas naturais» e 6 devido a agressões de outros prisioneiros». É fácil morrer nas prisões sul-africanas...

O ministro não se referiu a uma outra forma, muito comum na África do Sul, de perder a vida. A pena de morte. Desconhecem-se números, mesmo oficiais, mas a imensidão da tragédia torna-se evidente quando se sabe que na RAS se efectua anualmente mais de 50% de todas as execuções do mundo, embora ali esteja concentrada menos de 1% da população do planeta.

### Os cúmplices

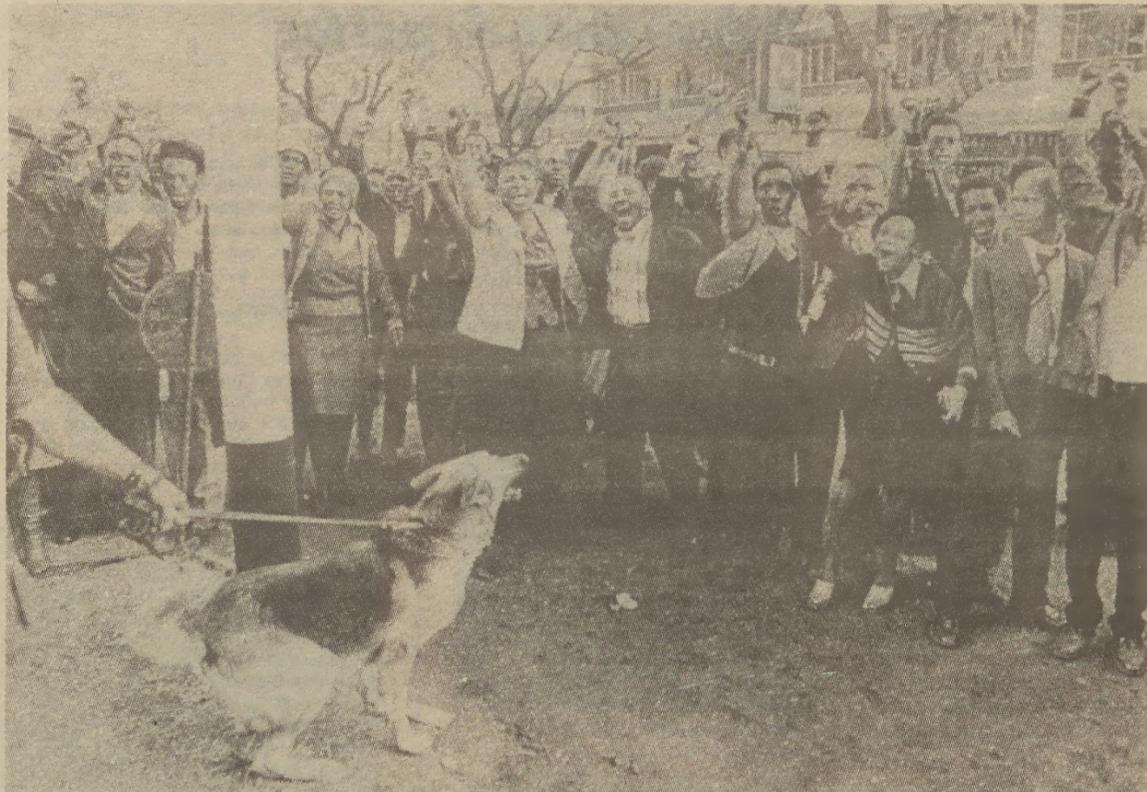
Muito se tem falado na tragédia da África do Sul, da imensa maioria negra da sua população subjugada, explorada e humilhada pela maioria branca. Porque já não é possível ignorá-la. Mas poucas vezes se diz que o regime de *apartheid* há muito que

teria caído sob o peso dos seus crimes se não tivesse cúmplices activos, influentes e ricos como os EUA, a Inglaterra, a RFA, a França, Israel e outros.

Cúmplices que beneficiam da exploração da mão-de-obra negra. Cúmplices que, de tempos a tempos, com receio de perderem os fabulosos lucros que retiram da RAS, apelam a «reformas» que apenas podem ajudar o *apartheid* a sobreviver.

Reformas como as recentemente anunciadas em Pretória — abolição da vergonhosa e inadmissível proibição de relações sexuais e casamentos inter-raciais — ou as promessas de libertação de presos políticos sob condições. Como a proposta feita a Nelson Mandela de negociar a sua libertação e a que o líder histórico do Congresso Nacional Africano (ANC) deu a devida resposta, a única possível de quem não perdeu a noção da própria dignidade humana.

Essa resposta, que transcrevemos na íntegra, é um documento em que todos deveriam meditar. Em particular os que, directa ou indirectamente, ajudam o *apartheid* a existir. O que ela



nos diz é que a liberdade de um povo não é moeda de troca.

Pela liberdade se vive, pela liber-

dade se luta, pela liberdade se morre. Mas a liberdade não se vende. Conquistada-se.

Até ao dia em que ninguém, em lugar algum, duvide que a liberdade é um direito inalienável dos povos. ■

## Mandela responde a Botha

### ...«O direito à liberdade não se vende»

Sou membro do Congresso Nacional Africano. Sempre fui e continuarei a ser membro do ANC até ao dia em que morrer. Oliver Tambo — dirigente do ANC — é mais do que um irmão para mim. É o meu maior amigo e camarada desde há cinquenta anos. Se há entre vós quem aspire à minha liberdade, Oliver Tambo deseja-o muito mais e sei que daria a sua vida para que eu fosse livre. Não existem diferenças entre as suas posições e as minhas.

Estou surpreendido com as condições que o governo me quer impor. Não sou um homem de violência. Os meus amigos e eu propusemos, inúmeras vezes, a realização de conversações para procurar uma solução para os problemas do nosso país. Essa proposta foi sempre ignorada por todos os dirigentes de Pretória.

Foi apenas quando todas as outras formas de resistência nos foram vedadas que adoptámos a luta armada. Que Botha renuncie ele próprio à violência. Que declare ter decidido desmantelar o



*apartheid*. Que levante a Interdição que pesa sobre a organização do povo, o ANC. Que restitua a liberdade a todos os que estão presos, banidos ou exilados pela sua oposição ao *apartheid*. Que garanta a liberdade política para que o povo possa decidir quem deve governar.

Prezo muito a minha liberdade, mas prezo ainda mais a vossa. Os que morreram desde que estou na prisão são demasiado numerosos. Como são inúmeros os que sofreram pelo seu amor à liberdade. Eu estou em dívida com as suas viúvas, os seus órfãos, com os pais e mães que choram por eles. Não há quem como eu tenha sofrido isso nestes longos anos solitários e devastadores. Não amo menos a vida do que vós. Mas não quero vender o meu direito inalienável, nem o do meu povo, à liberdade. Estou preso enquanto representante do povo e da sua organização, o ANC, que foi proibido.

Que espécie de liberdade me oferecem então, enquanto a organização do povo fica interdita? Que espécie de liberdade é essa,

em que poderia ser preso por infringir a lei sobre as deslocações? Que liberdade teria para viver a minha vida familiar, quando a minha querida esposa continua banida em Brandford? Que liberdade é essa que me oferecem, quando sou obrigado a pedir uma autorização se pretendo viver numa zona urbana? Quando preciso de um carimbo sobre o «passé» para poder procurar trabalho? Que liberdade é essa quando nem a minha própria cidadania sul-africana é respeitada?

Só os homens livres podem negociar. Os presos não podem assinar contratos. Herman Toivo ja Toivo, quando foi libertado, não fez nenhuma promessa, nada lhe foi exigido.

Não posso assumir nenhum compromisso, nem o farei, enquanto nós, o povo e eu, não formos livres.

A vossa liberdade e a minha não podem ser separadas. Continuo na prisão ■

Nelson Mandela



# a TV

## RTP sem disfarce

O tratamento que o **Telejornal** deu à participação popular nas comemorações do 25 de Abril foi verdadeiramente vergonhoso. Quer dizer: esteve à altura da RTP...

Não falemos já da total ausência de mobilização ou de prévio noticiário. Antes do 25 de Abril o **Telejornal** não deu uma única palavra às comemorações projectadas! E com esta atitude a RTP mostrou, sem qualquer tentativa de disfarce, de que lado está...

Ou seja: não se trata já de uma radical posição de classe, essa constante na programação da RTP. No seu ódio cego a tudo quanto fale de liberdade, de dignidade, de alegria de viver, já nem o 25 de Abril lhe escapa!

Para a RTP, a comemoração popular do 25 de Abril já é um negócio altamente subversivo...

Que miséria!

## O silêncio da vergonha

Ora, se o **Telejornal** não deu qualquer espécie de noticiário prévio que mobilizasse a consciência nacional para a Festa da Liberdade e da Fraternidade, não foi menos afrontoso o modo como se referiu às manifestações efectuadas nesse dia.

Para o **Telejornal**, tudo se resumiu a Lisboa e Porto.

Quanto ao que se passou em Lisboa, as imagens colhidas no Rossio eram do tempo em que falava o primeiro orador, ou seja: quando a máxima força do desfile ainda vinha na Avenida da Liberdade. E assim mesmo, poucos foram os segundos que durou a notícia. Basta dizer que o povo português não ouviu uma só palavra dos diversos oradores na manifestação de Lisboa!

Quanto ao Porto, a situação foi ainda mais repugnante: apenas se viram imagens dos desfiles militares. O povo do Porto ficou, no **Telejornal**, completamente ignorado!

## Os Ministros... inteligentes

Para acabar em beleza de pouca vergonha, houve aquela bronca do Coliseu.

Como se sabe, o Governo resolveu dar, nesse dia, música sinfónica de graça e organizou uma sessão no Coliseu. A RTP foi lá e transmitiu em directo a segunda parte.

O ambiente, diga-se, não era de grande entusiasmo e o público, a julgar pela imagem dada, também não era muito numeroso.

Mas o pior de tudo foi a intervenção inicial do Ministro da Cultura.

O dr. Coimbra Martins achou-se na obrigação (com muito prazer, aliás, que os ministros todos gostam muito de televisão, isso dá promoção à brava e depois a família e os amigos gostam tanto de os ver lá...) achou-se pois o ministro na obrigação de vir explicar a pobreza das comemorações oficiais.

Eram três as razões fundamentais:

Em primeiro lugar, o número do aniversário não justificava grande alvoroço. Pronto. Percebe-se. O Governo não gosta do número onze. Questão de alergia...

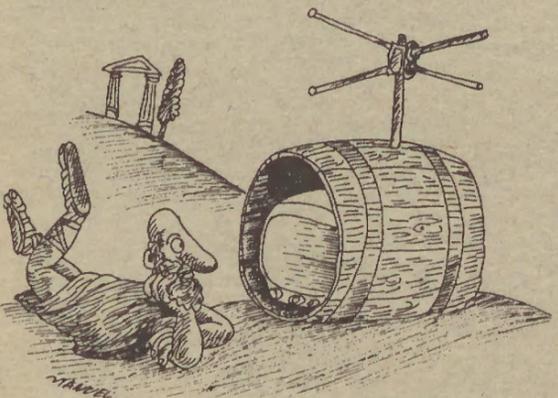
Em segundo lugar, estamos em crise, as disponibilidades não são muitas para gastar em festas. Claro. Se o Governo gastasse dinheiro com o 25 de Abril, como raio ia haver massa para as passeatas e para as comezainas. Compreende-se...

Finalmente, Portugal estava de luto pela morte de Tancredo Neves...

Ó ministro! Ó Cultura! Ó Martins, mas que tem a ver uma coisa contra a outra? Em que é que a dor do Brasil podia ser adversa à alegria de Portugal?

As pessoas cuidam que os ministros da cultura deviam ser um pouco mais inteligentes do que os outros. Se calhar até deviam. Por isso, na impossibilidade de arranjar desculpas mais... inteligentes, não mandava a inteligência — que se calassem?...

### ■ Ulisses



# Síntese semanal da IMPRENSA

## 25 de Abril: a exigência de uma nova política

Clara a unidade verificada nas comemorações do 25 de Abril à volta da condenação «das distorções e injustiças sociais dia a dia mais acentuadas». Como diz ainda o editorial do «Diário de Notícias», não é o 25 de Abril que gera profunda controvérsia entre os portugueses, com excepção dos fascistas saudosos do salazarismo «à João Coito». O que é inaceitável é uma política «restauracionista», velha de 9 anos, que tira aos portugueses «o direito à Esperança». Em nome do 25 de Abril é preciso mudar de política, é preciso mudar de Governo.

### Não é o 25 de Abril que gera controvérsia

• «As múltiplas celebrações que se anunciam por todo o País, a despeito do sentimento de frustração e desânimo que cresce — iludi-lo seria um erro grave —, são um dos sinais de que, 11 anos passados, o que gera profunda controvérsia na sociedade portuguesa não são os fundamentos da democracia, nem o 25 de Abril que a simboliza: é uma prática política nem sempre digna nem dignificante, é o exercício do poder em obediência a estratégias pessoais, de grupos ou de partidos, não raro contrárias ao interesse nacional, são, acima de tudo, as dificuldades económicas para que se não vê fim e que produzem distorções e injustiças sociais dia a dia mais acentuadas.»

(«Diário de Notícias», 25.Abril)

### «Enquanto houver fome»

• «Acusações de distorção dos ideais de Abril, a crise económica e social que, progressivamente, se tem acentuado nos últimos anos e as consequentes críticas ao Governo, foram tónicas dominantes nas intervenções que se verificaram ontem, no Rossio, durante o comício com que culminou a manifestação organizada pela Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril.

Com índices apreciáveis de adesão, o desfile teve início no Marquês de Pombal, seguindo pela Avenida da Liberdade. À cabeça, várias personalidades de tendências políticas diversas — António Arnaut, Emídio Guerreiro, Vasco da Gama Fernandes, Luís Catarino, Octávio Pato, Salgado Zenha, Cunha Leal entre outros — e figuras militares conhecidas — Vasco Lourenço, Marques Júnior, Vítor Crespo, Pezarat Correia, Rosa Coutinho.

(...)  
O major Marques Júnior encerrou a série de discursos para salientar que todos «estamos unidos pelos Ideais de Abril». A defesa dos valores da democracia e a convicção de que o passado não voltará — «fascismo existiu», disse — porque «a esperança é a última que morre e nós exigimos estar vivos». E ainda a afirmação de que é «com os trabalhadores que vamos construir o futuro», além de uma outra final: a de que «o MFA não pode ser dissolvido porque

não é uma organização formal. É um estado de espírito que existe enquanto houver fome».

### «Quer V. Ex.» saber quem tem estado na ordem?»

• «Nem as novas formas de opressão — os custos altos da vida que reduzem os salários, os salários em atraso, o desemprego, a falta de primeiros empregos, a renovação das situações de desemprego no meio rural — são compatíveis com a Democracia. Nem uma Lei de Segurança do Estado que agrava a insegurança dos cidadãos. Nem uma Lei dos Direitos de Autor que abre a via da apreensão de livros e publicações e da restauração da censura. Nenhum «restauracionismo» reforçará a Democracia. Qualquer «restauracionismo» ofende a Liberdade em Abril reconquistada. Seja qual for a roupagem jurídica, é contra ela.

Porque não há ordem que contrarie as liberdades democráticas. No final do século passado o grande jornalista e homem político que foi o ditador João Franco, perguntava: «Quer V. Ex. saber quem tem estado na ordem? — O povo. O povo é o único elemento da sociedade portuguesa que não constitui um perigo social.»

Os democratas não podem ter medo do povo. O povo mostrou em Abril — e ao longo destes onze anos — a sua maturidade cívica, o seu apego à Democracia, uma responsável noção das liberdades democráticas.

As excepções que possam ser invocadas, os erros que possam ser referidos, são pequenas manchas num quadro de cores claras: as cores da justiça, da fraternidade e da esperança.

O grande erro — na transição da condução do processo de libertação e transformação da sociedade portuguesa — terá sido o de confiar nos restauradores da ordem, e ter consentido que, em nome da ordem democrática, se tenha reconstituído um situacionismo com os seus privilégios, posições e interesses.»

(«Diário de Lisboa», 25.Abril).

### Eanes: inaceitável crescente injustiça social

• «Abordando particularmente a situação socioeconómica do

País, o Presidente da República criticou ontem, no discurso parlamentar de comemoração do 25 de Abril, a capacidade política dos governantes portugueses, afirmando, nomeadamente, que «é inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam pelo menos ter reduzido as crescentes desigualdades» existentes na sociedade.

Para Ramalho Eanes «é socialmente inaceitável que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas, e é inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados». Centrado a sua atenção na situação social das camadas mais desprotegidas, Eanes acusa: «Não podemos deixar de constatar que nestes curtos anos de democracia, a pobreza aumentou, o desemprego não foi suscitado e as desigualdades sociais se agravaram.»

O discurso eminentemente popular assume importância no pensamento presidencial, com Eanes a dirigir-se à classe política: «Mesmo que o rendimento 'per capita' tivesse aumentado significativamente, a falta de resposta aos três problemas referidos levar-nos-á sempre a questionar que tipo de política de desenvolvimento adoptamos, dado que a maioria dos destinatários dessa política vêm continuamente agravadas as suas condições de vida.»

«Um projecto de desenvolvimento, agora inadiável por razões de situação e soberania, não pode mais ser comandado por uma perspectiva unicamente financeira, até porque as políticas financeiras são apenas um instrumento económico», considera o Presidente.»

(«Correio da Manhã», 26.Abril)

### Tecido social: o impacto do 25 de Abril

• «O impacto do 25 de Abril foi decisivo nas profundas modificações ocorridas no tecido social português.

(...)  
A recente publicação dos resultados definitivos do XII Censo de 1981, veio permitir a leitura das tendências objectivas de evolução no tecido social e económico do País depois do 25 de Abril. Após dez anos de grandes convulsões políticas e estruturais, podemos agora determinar com maior rigor qual o alinhamento actual dos diferentes grupos sociais e em que sentido caminha a nova estratificação da sociedade no seguimento do «choque» revolucionário.

A primeira conclusão a tirar dessa leitura é que desde o início dos anos 80 o sector de serviços se tornou dominante na estrutura do emprego, apesar de estar ainda bastante longe da média comunitária europeia que ronda os 57 por cento, segundo os dados mais recentes da OCDE. Na futura Comunidade dos Doze, Portugal fará companhia à Grécia no escalão mais baixo das «economias de serviços».

O operariado não agrícola continua a ser, todavia, o grupo social de maior importância, com cerca de milhão e meio de «membros», revelando ainda uma nítida tendência crescente. Aumento que tem sido contínuo desde os anos 60, acompanhando a segunda vaga de industrialização do País. Portugal é, à semelhança da restante Europa do Sul, uma sociedade em que a «massa operária» nas indústrias e nos serviços é a figura social dominante.

(...)  
Outro elemento notável é o facto do patronato privado ter quase triplicado, evoluindo com tal vigor que inverteu a tendência para a forte concentração do capital e redução

numérica dos empresários privados ocorrida de 1960 a 1970, na fase final do anterior regime.

Este é talvez um dos factos mais significativos do 25 de Abril enquanto ruptura com a estrutura da riqueza no regime fascista. A profunda alteração ocorrida na composição da propriedade do capital manifestou-se no quase desaparecimento da alta finança privada nacional e, também importante mas menos falada, na queda vertical do peso do capitalista não activo.

De facto, os proprietários vivendo exclusivamente de rendimentos, que vinham aumentando de peso na estrutura social desde os anos 60, atingindo segundo o Censo de 1970 mais de metade da classe burguesa nacional, não constituem hoje sequer 10 por cento desta.

(...)  
As classes médias urbanas e rurais, ainda que não sendo um conjunto homogêneo, têm aumentado continuamente em termos absolutos e relativos totalizando mais de um milhão de portugueses activos. O 25 de Abril não fez mais do que acentuar esta tendência vinda de trás.

(...)  
A pirâmide social portuguesa é atravessada por assimetrias várias. A primeira delas é o contraste entre a evidente «terciarização» global da sociedade portuguesa e a realidade regional, com as suas gritantes diferenças.

(...)  
Outra constatação é a de que o poder de compra se concentra principalmente em três eixos: 39 por cento em Lisboa-Setúbal, 26 por cento em Aveiro-Porto-Braga e cinco por cento em Coimbra-Leiria-Santarém. A grande disparidade destas percentagens é gritante.

(...)  
Começa a surgir entretanto, mesmo no interior destes eixos, novas bolsas de grande pobreza, inespacialmente nas zonas marcadas pela mono-indústria: Setúbal e Almada, Tramagal, Marinha Grande e Castanheira de Pera. Por outro lado, segundo o último censo, mais de 100 mil pessoas vivem ainda em barracas ou habitações precárias.

Concentram-se principalmente em Lisboa (60 por cento dos agregados familiares), Porto e Setúbal com uma população predominantemente operária e inactiva.

Atravessam ainda o tecido social novas desigualdades geradas inclusive no interior da mesma camada social. Para além do fenómeno crescente do desemprego, atingindo hoje 10 por cento da população activa, e nomeadamente do peso crescente de desempregados há mais de um ano (mais de 50 por cento destes), os fenómenos de precariedade do emprego alastram.

Segundo o inquérito ao emprego, no último trimestre de 1983, os contratados a prazo eram 9 por cento dos assalariados (mais de 400 mil trabalhadores). Por outro lado os salários em atraso atingem entre um número de 45 mil trabalhadores, segundo os dados obtidos pela Inspecção-Geral do Trabalho e um máximo de 150 mil, segundo os elementos divulgados pela CGTP.»

(Expresso 27.Abril)

Antecipação científica e futuro  
E o futuro é já amanhã

## Aelita

Aelita  
Aksó Tásó

Um ferro-carril acção gira à volta de A. Tolstói, com um marcado acerto poético, gerando num vivo símbolo abordando problemas fundamentais do homem como ser individual e social.

no mercado de livros 2017/86

## Tudo depende

Antes de se anunciar o almoço de Mário Soares com «dois mil trabalhadores» — talvez seja uma tentativa do Primeiro Ministro em calar o apetite a alguns —, anunciou-se o outro repasto, aquele para o qual foi convidado o marechal Spínola, o tal que um dia fugiu para Espanha de helicóptero depois de mandar bombardear quartéis e de preparar golpes contra o 25 de Abril.

A laia de aperitivo para o almoço, anunciava-se que Spínola, segundo o «Diário de Notícias» «apurava» «junto de fontes socialistas», poderia vir a ser o mandatário nacional de Soares na campanha para Belém. Até aqui tudo sem surpresas, que há amizades que vêm de longe. E sem surpresas, também, um comentário das tais «fontes»: «Tudo depende», diziam ao «DN», «de se orientar a campanha mais para a esquerda ou mais para a direita». Mais para a esquerda — Spínola. Mais para a direita? Talvez Américo de Deus Tomás...

## O prato de lentilhas

«O PS não fará uma revisão constitucional por qualquer prato de lentilhas», explicou a um matutino, em entrevista, o pequeno deputado Lacão. Porventura a entrevista integrava-se na campanha promocional de Soares e o prato de lentilhas seria apenas o preço mais baixo encontrado pelo azougado soarista. Como num leilão. E se alguém avançasse, por exemplo, com um prato de pastéis de Belém? Quem dá mais?

## Portugal adere

Portugal, que foi, no dizer de Soares Louro, o primeiro a produzir telenovelas, distingue-se agora por outras qualidades, todas originais. Agora, Portugal adere, adere a tudo. Quase. Aderem todos. Quase todos. Os organismos a outros organismos, o país à Europa, como se esta terra não fosse o fim dela, a Oeste do velho continente. Portugal, pela mãozinha dos seus governantes e de quem os apoiar, lá vai aderindo, que é como quem diz, «modernizando-se». Só lhe falta aderir a si próprio.

## A viagem à deriva

Soares foi a Trás os Montes, no prosseguimento da campanha eleitoral que o tem levado pelo país onde não era costume parar um pouco sequer para respirar das danças pela estranha. Repletando o que foi fazer a Matosinhos, em homenagem PS ao PS Narciso, homenageou há dias um tal Rosado Correia, ministro deixado de lado na partilha entre os partidos governamentais. Foi a Mirandela, onde recebeu apupos que acolheu irritado, afirmando que «não está aberto» a semelhantes manifestações; foi à Casa de Mateus dizer algumas das dele, descansando os portugueses e negando que o país não atravessa uma «crise de identidade».

Era mesmo o que faltava. Depois de tanta deriva, era mesmo mau que os portugueses não soubessem de que terra são.

# Pontos Cardeais

## O pólo e o polinho

«Bipolarização» é uma palavra. Vale o que vale. Adjectiva o que pode. Mas às vezes atreve-se, nas línguas e nas penas desmedidas de quem a sua, a dizer o que não pode, porque não chega para tanto.

No último «Expresso», este semanário lança de novo a palavra que, como se fora um boomerang, voltará à redacção pela janela. Hoje mesmo, dia 1.º de Maio.

Diz o futurista escriba de uma ligeira secção que «as comemorações do 1.º de Maio deste ano vão realizar-se mais uma vez sob o signo da divisão entre as duas centrais sindicais». E chama a isto «bipolarização».

Ora, entre a CGTP e a UGT não fica o caminho entre dois pólos. Antes se poderá falar do pólo — a Inter — que polariza os trabalhadores portugueses, e o «polinho» que pretende bipolarizar...

## Traição

O PS é membro da actual coligação governativa, já fez parte de uma outra e até já governou sozinho. Sempre que por lá passou, deixou marcas e abriu caminho para outras coligações mais ou menos coligadas. Da primeira trouxe a primeira lei Barreto, agora a segunda. Trouxe também o começo em grande força da ofensiva contra as

nacionalizações. Agora quer apresentar um pacote anti-autárquico, um outro antilaboral e uma famigerada lei da Segurança Interna.

No dia 25, enquanto nas ruas o povo comemorava o aniversário da revolução, defendendo-a e reafirmando que não está morta e que é preciso continuá-la, Mário Soares promove mais uma jantarada.

Para ajudar à festa, fez de um homem que atentou abertamente contra a revolução, convidado de honra contra o 25 de Abril, isto já depois de, no ano passado, o ter posto a presidir às comemorações oficiais dos dez anos de Abril.

Ainda no mesmo dia, em sessão solene na Assembleia da República, José Luís Nunes, do PS, discursa e diz que «uma traição ao 25 de Abril seria trair o regime democrático implantado no nosso País»...

Tantas traições juntas são um autêntico atentado contra Abril, contra o povo e a sua vontade, dizemos nós.

# Gazetilha

por Ignotus Sum



Quando fala, toda a gente sabe que ele mente, mente e tão afrontosamente que é uma coisa descarada. Mas que tramado serviço! Isso é mau jeito? É enguiço? Mas porquê fará ele isso?

Pergunta mais escusada... Mente porque francamente não sabe fazer mais nada...



Telejornal, que chatice, só trata da fofocice PS - PSD... O Ernani que diz que O Machete que diz se e os que dizem quando o que conforme lhes apetece (setas do PSD e sorrisos do PS...)

A fome que o povo tem e a luta que sempre estala disso a TV com desdém nunca fala, nunca fala...



Na TV ninho de cobra Direita fala de sobra sempre de calúnia em riste. E o povo? O que há de novo? Para o Telejornal, o povo simplesmente... não existe não passa de uma invenção... A TV fica na sua. Porém o povo na rua não é dessa opinião...

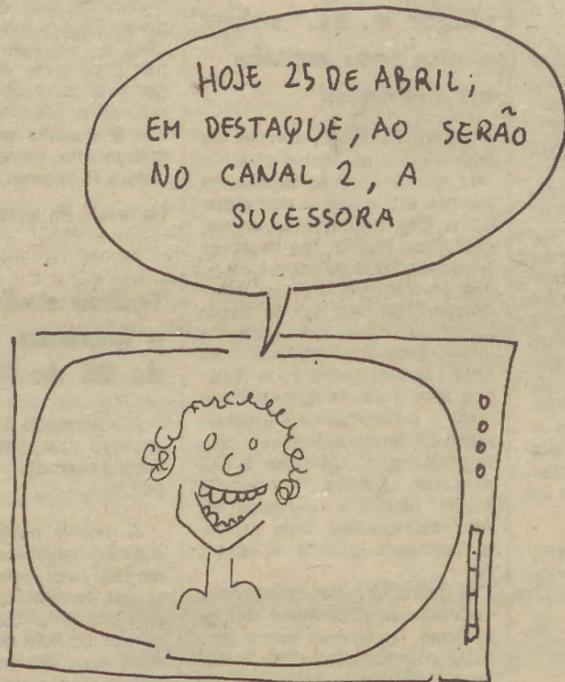


É o Primeiro de Maio. O povo avança avança em ondas, mar sem fim nem fundo. As mãos fraternas dão a volta ao mundo fiam os raios do Sol que tece a esperança.

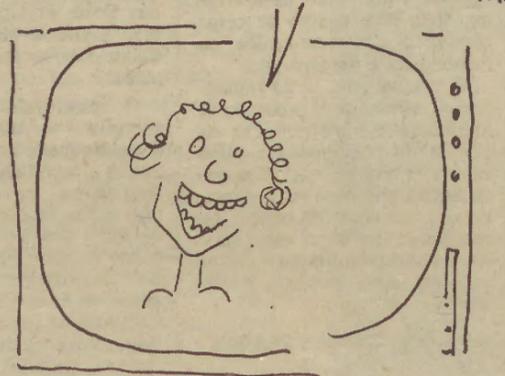
A dor que dói não mói pequena e mansa: é brava e morde o coração profundo crava punhais de segundo a segundo, contra o futuro as brutas feras lança.

É certo isso. Mas também é certo que o povo luta para ver liberto o pão sagrado que é o seu direito.

Mar sem fundo e sem fim, o povo avança na sempre viva, revivida esperança da flor de Abril que Maio traz ao peito.



AQUI NA RTP1 UM PROGRAMA DE VARIEDADES COM A PARTICIPAÇÃO DE MILTON BERLE, MAC DAVIS, DREAMGIRLS, RICK JAMES LINDA RONSTADT, NELSON RIDLE ORCHESTRA, SANDY GALIN E THE JOFFREY BALLET COMPANY.



ErPalau

# Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII  
N.º 592

1 de Maio de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quarta

Hoje

1.º de Maio

• LISBOA  
Concentração no Martim Moniz às 15 h.

Desfile para a Alameda D. Afonso Henriques, onde às 16 h se iniciará o comício, com intervenções de dirigentes da CGTP-IN e da USL. Encerramento com espectáculo: os grupos Cantaril e Seara Verde e ainda Carlos Mendes. De manhã: alvorada com foguetes em Lisboa e concelhos limítrofes; 9.30 — manhã infantil na Alameda; 10.45 — Corrida Internacional 1.º de Maio, com a participação de atletas de Portugal, RDA, URSS, Bulgária, Checoslováquia, Hungria. Partida e meta no Estádio 1.º de Maio, com passagem pela Av. da Liberdade, etc; canções e animação no palco da Alameda a partir das 13.00.

• PORTO

Concentração na Pç. Humberto Delgado e Av. dos Aliados às 15 h, seguindo-se comício e desfile pelas principais artérias da Baixa. Após o desfile, de novo no local da concentração, festa com espectáculo; entre outros, participação de Paulo de Carvalho. De manhã: alvorada com foguetes; 9.00 — Desafio de Futebol no campo do INATEL; desde as 9.30, na Baixa — hastear das bandeiras dos sindicatos do distrito, concerto pela Banda de Gondomar, Corrida 1.º de Maio; ao fim da manhã, Festa da Criança. Outras concentrações no distrito, com comícios e festas populares: Amarante, Felgueiras, Freamunde, Santo Tirso, Vila do Conde — todas a partir das 15 h.

• AVEIRO

Concentrações às 15 h, seguidas de manifestações em Aveiro — Largo da Estação; Ovar — Largo da Câmara; S. João da Madeira — Lg. 25 de Abril; Espinho — Lg. da Piscina; concentração em Águeda. Em todas estas localidades, provas desportivas de manhã, e festas populares à tarde, com ranchos folclóricos e grupos de música popular do distrito.

• COIMBRA

Manifestação à tarde, com concentração na Pç. da República e desfile até ao Parque Dr. Manuel Braga, onde intervirão dirigentes sindicais. Festa popular; no final espectáculo com Samuel. De manhã

Idanha-a-Nova, Cebolais de Cima, Malpica do Tejo, Sernache de Bonjardim.

• ÉVORA

Concentração às 10.30 no Rossio de S. Brás. Manifestação às 12 horas.

• VISEU

Concentração às 15 h no Rossio de Viseu. Comício. Espectáculo com Júlio Pereira. De manhã: actividades desportivas. Concentrações, com espectáculos e nalgumas localidades torneios desportivos,

sábado com «A derrota do nazi-fascismo» (vídeo). Sempre às 21 h.

• Aveiro — «Ensino Superior e Formação de Professores»: encontro promovido pela Fed. Nacional dos Professores

acabamento do Parque Infantil oferecido pela AEOCD. R. Vila Bissorá, junto ao «Pão de Açúcar», a partir das 9.30 h.

Lisboa — Plenário do Organismo de Direcção do C.L. Lisboa, sobre política

financeira. CT Vitória, 15 h.

Aveiro — Encontro de Futuros Docentes das Escolas Superiores de Educação. Iniciativa da FENPROF em instalações da Universidade.

## Domingo

Évora — Comício de encerramento da 1.ª Assembleia da ORA do PCP, com uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, às 15 h. Das 14 às 15 h: desfile de grupos corais do Jardim das Canas ao Rossio de S. Brás.

Olivais (Lisboa) — Jornada de trabalho voluntário para acabamento do Parque Infantil oferecido pela AECOD. Inauguração, à tarde, com a participação de Silva Graça, vereador da APU na CM Lisboa.

Lisboa — Plenário distrital do PCP sobre a situação das PME's. CT Vitória. Das 9.30 às 13 h.

Salvaterra de Magos — Almoço comemorativo do 11.º ani-

versário do 25 de Abril. Participação do gen. Vasco Gonçalves e de representantes da C. Conc. do PCP e da C. Coord. Conc. da APU. No Celeiro dos Arcos, 13 h.

## Terça

Lisboa — Encontro Nacional dos Trabalhadores Não-Docentes das Escolas, Jardins de Infância e Direcções Escolares.

Promotor: Fed. Nac. dos Sindicatos da FP. Teatro Aberto, a partir das 9.30.

## Quarta

Lisboa — Sessão Solene Comemorativa do 40.º Aniversário da Vitória sobre o Nazi-fascismo. Cinema Alvalade, 21 h.

Setúbal Sessão comemorativa do 40.º Aniversário da Vitória.

## 1.º DE MAIO

Mais de 50 concentrações e manifestações no Continente e Regiões Autónomas

— às 8h, alvorada com foguetes, seguindo-se a VII Volta à Cidade em Atletismo; Manhã infantil. Concentrações-manifestações e actividades infantis e desportivas também em Figueira da Foz, Lousã, Oliveira do Hospital.

• BEJA  
Concentração-comício às 10 h no Parque de Campismo.

• BRAGA  
Concentrações-manifestações às 15 h em Braga — Lg. Barão de S. Martinho; Guimarães — Jardim Público; Famalicão — Campo da Feira; Barcelos — Largo da Porta Nova; Fafe — Pç. 25 de Abril; Esposende.

• COVILHÃ  
Manifestação às 18 h, do Parque da Floresta para o Pelourinho, onde às 18.30 se realizará o comício. No encerramento, música popular e espectáculo com Pedro Barroso. De manhã: às 8.00, alvorada com foguetes e banda; 10.00 — Atletismo Infantil, do Jardim para o Pelourinho; 10.30 — Corrida de Atletismo 1.º de Maio (aldeia do Carvalho-Covilhã); a partir das 14.00 — convívio e festa popular no Parque. Outras concentrações no distrito: Castelo Branco, Tortosendo, Unhais da Serra, Minas da Panasqueira,

• FARO  
Concentrações às 16 h em Faro, Portimão, Lagos, Silves, Vila Real de Santo António.

• LEIRIA  
Concentração às 15.30 no Largo do Papa, seguindo-se

também em S. João da Pesqueira — Lg. da Câmara, Lamego — na Avenida, junto aos Correios, Mangualde — Lg. da Câmara, sempre às 15 h, e em Canas de Senhorim às 15.30.

• MADEIRA  
Funchal — Con-

(FENPROF) na Universidade de Aveiro. Desde as 9.30 e a prosseguir amanhã.

## Sexta

• Fogueteiro (Seixal) — Festa da Pri-

## ÉVORA

Comício com Álvaro Cunhal

Às 15 horas, no domingo, no Rossio de S. Brás no encerramento da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo

manifestação e desfile com carros alegóricos.

• SANTARÉM  
Concentração às 15 h no Parque de estacionamento junto aos Correios. Desfile. De manhã: actividades desportivas.

• SETÚBAL  
Desfile às 14.30 do Largo das Fontainhas para a Pç. do Brasil, onde intervirão dirigentes sindicais. No final, espectáculo com Sérgio Godinho.

centração às 15 h no Jardim Público, com intervenções de dirigentes sindicais.

• AÇORES  
Concentrações em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta.

## Quinta

Lisboa — «40.º Aniversário da Derrota do Nazi-fascismo»: debate no CT Vitória, iniciativa da Com. Dinamização Cultural da SIP-DORL. Participação de Pina Moura, do CC do PCP, e de Miguel Urbano Rodrigues, director de «o diário» — 21 h.

Barreiro — «40.º Aniversário da Derrota do Nazi-fascismo»: o filme «O Espaço Cósmico», no CT, — de um ciclo comemorativo, que prossegue amanhã com «A Guerra dos Trilhos» (filme) e no

## Sábado

• Évora — 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo (ORA) do PCP. Hoje e amanhã, nos Pavilhões do Rossio de S. Brás. Participação do camarada Álvaro Cunhal.

• Olivais (Lisboa) — Jornada de trabalho voluntário, a prosseguir amanhã, para



— Veio de Paris?  
— Não. O meu pai é pobre e tem de fazer tudo cá em casa.

Stuart Carvalhais (1877-1961) in «Stuart e os seus bonecos» — Livros «Bom Humor de Algibeira» — Distribuidora SPECIL; edição de Armando Paulouro; prefácio de Aquilino Ribeiro — Lisboa, sem data

# 1945-1985

Em todo o País, realizações comemorativas do 40.º aniversário da derrota do nazifascismo

# TV O Programa

**Quarta**
**RTP1**

- 18.15 — Notícias  
18.20 — Tempo dos Mais Novos  
Muminhos; Contos  
Folclóricos Húngaros; Yakari  
19.00 — Teleregiões  
19.30 — Trânsito  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Telenovela  
«Chuva na Areia», 82.º Ep.  
21.10 — Canções para a Eurovisão  
21.30 — Noite de Cinema



«O Imenso Adeus» — a 2.ª adaptação para o cinema deste clássico do policial, escrito por Raymond Chandler. Elliot Gould no papel de Marlowe. Real. Robert Altman (EUA, 1973)

23.00 — Último Jornal

**RTP2**

- 19.30 — Desenhos Animados  
Batman  
20.00 — Adágio  
Recital de canto e piano por Natália Clara e Maria Teresa Xavier. Canções de Chostakovitch e Dvorak  
20.30 — Navegar  
«Barcos Rabelos»  
21.00 — Hóquei em Patins  
Portugal-Itália, em Barcelos, para o Camp. da Europa  
22.00 — Telenovela  
«A Sucessora», 82.º Ep.  
22.50 — Jornal da Noite

**Quinta**
**RTP1**

- 18.15 — Notícias  
18.20 — Tempo dos Mais Novos  
As Aventuras de Marco Polo; Yakari  
19.00 — Teleregiões  
19.30 — Desporto  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Telenovela  
«Chuva na Areia»  
21.10 — Gala do 40.º Aniversário da TAP  
22.00 — Série  
«De Mãe para Mãe», últ.º Ep. Real. Gianni Bongioanni (Itália)  
23.15 — Último Jornal

**RTP2**

- 19.30 — Desenhos Animados  
O Super Homem  
20.00 — Animação  
«A animação e a Comunicação Visual»  
20.30 — Documentário  
«A Cortiça em Portugal»  
21.30 — Hóquei em Patins  
Camp. da Europa: Portugal-Holanda  
22.00 — Telenovela  
«A Sucessora»  
22.50 — Jornal da Noite

**Sexta**
**RTP1**

- 18.15 — Notícias  
18.20 — Tempo dos Mais Novos  
Animação; Yakari  
19.00 — Teleregiões  
19.30 — Gente Singular  
Entrevista com Ch. Sturridge, realizador da série «Bridshead». Real. Alfredo Tropa  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Telenovela  
«Chuva na Areia», 84.º e 85.º Ep. (fim)

- 22.00 — Panorama  
23.00 — Série  
«Uma História de Amor», 11.º Ep.  
00.00 — Último Jornal

**RTP2**

- 19.30 — Desenhos Animados  
20.00 — Documentário  
«Viana do Castelo», real. Ruy Ferrão  
20.30 — Clube de Rock  
21.30 — Telenovela  
«A Sucessora»  
22.15 — Jornal da Noite

**Sábado**
**RTP1**

- 11.00 — Tempo dos Mais Novos  
13.00 — Notícias  
13.10 — Tempo dos Mais Novos  
14.00 — IV Festival Nacional de Gastronomia — Santarém  
14.30 — Revista de Touros  
15.00 — Série  
«Os Três Dukes»  
16.00 — O Homem e a Terra  
(4.º Ep. — Prod. TVE)  
16.30 — Série  
«Os Fraggles»  
17.00 — Hóquei em Patins  
Camp. da Europa, transmissão directa: Portugal-Espanha  
18.30 — Rock Pop in Concert



- 19.15 — Totoloto  
19.25 — Telejornal  
19.55 — Bol. Meteorológico  
20.00 — Festival Eurovisão da Canção/85  
Transm. directa de Gotemburgo  
23.30 — Último Jornal  
23.45 — Série  
«Columbo», com Peter Falk

**RTP2**

- 19.30 — Troféu  
21.00 — Noite de Teatro  
«Teatro, Nome de Jogo», de Pedro Bandeira Freire, real. Cecília Netto

**Domingo**
**RTP1**

- 10.30 — Missa  
11.30 — 70 Vezes 7  
12.00 — TV Rural  
12.30 — Tempo dos Mais Novos  
13.00 — Notícias  
13.10 — Tempo dos Mais Novos  
14.30 — Tarde de Domingo  
«Escola de Sereias», com Esther Williams, real. George Sidney  
16.30 — Top Disco  
17.30 — Concurso 1-2-3  
Tema: «Aljubarrota»  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Cine-Teatro  
21.00 — Série  
«Ventos de Guerra», 4.º Ep.  
23.00 — Série  
Tudo em Família  
23.30 — Último Jornal

**RTP2**

- 19.30 — Novos Horizontes  
20.00 — Desenhos Animados  
21.00 — O Povo e a Música  
21.30 — Cine-Clube  
«Rumo à Felicidade», real. Ingmar Bergman

**Segunda**
**RTP1**

- 12.00 — 12/13  
13.00 — Telenovela  
«Vila Faia» (1.º Episódio)  
Interrupção da Emissão  
18.15 — Tempo dos Mais Novos  
18.45 — Sumário  
19.00 — Desporto  
19.30 — Portugal, passado e presente  
«De Sagres a Lagos tocando Aljezur» — I  
Um programa de Lagoa Henriques  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Telenovela  
«A Sucessora» — 85.º Ep.  
21.15 — Arroz Doce  
Programa de Júlio Isidro, real. L. Filipe Costa  
23.05 — Últimas Notícias

**RTP2**

- 19.30 — Desenhos Animados  
20.00 — Feiras de Portugal  
«Festas das Vindimas — Palmela»  
20.30 — RTP Açores  
21.00 — Telefilme  
«O Transgressor», adap. de um romance de D.H. Lawrence, real. Colin Gregg  
22.30 — Jornal da Noite

**Terça**
**RTP1**

- 12.00 — 12/13  
13.00 — Telenovela  
«Vila Faia», 2.º Ep.  
18.15 — Tempo dos Mais Novos  
18.45 — Sumário  
19.00 — Século XX  
«O Mundo em Guerra» — o 1.º de 26 episódios sobre a II Guerra Mundial. Real. Hugh Raggatt  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Telenovela  
«A Sucessora»  
21.15 — O Corpo Humano  
1.º Episódio — «Por Dentro e Por Fora», Prod. Karl Sabbagh  
21.45 — Actual  
22.55 — Série  
«Tudo em Família»  
23.10 — Últimas Notícias

**RTP2**

- 19.30 — Desenhos Animados  
20.00 — Música da América  
20.30 — Informação  
21.00 — Sessão das Nove  
«Viver a sua Vida», real. Jean Luc-Godard  
22.30 — Jornal da Noite

**Quarta**
**RTP1**

- 12.00 — 12/13  
13.00 — Telenovela  
«Vila Faia»  
18.15 — Transmissão Directa  
Visita de Ronald Reagan  
18.45 — Sumário  
19.00 — Trânsito  
19.30 — Informação Internacional  
20.00 — Telejornal  
20.27 — Bol. Meteorológico  
20.30 — Vamos Jogar no Totobola  
20.40 — Telenovela  
«A Sucessora»  
21.15 — Noite de Cinema  
«Sementes de Violência», real. Richard Brooks (EUA)  
23.30 — Últimas Notícias

**RTP2**

- 19.30 — Desenhos Animados  
20.00 — Memórias de um Povo  
20.30 — Série  
«O Choque das Energias», real. Claude de Givray  
21.30 — Clube de Jazz  
22.30 — Jornal da Noite

# Livros

«A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial» por E. Kulkov, O. Rjechevski e I. Tchelichev. Coleção «Problemas do Mundo Contemporâneo», n.º 5. Edições «Avante!». Lisboa, 1985. Preço: 400\$00.

«O criminoso n.º 1 — O regime nazi e o seu Führer» por D. Melnikov e L. Tchernaia. Coleção «Problemas do Mundo Contemporâneo», n.º 6. Edições «Avante!». Lisboa, 1985. Preço: 400\$00.

Estes lançamentos das Edições «Avante!» correspondem ao interesse pelos temas da Segunda Guerra despertado pela comemoração do 40.º aniversário da derrota do nazifascismo que este ano se comemora.

Parece útil sublinhar que, antes de tudo o mais, qualquer das obras é de produção relativamente recente: a primeira viu a luz do dia em 1983 e a segunda em 1981, constituindo assim trabalhos que contam com o contributo de estudos e análises desenvolvidos nos últimos anos e levantamento de materiais e documentação que por vezes escasseiam em publicações elaboradas nos anos imediatamente seguintes à guerra. Tal facto é particularmente notório em «O criminoso n.º 1» no qual os autores divulgam um conjunto de dados que, não sendo inteiramente desconhecidos, sofrem aqui uma sistematização útil e esclarecedora.

«A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial» é um trabalho polémico. Os seus autores não ocultam que o objectivo essencial da obra é a contestação e esclarecimento de teorias e historiografias sobre o conflito de 39-45 divulgadas nos países capitalistas.

No conjunto — afirma-se na Introdução — a historiografia burguesa da Segunda Guerra Mundial apresenta-se como um conjunto bastante complicado e contraditório de numerosas correntes, escolas e agrupamentos unidos por uma ideologia comum. Nela podem destacar-se duas orientações principais — uma conservadora, que é dominante, e uma crítica-liberal. A primeira orientação reflecte um vasto espectro de pontos de vista, desde os objectivos aos pró-fascistas. A esta corrente pertencem os trabalhos oficiais e officiosos em muitos volumes.

A segunda orientação dá um certo contributo para uma apreciação fidedigna de uma série de acontecimentos da guerra. Contudo, as opi-

«diferenciação interna» tem além disso um carácter convencional), a literatura burguesa caracteriza-se pela sua orientação anticomunista, principalmente anti-soviética, e tem como objectivo elaborar, com base na experiência histórica, «recomendações mais racionais» para a concretização das tarefas imediatas e futuras da política dos círculos governantes. A pertença a uma ou outra corrente, escola ou agrupamento, são apenas diferenças de pontos de vista quanto ao caminho para o conseguir.

Mais do que um puro levantamento histórico sobre a II Guerra, o livro visa assim clarificar um conjunto de pequenas e grandes falsificações — nomeadamente quanto ao papel da URSS, do seu povo e das suas Forças Armadas na derrota do nazifascismo e quanto às responsabilidades no desencadear da guerra.

Particularmente interessante pela maior ausência do tema em obras congéneres é o capítulo dedicado ao papel da URSS na derrota japonesa, normalmente apresentada como resultado exclusivo da acção norte-americana no Pacífico. Se, apesar de todas as falsificações, a decisiva importância da derrota da ofensiva nazi às portas de Moscovo em 41, da vitória de Stalingrado, da batalha de Kursk, etc. se impõe, um maior desconhecimento envolve a luta contra o militarismo japonês e os elementos sistematizados no livro muito esclarecem sobre a realidade asiática e a sua evolução posterior a 45.

De referir ainda o impressionante levantamento feito pelos autores dos reflexos concretos das mistificações históricas do imperialismo traduzidas na recuperação política, militar e económica de quadros, estruturas e ideias do nazifascismo ao longo dos últimos 40 anos.

## Uma esclarecedora biografia

Servido, tal como o anterior, por uma vasta documentação, o livro de Melnikov e Tchernaia coloca-se um objectivo definido logo nas primeiras páginas, aliás esclarecedoramente transcrito pelos editores na contracapa da edição portuguesa:

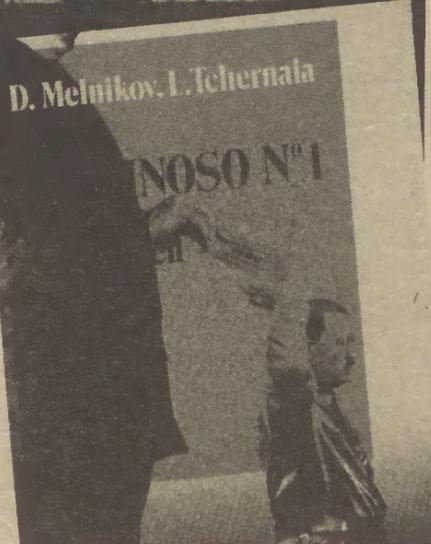
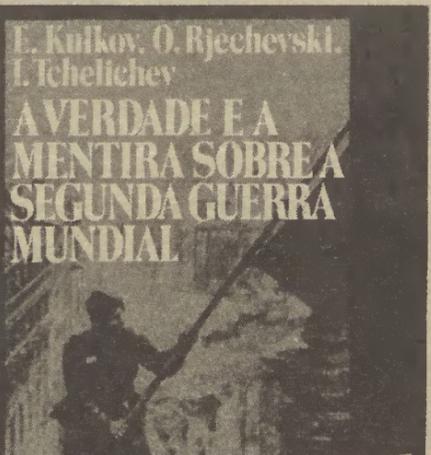
Na análise do regime nazi na Alemanha, da sua génese e relativa vitalidade, salta aos olhos um facto paradoxal: um poder sem limites encontrava-se nas mãos dum punhado de aventureiros representantes, na sua generalidade, da escória da sociedade burguesa. A esse punhado pertencia Adolf Hitler, Führer do Terceiro Reich.

Historiadores e publicistas, autores de dezenas e centenas de monografias sobre o nazismo e sobre Hitler, tentam por todos os meios esconder este paradoxo. Em vez de investigar como se tornou possível na sociedade burguesa, em pleno século XX, a formação do regime nazi, quais as forças que promoveram e apoiaram Hitler e conseguiram desencadear a fantasmagoria de um genocídio maciço, eles tentam colocar o Führer e seus cúmplices nos píncaros, descobrir neles forças hipotéticas, transcendentais, demoníacas, que explicassem e justificassem até o seu poder sobre o povo alemão.

O fenómeno Hitler é em primeiro lugar um acontecimento social e político relacionado com a crise profunda da sociedade que ele serviu. Os vícios do fascismo e do seu Führer eram os vícios daquela sociedade, doutro modo eles não poderiam alcançar tão vasta importância social. Precisamente na atmosfera político-social da Europa Ocidental dos anos trinta, tornou-se possível a conquista do Poder na Alemanha pelos fascistas.

As quatrocentas e tantas páginas que se seguem alicerçam esta afirmação num metucioso inventário de factos e afirmações. A ascensão nazi, o apoio do grande capital, a brutal repressão desencadeada contra os democratas alemães, os conflitos internos dos hierarcas fascistas, a degradação moral e humana do regime de Hitler surgem, capítulo a capítulo, permanentemente ancoradas numa investigação rigorosa.

No conjunto, trata-se de duas obras oportunas e úteis e que, no quadro do preço do livro hoje em Portugal, surgem como acessíveis. Bem trabalhados graficamente — quer quanto a capas, quer quanto a texto — regista-se um único senão: uma por vezes pouco rigorosa revisão literária da tradução. Sem em nenhuma circunstância prejudicar a leitura ou o entendimento, o reparo justifica-se na medida em que contrasta com o elevado nível de traduções que caracteriza as publicações das Edições «Avante!».



niões dos seus representantes são contraditórias, a crítica neles contida da política e da estratégia das potências ocidentais limita-se frequentemente ao domínio dos aspectos diplomáticos. São extremamente manifestas as diferenças na literatura burguesa segundo as nacionalidades, diferenças ligadas à história de um determinado país, às suas tradições, ao carácter da sua participação na Segunda Guerra Mundial e à actual distribuição das forças de classe. Contudo, independentemente da pertença a uma determinada corrente, escola ou agrupamento (frequentemente esta

# Cinema A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Amadeus	****	****	***	****	****
<b>B</b> O Baile	****	***	****	***	***
<b>C</b> O Confronto	***	**	**	—	***
<b>D</b> 2010, O Ano do Contacto	**	—	**	—	**
<b>E</b> Um Lugar no Coração	***	***	***	**	**
<b>F</b> Micki & Maude	**	—	**	—	—
<b>G</b> Passagem Para a Índia	****	***	**	—	**
<b>H</b> Paulina na Praia	****	***	***	***	***
<b>I</b> Terra Sagrenta	**	***	**	***	**

A — Real. Milos Forman — Londres (15, 18.15, 21.30), Las Vegas/2 (15.15, 18.30, 21.30) — Lisboa.  
 B — Real. Ettore Scola — Quarteto/1 (15, 17, 19, 21.30, 23.30) — Lisboa.  
 C — Real. Paul Newman — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (15.30, 18.45, 21.45 de 2.ª a 6.ª; 14, 16.30, 19, 21.45 sáb. dom. e fer.) — Lisboa.  
 D — Real. Peter Hyams — Alfa/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial (14, 16.30, 19, 21.30), Tivoli (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.  
 E — Real. Robert Benton — Nimas (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.  
 F — Real. Blake Edwards — Castil (14.30, 16.45, 19, 21.30), Terminal (13, 15, 17, 19, 21.30, 24) — Lisboa.  
 G — Real. David Lean — Apolo 70 (15, 18.15, 21.30, 00.30), S. Jorge/2 (14.15, 17.45, 21) — Lisboa.  
 H — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 — (15, 17, 19, 21.30, 24) — Lisboa.  
 I — Real. Roland Joffé — Alfa/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Berna (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.

# Exposições

**Expo/A.I.C.A.85**, organizada pela Secção Port. da Ass. Intern. dos Críticos de Arte. SNBA — das 14 às 20 horas.

**Exposição-Diálogo sobre Arte Contemporânea**. Fundação Gulbenkian, Sede e CAM.

**«Vitória»**. Exposição-venda de obras de cerca de 100 artistas, oferecidas para a Campanha de Compra e Restauro do CT Vitória do PCP. Casa do Alentejo — de 2.ª a 6.ª das 16 às 22 horas; sáb. e dom. das 19 e 30 às 20 horas. Até 3/5.

**«Paisagem»**. Colectiva de pintura: Bernardo Marques, Hogan, Relógio, João Oom, entre outros. Galeria de S. Francisco — das 10 às 13 e das 15 às 19 horas. Até 4/5.

**Margarida Varejão**. Pintura. SNBA. De 2.ª a sáb., das 14 às 20 horas. Até 5/5.

**Max Klinger**, gravura. Instituto Alemão. Até 9/5.

**Gravura Contemporânea Portuguesa**, comemorativa do 25 de Abril. Sede do Sind. dos Médicos da Zona Sul, que organiza. De 3.ª a 6.ª, das 15 às 23 horas; sáb. e dom. das 14 às 20 horas. Até 11/5.

**«Os Bichos»**. Fundação Gulbenkian. Sáb. das 10 e 30 às 13 e das 14 e 30 às 17 e 30, dom. das 14 e 30 às 16 e 30 horas; horário especial para grupos de alunos.

**«Pessoas & Pessoas»**, exposição de

postais. Até 19/5. Casa Museu dos Patudos. (ALPIARÇA).

**1.ª Mostra de Artes Plásticas de Almada**, integrada no Festival de Arte e Cultura do Distrito de Setúbal. Até 6/5. Oficina da Cultura (ALMADA).

**Escultura em mármore**, de Nelson Cardoso. Centro Cultural de S. Lourenço (ALMANSIL).

**Escultura**. Colectiva: António Trindade, João Duarte, Jorge Vieira, José Aurélio, Noémia Cruz, Virgílio Domingues. Das 15 às 22 horas, até 5/5. Galeria Municipal (AMADORA).

**Exposição Artes Plásticas** comemorativa do 25 de Abril. 50 artistas de Almada e Cascais. Galeria do Palácio da Cidadela (CASCAIS).

**II Festival de S. Lucas**. Pintura, escultura, cerâmica de artistas naturais ou residentes no distrito de Évora. De 2/5 a 2/6, período em que funcionará também um «atelier» de pintura para as crianças das escolas. Museu Municipal (ÉVORA).

**Colectiva de tapeçaria**, fotografia, escultura. Até 4/5. Convento de Mértola (MÉRTOLA).

**«Arquitectura Romana»** em Portugal. Até 3/5. Biblioteca Municipal (MONTEMOR-O-NOVO).

**Murais de Abril**, fotografia de Paixão Esteves, e Criançabil, desenhos infantis. Casa dos Magistrados (MONTIJO).



**Armas Antigas**, integrada nas comemorações do VIII Centenário do Concelho de Palmela. No Castelo (PALMELA).

**«Paisagens Bucólicas»**. Colectiva de pintura: Silva Lino, Jaime Murteira, Lázaro Lozano, entre outros. Das 16 às 20 horas, até 6/5. Galeria Antiqua (PORTO).

**Jorge Martins**, pintura. De 2.ª a sáb., das 16 às 19 e 30 horas, até 16/5. Módulo (PORTO).

**Pintura e escultura**. Colectiva: Pedro St'Aubyn Mascarenhas, João Pereira, António Ratinho. Até 5/5. Junta de Freguesia (SESIMBRA).

**Júlio**. Retrospectiva: óleos, desenhos e aquarelas. Galeria Gilde (GUIMARÃES).

**«80 anos»**. Colectiva de pintura e escultura. Casa da Imprensa. Até 23/5.

**I Colectiva de Obra Gravada**. Trabalhos de Artur Rosa, Bartolomeu Cid, Cargaleiro, Cipriano Douro, Dacos, David de Almeida, Eduardo Nery, Faria, Gil Teixeira Lopes, Goew, Ilda Reis, Hogan, Jorge Barradas, José Guimaráes, Júlio, Lourdes Leite, Matilde Marçal, Skapinakis, Raquel, Rogério Ribeiro e Thomaz de Melo. Galeria Fonte Nova. Até 28/5.

**Colectiva de pintura e escultura**. Casa da Imprensa. Até 23/5.

**«Entre o labirinto e a espiral: Fernando Pessoa»**, conf. do poeta E. M. de Melo e Castro, no dia 7, 3.ª f., às 18.30 h, na Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa.

**Artur Bual**. Galeria Neupergama. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19; aos sábados até às 18 (TORRES VEDRAS).

**Gente do Palco**. Museu do Teatro. De 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14 e 30 às 17 horas.

**Literatura Angolana de Hoje**. Soc. Língua Portuguesa. De 2.ª a 6.ª, das 13 e 30 às 19 e 30 horas; sáb., das 14 e 30 às 18 horas. Até 4/5.

**I Exposição-Feira do Livro Brasileiro**. Org. pelo Centro Cultural 25 de Abril, de S. Paulo. Das 14 às 20 horas, até 12 Maio. Palácio Foz.

# Teatro O Cartaz

**• LISBOA**  
**Casa da Comédia**, R. S. Francisco Borja, 24. De 4.ª a Dom/21.30 **Eva Perón**, texto e enc. Filipe La Féria.  
**Comuna**, Pr. de Espanha. De 5.ª a Sáb/21.15; Dom/17.00. **Quatro para Quatro** de Michel Cymareau, enc. João Mota — **Café-Teatro**, 6.ª/22.00; Sáb/23.30. **Pó de Palco**, textos e enc. colectivos.  
**Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 4.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.15. **Conferência de Alto Nível**, de R. D. Macdonald, enc. Herminia Tojal e Sande Freire.  
**Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3.ª a Dom/20.30 e 22.45; Dom/16.00. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, F. Nicholson, M. Zambujal, enc. H. Santana.  
**Nac. D. Maria II**, Rossio. De 2.ª a Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Gebo e a Sombra**, de Raúl Brandão, enc. Rogério Carvalho — **Sala Experimental**, Rossio, de 3.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.30. **Ciclo Raúl Brandão**, enc. Varela Silva.  
**Ocarina**, Trav. do Poço da Cidade, 40. 2.ª, 4.ª, 6.ª/19.00. **O Paraíso Não Está à Vista**, de Fassbinder, enc. Rogério Carvalho, Grupo de Teatro Maizum.  
**Palácio Galveias**, Campo Pequeno. 2.ª e 3.ª/21.30; Sáb e Dom/16.00 e 21.30. **Tóquio**, de Tennessee Williams, enc. Diogo Dória.  
**Teatro Aberto**, Pr. de Espanha. De 4.ª a Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Esfinge Gorda**, compilação de textos, dramaturgia e enc. Mário Viegas.  
**Teatro da Caixa**, R. Arco do Cego, 88. De

## Para crianças

**• LISBOA**  
**Comuna**, Pr. de Espanha. Sáb e Dom/15.00. **S. Cristovão**, adapt. da obra de Eça de Queiroz, enc. João Brites.  
**Salão das Furnas**, R. Raúl Carapinha. Sáb/16.00; Dom/11.00. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge-Grupo os Papa-Léguas.  
**TIL**, R. Leão Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb, Dom e feriados/16.00. **Grças e Desgrças na Corte d'El Rei Tadinho**, de Alice Vieira, enc. Rui Matos.

**sa em seu Jardim**, de Fed. Garcia Lorca, enc. Roberto Merino.  
**Teatro — Casa de Teatro do TEAR**, R. do Heroísmo, 86. 5.ª a dom/22.00; sáb. e dom/16.00. **O Doido e a Morte**, de Raúl Brandão, enc. Castro Guedes.  
**Teatro do Campo Alegre**, R. do Campo Alegre. De 3.ª a dom/21.45; dom. e feriados/16.00. **Uma Família do Porto**, adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — Seiva Trupe.

**• ALMADA**  
**Academia Almadense**. 6.ª/21.30; Sáb e Dom/16.00 e 21.30. **Zoo Story**, de Edward Albee, enc. Joaquim Benite. Comp. de Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

**• BARREIRO**  
**Externato D. Manuel de Melo**, Largo Sta. Maria. Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Avejão e O Doido e a Morte**, de Raúl Brandão, enc. João Oliveira-Arte Viva.  
**• BRAGA**  
**Audatório do FAOJ**, R. St.ª Margarida. 21.30. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. Rui Madeira — CENA — Comp. de Teatro de Braga.  
**• LEIRIA**  
**Teatro José Lúcio da Silva**, dias 3, 4 e 5/21.30. **O Super-Silva**, enc. João Mota.  
**• SETÚBAL**  
**Teatro de Bolso**. 6.ª e Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Tio Simplicio**, de Almeida Garrett, enc. João Manuel.

**• PORTO**  
**Cooperativa do Povo Português**. De 4.ª a sáb/15.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Norberto Barroca — De 5.ª e sáb/22.00. **Mistério Cómico**, de Dario Fo, enc. J. Castronuovo.  
**Sala d'O Realejo**, R. dos Mercadores, 136. De 5.ª a dom/21.30; dom/17.30. **Com Papis e Bolos se Enganam os Tolos**, enc. Vítor Valente.  
**Sala-Estúdio do TEP**, R. do Pinheiro, 9. 3.ª e 4.ª/18.45; 5.ª e 6.ª/21.45; sáb/16.00 e 21.45; dom/16.00 e 18.00. **Amor de D. Perlimplim com Bel**



**• ALMADA**  
**Academia Almadense**. 6.ª/21.30; Sáb e Dom/16.00 e 21.30. **Zoo Story**, de Edward Albee, enc. Joaquim Benite. Comp. de Teatro de Almada/Grupo de Campolide.  
**• BARREIRO**  
**Externato D. Manuel de Melo**, Largo Sta. Maria. Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Avejão e O Doido e a Morte**, de Raúl Brandão, enc. João Oliveira-Arte Viva.  
**• BRAGA**  
**Audatório do FAOJ**, R. St.ª Margarida. 21.30. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. Rui Madeira — CENA — Comp. de Teatro de Braga.  
**• LEIRIA**  
**Teatro José Lúcio da Silva**, dias 3, 4 e 5/21.30. **O Super-Silva**, enc. João Mota.  
**• SETÚBAL**  
**Teatro de Bolso**. 6.ª e Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Tio Simplicio**, de Almeida Garrett, enc. João Manuel.

# ...e ainda Música, debates, etc.

**Música**  
**Espectáculos do 1.º de Maio**  
**Sérgio Godinho**, à tarde, Praça do Brasil SETÚBAL. **Júlio Pereira**, à tarde, Rossio VISEU. **Samuel**, à tarde, Pq. Dr. Manuel Braga COIMBRA. **Carlos Mendes**, à tarde, Al. D. Afonso Henriques, LISBOA. **Pedro Barroso**, à tarde, COVILHã. **Paulo de Carvalho**, à tarde, Pq. Gen. Humberto Delgado PORTO.

**Silvano di Loti**, Inês Soveral. Auditório Dois, 18.30.  
 6.ª/dia 3 — **Orquestra Gulbenkian**, dir. Michel Tabachnik, obras de Alban Berg, Schnittke, Xenakis. Grande Auditório, 21.30.  
 Sáb/4 — **Orquestra de Câmara da Polónia**, dir. Jerzy Maksymiuk, obras de A. Block, Knapi, Penerski, Panufnik. Grande Auditório, 21.30.  
 2.ª/dia 5 e 3.ª/dia 6 — **Estúdio de Música Nova de Budapeste**, dir. Zoltan Jeney, obras de Vidovskij, Kurtag, Jeney e Dukay. Grande Auditório, 18.30 (2.ª) e 21.30 (3.ª).  
 2.ª/dia 5 — **Orquestra de Câmara da Polónia**, dir. Jerzy Maksymiuk, obras de Lutoslawski, Ptaszynska, Sihorski e Stachowski. Grande Auditório, 21.30.  
 3.ª/dia 6 — **Josef Anton Riedl**, espectáculo multimédia. Auditório Dois, 18.30.  
 4.ª/dia 7 — **Ensemble Musik/Film/Dia/Licht-Galeria**, dir. Josef Anton Riedl, espectáculo audiovisual «Sintetizadores, tamboures e vozes». Grande Auditório, 21.30.  
 4.ª/dia 7 — **David Pituch**, «Do saxofone de Adolf Sax à música de vanguarda». Auditório Dois, 18.30.

**Concerto do Quinteto de Cordas da Orquestra Gulbenkian**. Dom. Casa da Imprensa LISBOA.  
**Espectáculos de Fernando Tordo**: 6.ª/21.30, Teatro Rivoli PORTO — 2.ª/21.30, Teatro Gil Vicente COIMBRA.  
**Espectáculo de Carlos do Carmo**, 6.ª Petrolgal LISBOA.  
**Espectáculo de Rão Kyao**, 6.ª/noite. Abertura da Festa da Primavera (PCP/JCP do Seixal). Instalações da ex-Fábrica ELO. FOGUETEIRO (SEIXAL).  
**Concerto de David Northington**. 5.ª/17.00. Conservatório Nac. Lisboa.  
**Concerto de Attila Zoller**, guitarrista de jazz húngaro, radicado nos EUA. 6.ª à noite. Hot Clube. Lisboa.  
**Espectáculo «Em Trânsito»** Com Car-

**los Zingaro**, Grupo Neon, Miguel Yeco e elementos do GTAF. 6.ª/22.00. Faculdade de Letras LISBOA.  
**Espectáculo da Brigada Victor Jara e Grupo de Cantares de Manhouce**. 6.ª e sáb/21.30. Grupo Cultural e Desportivo do BESCL (R. D. Luís, 27). LISBOA  
**Espectáculo de Trovante**, 6.ª/21.30. Cine-teatro ERMESINDE.  
**Espectáculo de Rão Kyao**, sáb/22.00. Mosteiro ALCOBAÇA  
**Espectáculo «Gershwin + Jazz»**, com Luís Madureira, Carlos Martins, Jorge Moyano e Mário Laginha. 6.ª/21.30. Cine-Teatro COVILHã.

**Paolo Trevisi**. Sáb/16.00; 2.ª e 4.ª/20.00. Teatro Nacional de S. Carlos LISBOA  
**Bailado**  
**Memórias do Passado**, de Carlos Fernando, e II Acto de Coppelia. Comp. de Bailado do Porto. 6.ª/21.30. Aud. Carlos Alberto. Porto.  
**Companhia Nacional de Bailado**. Espectáculos de bailado. 5.ª e sáb/21.30; dom/16.00. Teatro da Trindade LISBOA

**Poesia**  
**Carlos Drummond de Andrade**, «60 anos de Poesia», lançamento antologia org. por Arnaldo Saraiva. Recital e exposição documental. 5.ª/21.30. Coop. Avore. Porto.  
**«Não só poesia... mas também»**. Música e a poesia de António Ramos Rosa. 5.ª/21.30. Galeria S. Bento. Lisboa.

**Desporto**  
**Corrida Internacional 1.º de Maio**, promov. pela CGTP-IN. Atletas de Portugal, RDA, URSS, Bulgária, Checoslováquia, Hungria. Hoje, 10.45. Estádio 1.º de Maio/Av. Liberdade/Estádio 1.º de Maio. Lisboa.  
**Grande Sarau de Ginástica**, promov. pela CM Alcochete. Pavilhão Gimnodesportivo da Soc. Imparcial 15 Jan.º 1898 Alcochete.  
**10.º Grande Prémio de Atletismo do Samouco**, promov. pela Ass. Desp. Samouquense. Dom/9.00.

**Colóquios**  
**A arquitectura do «Vitória» e a obra de Cassiano Branco**. Palestra do arq. Pedro Vieira de Almeida, ilustrada com projecção de slides. 5.ª/18.30. Casa do Alentejo. Lisboa.  
**«Jornalismo e Literatura»** dia 8, 4.ª f., na Casa da Imprensa, Lisboa.

**Cinamateca**  
**«A Star Is Born»**. George Cukor (EUA), 1954. Versão integral em antestreia. Dia 2/21.30 — **«Memórias do Cárcere»**, adapt. da obra de Graciliano Ramos, real. Nelson Pereira dos Santos/Brasil. 6.ª/21.30.

**Ópera**  
**«Lo Spirito de Contradizione»**, de Jerónimo Lima. Dir. mus. Manuel Ivo Cruz, enc.

**«Entre o labirinto e a espiral: Fernando Pessoa»**, conf. do poeta E. M. de Melo e Castro, no dia 7, 3.ª f., às 18.30 h, na Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa.

**«Não só poesia... mas também»**. Música e a poesia de António Ramos Rosa. 5.ª/21.30. Galeria S. Bento. Lisboa.

**A arquitectura do «Vitória» e a obra de Cassiano Branco**. Palestra do arq. Pedro Vieira de Almeida, ilustrada com projecção de slides. 5.ª/18.30. Casa do Alentejo. Lisboa.

**«Jornalismo e Literatura»** dia 8, 4.ª f., na Casa da Imprensa, Lisboa.

**«Lo Spirito de Contradizione»**, de Jerónimo Lima. Dir. mus. Manuel Ivo Cruz, enc.

**Segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica**, no próximo fim-de-semana o tempo continuará instável, com céu por vezes muito nublado, vento geralmente fraco. Possibilidade de aguaceiros.



# Tempo Fim de Semana

# Utilidades & variedades

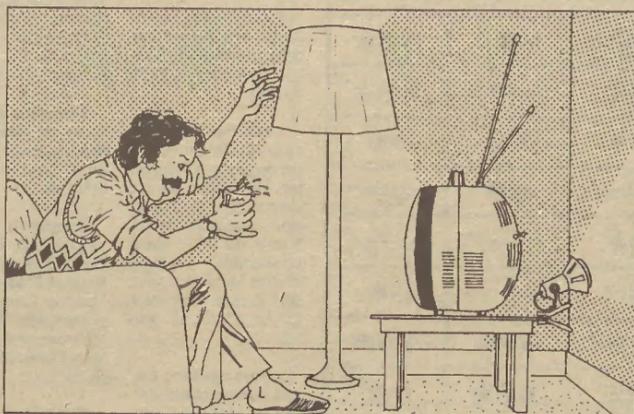
## Iluminar bem para ver bem

A iluminação nos locais de trabalho constitui hoje uma preocupação das estruturas representativas dos trabalhadores e determinações sobre o assunto são incluídas em numerosos instrumentos de regulamentação colectiva. Para esse trabalho contam os Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores com estudos rigorosos e normas definidas e aprovadas internacionalmente.

Mas igualmente em casa as questões de iluminação artificial se colocam. E tanto mais quanto se verifica que é fundamentalmente à noite que se desenrola a vida doméstica familiar.

Para qualquer actividade no lar, uma iluminação insuficiente ou desadequada agrava a fadiga visual de um dia de trabalho e

actividade, os olhos nunca se fixam exclusivamente sobre o objecto de leitura ou trabalho: têm mesmo necessidade de «fazer exercício», isto é, de se «desviarem», fazendo uma nova focagem que evita a fadiga da fixação muito prolongada. Ora, para além da focagem inerente à distância do objecto observado (que até pode não ser feita, como no caso em que, interrompendo por momentos uma leitura, se erguem os olhos e se fica repousadamente com o «olhar no vago»), a pupila varia também a sua abertura — através de um esforço muscular — em função da intensidade luminosa. Se o contraste entre duas zonas iluminadas for muito grande, cada vez que se desvia o olhar de uma para outra, os olhos são



A televisão: atenuar os contrastes sem criar reflexos no écran através de uma iluminação lateral ou indirecta

total de 300 W (que em Portugal diríamos 300 «velas»). Naturalmente que não só esta potência deve ser dividida, como não se torna necessário que funcione toda simultaneamente: digamos que, adequadamente distribuída, é suficiente para assegurar uma iluminação conveniente em todas

Para ver televisão — É desastroso para a vista ver TV na escuridão (os problemas de ajuste da pupila referidos agravam-se muitíssimo). O ideal é a existência de um candeeiro ao lado do televisor ou de um pequeno projector (40 W) colocado atrás e orientado para a parede.

**Cozinha** — Para uma cozinha com 10 m<sup>2</sup>, uma potência global de 220 W dividida por uma luz geral (colocada no tecto de preferência) de 75 a 100 W e os restantes divididos e incidindo mais directamente sobre zonas de trabalho (fogão, bancada) com uma potência média de 60 W para cada uma e colocada de forma a não incidir sobre os olhos.

**Quarto de dormir** — Para além de uma luz geral, é conveniente dispor de uma luz de cabeceira (nomeadamente se se tem o hábito, pouco conveniente aliás, de ler na cama). Para a luz de cabeceira é sempre preferível colocá-la atrás da cama e por cima da almofada a situá-la lateralmente sobre mesinhas de cabeceira: a luz não incide sobre os olhos e ilumina melhor o livro.

**Quarto de crianças** — Os especialistas recomendam não poupar iluminação nestas áreas. A constante actividade das crianças (brincando, lendo, estudando, etc.) exigem sempre esforço visual e o desgaste dos olhos é irreversível. Uma luz geral de 200 a 300 W não é exagero. No caso natural de haver uma mesa de trabalho e estudo, é de toda a conveniência a existência de um candeeiro dos chamados de estirador (60 W são suficientes) a utilizar de acordo com a 2.ª regra fundamental indicada.

**Casa de Banho** — Naturalmente que tudo depende das dimensões, mas um princípio deve ser respeitado: colocar sempre a fonte luminosa de forma a que ela não se reflita no espelho. A incidência sobre os olhos de luz reflectida quando se usa o espelho é muito prejudicial. Recomenda-se em geral uma luz geral de teto e uma outra colocada na parede sobre o espelho. **Atenção às regras de segurança sobre instalações eléctricas nas casas de banho:** são zonas onde não só existem água e canalizações, como, fundamentalmente, as pessoas estão frequentemente molhadas.

### Divisões diferentes, iluminação diferente

Embora a crise da habitação agravada por nove anos de política de direita (a que se pretende agora somar a criminosa lei sobre as rendas de casa) obrigue milhares e milhares de portugueses a viverem em habitações sem um mínimo de condições, algumas ideias sobre a iluminação de diversas áreas de uma casa podem sempre ser adaptadas a cada circunstância.



Cozinha: iluminar as zonas de sombra no local de trabalho

Cama: melhor do que um candeeiro na mesinha de cabeceira, uma lâmpada colocada por cima da almofada



pode não só contribuir para danos na visão como dar origem a reacções de mal-estar (dores de cabeça, fadiga física, irritabilidade).

Para inaugurar a nova secção de «Utilidades & Variedades», aqui fica um conjunto de sugestões para uma boa iluminação doméstica. Até para garantir as melhores condições à indispensável leitura do «Avante!»...

### Duas regras fundamentais

1.º A fonte luminosa (mais em concreto, a lâmpada!) deve ter uma orientação que faça a luz incidir sobre aquilo que se pretende ver e nunca directamente contra os olhos. Parecendo uma evidência, nem sempre se dá a esta regra a melhor solução: uma lâmpada sem qualquer protecção (*abat-jour*, reflector), parecendo que proporciona um melhor aproveitamento da sua intensidade luminosa por ausência de quaisquer obstáculos, acaba frequentemente a diluir a iluminação por uma área excessivamente vasta e a surgir cruamente perante os olhos;

2.º A iluminação de uma sala não deve apresentar grandes contrastes luz-sombra. A imagem do leitor sentado numa cadeira com uma iluminação intensa sobre o livro e submerso na mais profunda obscuridade do resto da sala é tudo quanto há de mais errado.

A questão é que, em qualquer

obrigados a um esforço de adaptação violento, cuja repetição se torna fatigante.

Assim, uma sala deve sempre possuir uma iluminação ambiente média, reforçada no local de maior atenção (sobre o livro que se lê, sobre a mesa onde se escreve, sobre a bancada onde se trabalha).

### Zona de estar

As tabelas indicam como média para uma área de 15 m<sup>2</sup> um

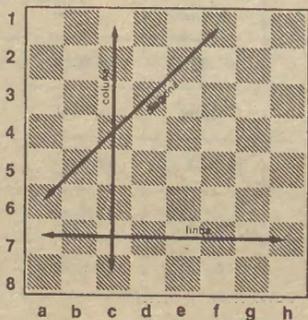


Mesa de estudo: uma luz proveniente do lado oposto à mão que escreve para não fazer sombras mantendo uma iluminação geral na sala para evitar grandes contrastes luz-sombra

## Xadrez Para começar

O Xadrez joga-se num tabuleiro por meio do movimento de peças.

O tabuleiro tem 64 casas alternadamente brancas e pretas, e é colocado de tal modo que, à direita de cada jogador, se encontre um quadrado branco.

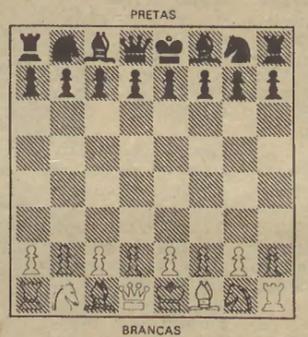


No início da partida, cada jogador tem à sua disposição 16 peças: um condutor à as peças brancas, e o outro as pretas.

As peças são:



A posição inicial das peças sobre o tabuleiro é a seguinte:

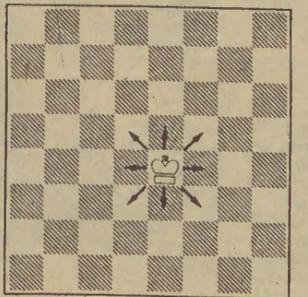


Os dois jogadores executam os lances alternadamente. Cabe àquele que jogar com brancas dar início à partida.

### O Rei

O Rei é a única peça que se mantém em luta, ao lado das suas forças, até o combate terminar. O seu aprisionamento representa a vitória do exército adversário.

O rei pode deslocar-se em todas as direcções, apenas uma casa de cada vez, para todos os quadrados não atacados por peça inimiga.

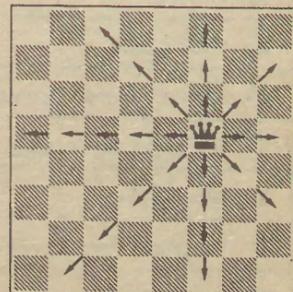


### A Dama

A Dama desempenha o papel de estrategista, dirigindo e conduzindo as forças em operações. Tem grande valor, dada a sua extraordinária mobilidade e pelo amplo domínio que pode exercer em todo o campo de batalha.

• No próximo número concluiremos esta iniciação ao Xadrez, reprodução de um folheto há anos editado pela Direcção-Geral dos Desportos. Nos seguintes, partidas de Xadrez e Damas.

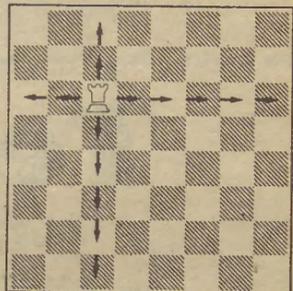
A dama pode mover-se, tantas casas quantas quiser, ao longo da coluna, da linha ou da diagonal sobre as quais está colocada.



### A Torre

A Torre representa as antigas fortalezas móveis que transportavam as tropas do rei, semelhantes aos carros de assalto dos nossos dias. Tanto dentro das fileiras inimigas como à distância, fazem sentir o seu grande poder ofensivo.

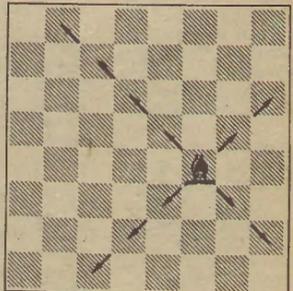
A torre, no seu movimento, pode ocupar qualquer das casas da coluna ou linha em que se encontra.



### O Bispo

Dado o papel preponderante que o clero exercia antigamente, o Bispo era um fiel seguidor do Rei, dando-lhe o seu conselho e a sua protecção espiritual e fazendo normalmente parte do seu Estado-Maior, durante as batalhas.

O bispo pode deslocar-se pelas diagonais, tantas casas quantas quiser.



### O Cavalo

Representa o corpo montado do exército. Se não pode mostrar todo o seu poder ofensivo, quando não dispõe de espaço, revela contudo, uma temível capacidade de ataque em campo aberto.

O lance de cavalo compõe-se de dois movimentos: primeiro, desloca-se uma casa ao longo da coluna ou linha em que se encontra; depois afastando-se do quadrado de onde partiu, desloca-se em diagonal, também uma casa.

